

19101 - SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal – SEF/DF tem sua estrutura definida pelas disposições constantes nos Decretos 36.879, de 17 de novembro de 2015, 37.187, de 15 de março de 2016, e 37.401, de 13 de junho de 2016.

Compete à SEF, conforme disposto no Decreto nº 35.565, de 25/06/2014, que aprova o seu Regimento Interno, promover a gestão tributária, fiscal, contábil, patrimonial e financeira distrital; supervisionar, coordenar e executar a política tributária do Distrito Federal, compreendendo as atividades de arrecadação, atendimento ao contribuinte, tributação e fiscalização; administrar as dívidas públicas interna e externa do Distrito Federal; executar as operações de crédito do Distrito Federal; elaborar estudos voltados para o acompanhamento da conjuntura econômico-financeira e de natureza tributária do Distrito Federal; supervisionar as atividades do Banco de Brasília S/A – BRB e executar outras atividades inerentes ao seu campo de atuação e as que lhe forem delegadas pelo Governador do Distrito Federal.

Norteadada pela missão institucional que integra as áreas de administração tributária, financeira e contábil do Governo, a SEF mantém ações objetivando garantir o equilíbrio fiscal e o nível adequado de receita governamental do Distrito Federal, mesmo em face dos efeitos da crise econômica mundial, atuando preponderantemente na gestão tributária, priorizando meios para garantir efetiva fiscalização dos setores econômicos, reduzindo a inadimplência e combatendo a sonegação fiscal.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	164	263	179	555	1.161
Comissionados sem vínculo efetivo	31	0	0	0	31
Requisitados de órgãos do GDF	15	12	9	26	62
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	1	0	0	1
Estagiários	0	45	0	5	50
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	16	0	4	20
Terceirizados (FUNAP)	0	11	0	0	11
Outros - especificar	0	15	0	33	48
Subtotal	210	363	188	623	1.384
(-) Cedidos para outros órgãos	0	82	0	0	82
Total Geral	210	445	188	623	1.466

Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas

Critério para classificação em atividade meio ou fim: considerou a atividade e não a carreira do servidor

As Subsecretarias de Contabilidade, do Tesouro e da Receita foram incluídas como atividade fim e as demais como atividade meio

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3046 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA	1000,0	0,00	0	0
0004 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA-SECRETARIA DE FAZENDA-DISTRITO FEDERAL	1000,0	0,00	0	0
3102 - PROGRAMA NACIONAL DE APOIO A GESTÃO ADMINISTRATIVA E FISCAL DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS - PNAFM	5000000,0	0,0	0	0
0001 - PROGRAMA NACIONAL DE APOIO A GESTÃO ADMINISTRATIVA E FISCAL DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS - PNAFM-DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	5000000,0	0,0	0	0
3104 - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO FAZENDÁRIO DO DF - PRODEFAZ-PROFISCO	36058414,0	39726715,50	38567219,03	26068853,20
0001 - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO FAZENDÁRIO DO DF - PRODEFAZ-PROFISCO-DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	36058414,0	39726715,50	38567219,03	26068853,20
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	10000,0	0,0	0	0
0012 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-SECRETARIA DE FAZENDA-DISTRITO FEDERAL	10000,0	0,0	0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	20258519,0	14144433,21	14144433,21	12331819,44
0007 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-SECRETARIA DE FAZENDA-DISTRITO FEDERAL	20258519,0	14144433,21	14144433,21	12331819,44
6066 - AÇÃO DE INCENTIVO A ARRECAÇÃO E EDUCAÇÃO TRIBUTÁRIA - PINAT	15465000,0	29999890,54	29999890,54	26422432,66
0003 - AÇÃO DE INCENTIVO A ARRECAÇÃO E EDUCAÇÃO TRIBUTÁRIA - PINAT-ARRECAÇÃO DE CIP - Distrito Federal.-DISTRITO FEDERAL	0	6000000,0	6000000,00	4060491,28
0004 - AÇÃO DE INCENTIVO A ARRECAÇÃO E EDUCAÇÃO TRIBUTÁRIA - PINAT-PROGRAMA NOTA LEGAL - DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	15465000,0	23999890,54	23999890,54	22361941,38
TOTAL - 6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS	76792933,00	83871039,25	82711542,78	64823105,30

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Periodicidade	Desejado 1º Ano	Alcançado 1º Ano	Desejado 2º Ano	Alcançado 2º Ano	Desejado 3º Ano	Alcançado 3º Ano	Fonte
1439 - ITBI (TAXA DE ARRECAÇÃO EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR)	%	-3,53	31/12/2014	ANUAL	65,3	5,5	7,2	14,2	6,6		SUREC/SEF / UO 19101/ OE 2 / UO 19101 / OE 2
<p>Justificativa: 2016 - Embora a alíquota do ITBI tenha passado de 2% para 3%, o fraco movimento do mercado imobiliário impactou negativamente sobre a arrecadação do imposto.(MEM.08/2017 - Assessoria de Estudos Econômicos/GAB/SEF/DF). 2017 - De acordo com dados da SUREC, embora o número de transações imobiliárias tributadas pelo ITBI em 2017 tenha sido inferior ao de 2016, o valor lançado em 2017 superou o do ano anterior, de tal forma que o valor médio lançado por transação aumentou 20% em relação a 2016.</p>											
1440 - ITCD (TAXA DE ARRECAÇÃO EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR)	%	-41,83	31/12/2014	ANUAL	-17,5	-18,2	9,8	27,2	9,1		SUREC/SEF / UO 19101/ OE 2 / UO 19101 / OE 2
<p>Justificativa: 2016 - De acordo com Subsecretaria da Receita - SEF/DF, houve queda do número de transações tributadas pelo ITCD em 2016, que foi de 19.722, contra 38.588 em 2015.(MEM.08/2017 - Assessoria de Estudos Econômicos/GAB/SEF/DF). 2017 - O resultado alcançado acima do desejado se deu por influência da tributação do ITCD sobre doações</p>											
1435 - ICMS (TAXA DE ARRECAÇÃO EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR)	%	9,24	31/12/2014	ANUAL	3,7	13	4,9	2,5	7,8		SUREC/SEF / UO 19101/ OE 2 / UO 19101 / OE 2
<p>Justificativa: 2016 - Resultado alcançado superior ao desejado é reflexo da elevação de alíquotas, bem como da implementação das cobranças do ICMS sobre o comércio interestadual de bens destinados ao consumidor final (Emenda Constitucional 87/15) e de mercadorias adquiridas por contribuintes do regime Simples Nacional. (MEM.08/2017 - Assessoria de Estudos Econômicos/GAB/SEF/DF). 2017 - Apesar das ações de monitoramento e cobrança da administração tributária, a receita do ICMS sofreu o impacto do fraco desempenho do consumo em 2017, o que refletiu no resultado alcançado.</p>											
1437 - IPTU (TAXA DE ARRECAÇÃO EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR)	%	4,78	31/12/2014	ANUAL	5,7	18,3	5,1	2,5	4,9		SUREC/SEF / UO 19101/ OE 2 / UO 19101 / OE 2
<p>Justificativa: 2016 - Por força do Decreto nº 37.039/2015, a pauta dos valores venais de terrenos e edificações do Distrito Federal foi atualizada em 10,97%, para efeito de lançamento do IPTU, ocasionando, desta forma, acréscimo no resultado alcançado. Outro fator foi a edição da Lei 5.593/2015 que revogou a isenção do imposto para a TERRACAP obtendo-se com isso uma receita adicional de R\$ 70,7 milhões.(MEM.08/2017 - Assessoria de Estudos Econômicos/GAB/SEF/DF).(email da Assessoria de Estudos Econômicos-Fiscais). 2017 - Embora o lançamento do IPTU para o exercício de 2017 tenha sido efetuado com base nas áreas construídas e de terrenos identificadas por mapeamento aerofotogramétrico, o nível de inadimplência do tributo impediu um resultado alcançado maior.</p>											
1438 - IPVA (TAXA DE ARRECAÇÃO EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR)	%	16,31	31/12/2014	ANUAL	4,8	17,5	5,1	8,1	4,9		SUREC/SEF / UO 19101/ OE 2 / UO 19101 / OE 2
<p>Justificativa: 2016 - O bom desempenho da arrecadação do IPVA está atrelado ao aumento de 0,5 ponto percentual da alíquota do imposto sobre automóveis e motocicletas.(MEM.08/2017 - Assessoria de Estudos Econômicos/GAB/SEF/DF). 2017 - Na comparação com 2016, o valor do lançamento do IPVA para o exercício de 2017 sofreu acréscimo de 7,86%, tendo ainda as ações de cobrança pela administração tributária sido intensificadas no segundo semestre de 2017 .</p>											
1436 - ISS (TAXA DE ARRECAÇÃO EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR)	%	11,03	31/12/2014	ANUAL	9,5	3,0	7,6	8,00	7		SUREC/SEF / UO 19101/ OE 2 / UO 19101 / OE 2
<p>Justificativa: 2016 - O menor resultado alcançado decorre do cenário econômico desfavorável, no qual a atividade de serviços, base tributável do ISS, recuou 0,6% no terceiro trimestre de 2016 (último dado disponível), segundo o IBGE .(MEM.08/2017 - Assessoria de Estudos Econômicos/GAB/SEF/DF). 2017 - Com um resultado alcançado próximo do desejado, a receita do ISS apresentou crescimento cujo destaque foram as retenções do imposto pela administração pública federal, em razão de serviços prestados pelo setor privado a órgãos públicos.</p>											
1441 - TLP (TAXA DE ARRECAÇÃO EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR)	%	2,03	31/12/2014	ANUAL	38,5	14,7	5,4	4,7	5,2		SUREC/SEF / UO 19101/ OE 2 / UO 19101 / OE 2
<p>Justificativa: 2016 - Os valores básicos de referência considerados no lançamento da TLP/2016 sofreram atualização de 10,97% na comparação com 2015, por força do Decreto 37.039/2015.(MEM.08/2017 - Assessoria de Estudos Econômicos/GAB/SEF/DF). 2017 - Apesar do aumento de 7,4% dos valores básicos de referência utilizados na cobrança da TLP em 2017, o nível de inadimplência comprometeu o resultado</p>											

6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3486 - PROPOSIÇÃO DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS	1816500,0	0,0	0	0
0002 - PROPOSIÇÃO DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS-DISTRITO FEDERAL-DF ENTORNO	1816500,0	0,0	0	0
TOTAL - 6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA	1816500,00	0,00	0,00	0,00

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	511782,0	400014,83	400014,83	290839,65
8390 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-SECRETARIA DE FAZENDA-DISTRITO FEDERAL	511782,0	400014,83	400014,83	290839,65
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	511782,00	400014,83	400014,83	290839,65

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9003 - PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA EM EMPRESAS DO DISTRITO FEDERAL	119401300,0	170385472,00	102887047,21	102887047,21
0005 - PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA EM EMPRESAS DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	119401300,0	170385472,00	102887047,21	102887047,21
9030 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA CONTRATADA - INTERNA	494943123,0	441197373,85	441197373,84	441197373,84
0001 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA CONTRATADA - INTERNA-REFINANCIADA - DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	62605550,0	61965046,70	61965046,70	61965046,70
0002 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA CONTRATADA - INTERNA-SERVIÇO DA DÍVIDA-DISTRITO FEDERAL	432337573,0	379232327,15	379232327,14	379232327,14
9096 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA RELATIVA AO INSS E PASEP	6910533,0	7001254,07	7001254,07	7001254,07
0010 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA RELATIVA AO INSS E PASEP-DISTRITO FEDERAL- PLANO PILOTO .	6910533,0	7001254,07	7001254,07	7001254,07
9029 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA CONTRATADA - EXTERNA	97646344,0	112436769,35	109384897,35	109384897,35

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0001 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA CONTRATADA - EXTERNA-DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	97646344,0	112436769,35	109384897,35	109384897,35
9001 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	89469090,0	417049183,90	417049183,90	417018216,26
0009 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-PRECATÓRIOS - DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	88419090,0	389809564,98	389809564,98	389809564,98
0010 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR - DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	1000000,0	26902618,92	26902618,92	26871651,28
6174 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-OUTRAS DECISÕES - DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	50000,0	337000,0	337000,0	337000,0
9033 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO	106831265,0	156438916,0	156423450,88	140220481,08
6963 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO-DISTRITO FEDERAL-DF ENTORNO	106831265,0	156438916,0	156423450,88	140220481,08
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	0	181543,56	181543,56	181543,56
0077 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-SECRETARIA DE FAZENDA-DISTRITO FEDERAL	0	181543,56	181543,56	181543,56
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	33515074,0	113006885,74	113006885,74	112875910,79
0010 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-DISTRITO FEDERAL	3000000,0	93047868,54	93047868,54	92942073,39
0063 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-SECRETARIA DE FAZENDA - DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	25000000,0	16206196,25	16206196,25	16195561,18
7002 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-RESTITUIÇÕES DE TRIBUTOS DA SECRETARIA DE FAZENDA-DISTRITO FEDERAL	5515074,0	3752820,95	3752820,95	3738276,22
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	948716729,00	1417697398,47	1347131636,55	1330766724,16

6003 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	3017701,0	3970553,93	3970553,93	3075575,78
5331 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-SECRETARIA DE FAZENDA-DISTRITO FEDERAL	3017701,0	3970553,93	3970553,93	3075575,78
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	385357690,0	315638805,24	315638805,24	315572295,15
0055 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-SECRETARIA DE FAZENDA-DISTRITO FEDERAL	385357690,0	315638805,24	315638805,24	315572295,15
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	6657231,0	5587677,82	5587677,82	5580317,04
6999 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-SECRETARIA DE FAZENDA-DISTRITO FEDERAL	6657231,0	5587677,82	5587677,82	5580317,04
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	18630802,0	23621146,61	23621146,61	21186925,77
0051 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-SECRETARIA DE FAZENDA-DISTRITO FEDERAL	18630802,0	23621146,61	23621146,61	21186925,77
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	10000,0	0,0	0	0
0010 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-SECRETARIA DE FAZENDA-DISTRITO FEDERAL	10000,0	0,0	0	0
TOTAL - 6003 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA	413673424,00	348818183,60	348818183,60	345415113,74

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**Realizações extraordinárias.****ATIVIDADES FINALÍSTICAS E METAS ALCANÇADAS**

As ações das unidades subordinadas e/ou vinculadas à SEF, no ano de 2018, orientadas por suas competências e objetivos regimentais, associadas ao cumprimento das metas relacionadas às atividades finalísticas, concorreram para o alcance dos resultados descritos a seguir.

GESTÃO TRIBUTÁRIA

No resultado acumulado do ano de 2018, a receita de origem tributária alcançou o montante de R\$ 16.362,2 milhões em valores correntes, o que representou acréscimo nominal de 7,1%, correspondente a um aumento real de 4,1% em relação ao mesmo período de 2017. A tabela a seguir apresenta a receita acumulada no ano discriminada pelos principais tributos, variações nominais e reais, e participações percentuais no total da arrecadação.

DISTRITO FEDERAL: ARRECAÇÃO DE ORIGEM TRIBUTÁRIA ACUMULADA EM 2018
DADOS SIGGO em 24/01/2019

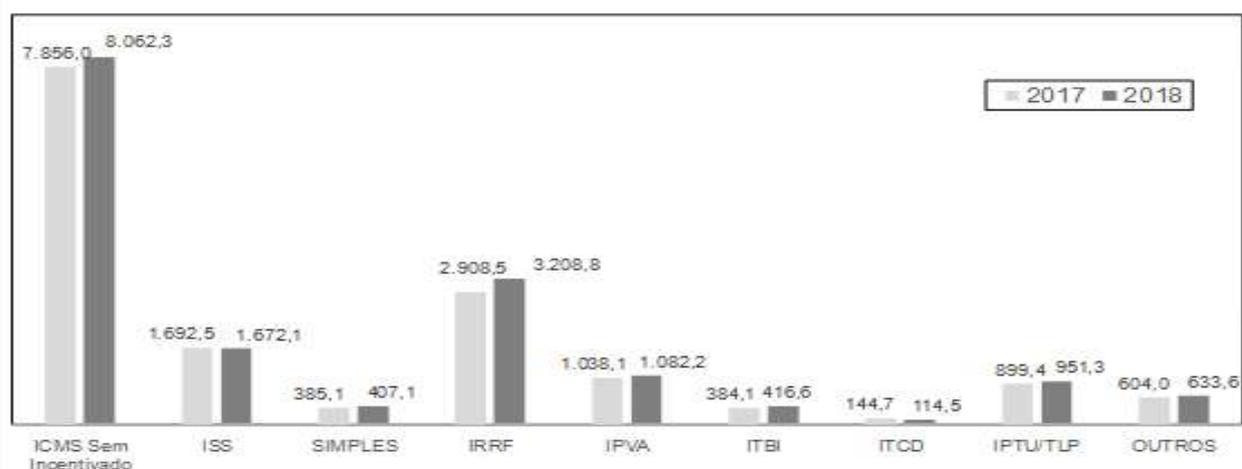
VALORES EM R\$ MIL

ITEM	2018	2017	2018 pelo	2017 pelo	Variação Nominal		Variação Real		Composição da arrecadação
	(a)	(b)	INPC/IBGE (c)	INPC/IBGE (d)	(a) - (b)	(a)/(b)	(c) - (d)	(c)/(d)	
ICMS	7.988.958	7.557.719	8.095.629	7.879.866	+431.239	+5,7%	+215.765	+2,7%	48,8%
ISS	1.651.240	1.623.387	1.672.116	1.692.464	+27.854	+1,7%	-20.348	-1,2%	10,1%
SIMPLES	401.706	369.308	407.051	385.053	+32.405	+8,8%	-21.997	-5,7%	2,5%
IRRF	3.168.567	2.790.542	3.208.843	2.908.488	+378.025	+13,5%	+300.345	+10,3%	19,4%
IPVA	1.057.739	993.058	1.082.198	1.088.145	+64.681	+6,5%	+44.052	+4,2%	6,5%
IPTU	794.122	722.356	800.166	752.804	+71.766	+9,9%	+47.362	+6,3%	4,8%
ITBI	411.463	368.597	416.630	384.129	+42.866	+11,6%	-32.501	-8,5%	2,5%
ITCD	113.105	138.874	114.539	144.694	-25.769	-18,6%	-30.155	-20,8%	0,7%
TLP	149.995	140.630	151.152	146.573	+9.365	+6,7%	+4.579	+3,1%	0,9%
Outras Taxas	74.357	75.269	75.329	78.486	-932	-1,2%	-3.157	-4,0%	0,5%
Receita Tributária Total (A)	15.811.235	14.779.754	16.023.654	15.410.713	+1.031.488	+7,0%	+612.941	+4,0%	95,6%
Dívida Ativa	343.132	289.877	347.723	302.292	+53.254	+18,4%	-45.431	+15,0%	2,1%
Multas e Juros de Mora - Dívida Ativa	89.896	92.945	91.197	96.913	-3.049	-3,3%	-5.715	-6,9%	0,5%
Multas e Juros de Mora dos Tributos	117.918	121.221	119.365	126.341	-3.303	-2,7%	-6.976	-5,5%	0,7%
Total das Outras Receitas (B)	550.945	504.045	598.285	525.545	+46.902	+9,3%	+32.740	+6,2%	3,4%
Total da Arrecadação (A) + (B)	16.362.178	15.283.777	16.581.939	15.936.258	+1.073.401	+7,1%	+645.681	+4,1%	100,0%

Fonte: SIGGO.

Na comparação acumulada de 2018 com 2017, foram observados acréscimos reais significativos de R\$ 300,4 milhões do IRRF (10,3%), de R\$ 215,8 milhões do ICMS (2,7%), de R\$ 47,4 milhões do IPTU (6,3%), de R\$ 45,4 milhões da DÍVIDA ATIVA (15,0%) e de R\$ 44,1 milhões do IPVA (4,2%). Por outro lado, foi registrado queda expressiva de R\$ 30,2 milhões no ITCD (-0,8%), resultado da forte base de comparação em razão de recolhimento atípico do imposto em outubro de 2017.

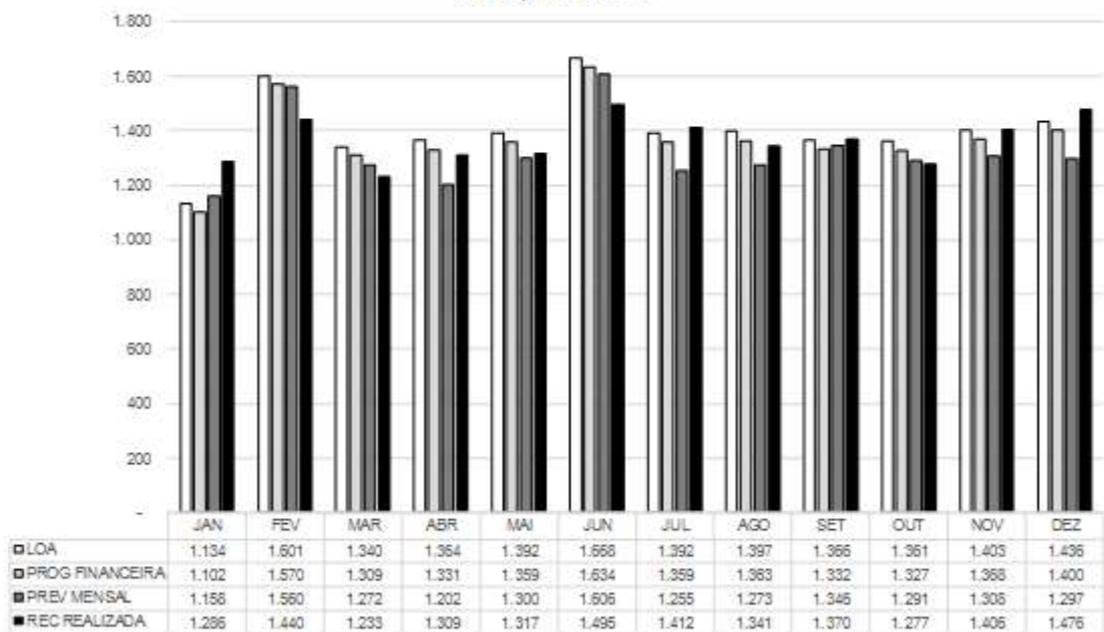
Arrecadação em 2018 contra 2017 - sem incentivado
Em R\$ milhões de dezembro/2018 (INPC/IBGE)



Nos últimos doze meses, o Índice FipeZap aponta queda nominal de 0,21% no preço médio de venda de imóveis residenciais, percentual que, considerando a inflação oficial divulgada para o período (3,75%), corresponde a uma queda real de 3,96%. Nesse intervalo, todas as 20 cidades monitoradas apresentaram variação de preço inferior à inflação acumulada no período (+4,05%), com sete delas registrando queda nominal no preço de venda residencial (igual ou superior a -0,10%) em 2018. No Distrito Federal a variação nominal observada no ano foi de -0,86%, número intermediário entre os dois extremos: Curitiba (+3,39%) e Niterói (-4,06%).

O gráfico seguinte ilustra a comparação entre as receitas realizada e previstas para a Lei Orçamentária de 2018, para a programação financeira, bem como para a previsão mensal.

RECEITA DE ORIGEM TRIBUTÁRIA - 2018
EM R\$ MILHÕES



No acumulado de 2018, houve desvio positivo de realização frente à previsão mensal no montante de R\$ 494,2 milhões, explicado em larga medida pelo desvio positivo ocorrido no IRRF (+R\$ 311,6 milhões), além dos acréscimos observados no ISS (+R\$ 69,4 milhões), IPVA (+R\$ 40,9 milhões) e ICMS (+R\$ 29,1 milhões).

No que tange à receita acumulada no período de janeiro a dezembro de 2018 prevista na LOA em relação à receita realizada, ocorreu déficit no montante de R\$ 491,4 milhões. Ressalte-se que a maior frustração de realização ocorreu com o ICMS (-R\$ 626,9 milhões), enquanto que os destaques positivos ocorreram com o IPVA (+R\$ 66,6 milhões), IRRF (+R\$ 63,6 milhões) e Dívida Ativa (+R\$ 44,9 milhões). A frustração de realização ocorrida com o ICMS pode ser explicada em grande parte pela redução das expectativas de crescimento do PIB da época dos trabalhos de previsão para a LOA 2018 de 2,48% contra 1,28% da mesma expectativa em 18/01/2019.

Quanto à programação financeira, no período acima registrado, verificou-se um desvio negativo de realização no montante de R\$ 91,4 milhões, explicados principalmente pelos desvios do ICMS (-R\$ 226,9 milhões), ISS (-R\$ 39,0 milhões) e SIMPLES (-R\$ 29,5 milhões). Contudo, o saldo negativo foi atenuado pelos desvios positivos, principalmente, do IPVA, IRRF e DÍVIDA ATIVA, respectivamente.

VALORES EM R\$ MIL

RECEITA TRIBUTÁRIA DO DISTRITO FEDERAL - JANEIRO A DEZEMBRO 2018							
	PREVISÃO MENSAL(A)	LOA (B)	PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA (C)	RECEITA REALIZADA (D)	(D-A)	(D-B)	(D-C)
ICMS	7.959.905	8.615.942	8.215.942	7.988.958	29.053	(626.984)	(226.984)
ISS	1.581.844	1.890.245	1.890.245	1.851.240	69.397	(39.004)	(39.004)
SIMPLES	396.971	431.179	431.179	401.706	4.735	(29.473)	(29.473)
IRRF	2.856.935	3.104.942	3.104.942	3.168.567	311.633	63.625	63.625
IPVA	1.016.852	991.119	991.119	1.057.739	40.886	66.620	66.620
IPTU/TLP	930.543	929.724	929.724	944.117	13.575	14.393	14.393
ITBI	400.287	397.293	397.293	411.463	11.176	14.170	14.170
ITCD	101.038	100.333	100.333	113.105	12.067	12.772	12.772
OUTRAS TAXAS	77.210	83.818	83.818	74.337	(2.874)	(9.482)	(9.482)
RECEITA TRIB TOTAL	15.321.586	16.344.596	15.944.596	15.811.233	489.647	(533.364)	(133.364)
DÍVIDA ATIVA	329.928	298.246	298.246	343.132	13.204	44.886	44.886
M/J DÍVIDA ATIVA	107.304	94.700	94.700	89.896	(17.408)	(4.805)	(4.805)
M/J TRIBUTOS	109.154	116.071	116.071	117.918	8.763	1.847	1.847
TOTAL OUTRAS REC	546.386	509.017	509.017	550.945	4.559	41.928	41.928
TOTAL DA ARRECAÇÃO	15.867.971	16.853.613	16.453.613	16.362.178	494.206	(491.436)	(91.436)

CENÁRIO MACROECONÔMICO

O quadro a seguir resume os indicadores econômicos considerados relevantes na elaboração do presente relatório.

Indicador	Unidade	Fonte	nov/17	out/18	nov/18	acum. ano	últ. 12 meses	projeção 2019
IPCA (1)	variação %	IBGE/BACEN	0,44%	-0,21%	0,15%	3,75%	3,75%	4,01%
IPCA - Brasília (1)	variação %	IBGE/BACEN	0,59%	-0,43%	0,32%	3,06%	3,06%	
SEI/C (a.a) (1)	variação % a.a.	BACEN	7,50%	6,50%	6,50%			7,00%
PIB Brasil (crescim. estimado: 3)	taxa trimestral %/ano ant.	IBGE/BACEN	2,51%	1,34%	1,36%			2,53%
IBC-Br	var % mês/mês ant.	BACEN	0,49%	0,02%	0,29%	1,38%	1,44%	-----
Taxa de desemprego no DF	%	CO DEPLAN	18,40%	18,40%	18,50%			-----
Índice FipecZap ampliado (20 cidades: 1)	variação %	Fipe	0,01%	0,06%	0,11%	-0,21%	-0,21%	-----
Índice FipecZap DF (1)	variação %	Fipe	-0,21%	-0,04%	-0,07%	-0,86%	-0,86%	-----
Preço médio imóvel DF (1)	R\$/m²	Fipe	8.238	7.787	7.781	-----	-----	-----
Venda de combustíveis no DF (m³)	var % mês/mês ant.	ANP	-2,53%	3,79%	-4,81%	-1,50%	-1,89%	-----
Produção Industrial Mensal - Brasil (PIIM-PI: 4)	var % mês/mês ant.	IBGE	0,8%	-0,1%	0,1%	1,5%	1,8%	0,0304
Recalce nominal de vendas - varejo restrito (BR)	var % mês/mês ano ant.	IBGE	0,8%	0,2%	2,7%	5,0%	4,8%	-----
Recalce nominal de vendas - varejo restrito (DF)	var % mês/mês ano ant.	IBGE	0,2%	-2,3%	2,6%	1,9%	1,2%	-----
Veículos vendidos no Brasil	var % mês/mês ant.	Fenabrave	0,66%	19,39%	-9,34%	15,04%	15,30%	-----
Veículos vendidos no DF	var % mês/mês ant.	SincoDiv/DF	-9,57%	17,48%	-15,61%	12,40%	12,12%	-----

Obs.: 1. O IPCA do Brasil e de Brasília, a taxa SEU/C, os Índices FipecZap e o preço médio do imóvel referem-se aos meses seguintes aos indicados nas respectivas colunas;

2. Projeção constante do Boletim Focus divulgado em 21/1/19;

3. Projeção constante do Boletim Focus divulgado do mês seguinte;

4. O Índice refere-se à indústria geral.

PIB

Em 21/1 o Fundo Monetário Internacional (FMI) divulgou, no relatório Perspectiva Econômica Mundial apresentado no Fórum Econômico Mundial, em Davos, na Suíça, que reduziu sua estimativa de crescimento do Brasil em 2018, de 1,3% no Produto Interno Bruto (PIB) contra 1,4% projetados em outubro do ano passado. Foi a terceira vez seguida que o FMI piorou a estimativa para a economia brasileira em 2018, mas melhorou a estimativa para este ano. Já para 2019, o FMI melhorou a projeção de crescimento para 2,5%, ante a alta prevista de 2,4% em outubro. O número oficial, entretanto, será conhecido no dia 28/2, quando será divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE).

De acordo com as projeções do Boletim Focus de 18/01 (divulgado no dia 21), economistas das instituições financeiras consultados pelo Banco Central mantiveram a previsão de crescimento do PIB para 2019 de 2,53% (a mesma de quatro semanas antes).

Apenas para comparação, no Boletim Focus de 19/1/18 (um ano atrás) a estimativa de variação do PIB era de + 2,99% em 2019.

IBC-BR

O Banco Central divulgou em 17/01 que o Índice de Atividade Econômica (IBC-Br) registrou alta de 0,29% em novembro na comparação com o mês anterior, após ajuste sazonal (compensação para comparar períodos diferentes de um ano), depois de ficar praticamente estável em outubro.

De janeiro a novembro de 2018 foi registrada uma expansão de 1,38% no indicador do nível de atividade da economia brasileira (sem ajuste sazonal), enquanto no acumulado de 12 meses até novembro de 2018 houve expansão de 1,44% (também sem ajuste). Na comparação com novembro de 2017, o IBC-Br subiu 1,86%.

IPCA

Em 11/1 o IBGE divulgou que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), considerado a inflação oficial do país, teve variação de 0,15% em dezembro, aumento frente ao mês anterior (-0,21%) e redução frente ao mesmo mês de 2017 (0,44%). Repetindo o verificado no mês anterior, trata-se da menor taxa para um mês de dezembro desde a implantação do Plano Real, em 1994. Com esse número a variação acumulada no ano foi de 3,75%.

Regionalmente, a inflação em Brasília ficou acima da nacional (0,32%), tendo as principais variações ocorrido nos grupos Vestuário (+1,10%) e Saúde e cuidados pessoais (-0,50%).

O acumulado nos 12 meses do ano ficou em 3,06%, inferior à variação do índice nacional (3,75%). Nos últimos 12 meses os grupos que registraram as maiores variações foram Vestuário (+4,49%) e Comunicação (0,00%).

SELIC

De acordo com as projeções das cerca de 120 instituições financeiras consultadas pelo BC e divulgado em 21/1 no Boletim Focus, espera-se que a taxa Selic esteja em 7,00% no fim de 2019, embora o Top-5, grupo dos economistas que mais acertam as previsões na pesquisa Focus do Banco Central, tenha reduzido mais uma vez sua estimativa para a taxa básica de juros neste ano, estimando-a em 6,75%.

TAXA DE DESEMPREGO

No trimestre móvel referente aos meses de setembro a novembro de 2018 a taxa de desocupação foi estimada em 11,6% no trimestre móvel referente aos meses de setembro a novembro de 2018, registrando variação de -0,5 ponto percentual (p.p.) em relação ao trimestre de junho a agosto de 2018 (12,1%). Na comparação com o mesmo trimestre móvel do ano anterior, quando a taxa foi estimada em 12,0%, o quadro foi de queda (-0,4 (p.p.)).

No trimestre de setembro a novembro de 2018 estimou-se que havia aproximadamente 12,2 milhões de pessoas desocupadas no Brasil. Este contingente apresentou variação de -3,9%, ou seja, menos 501 mil pessoas, frente ao trimestre de junho a agosto de 2018, ocasião em que a desocupação foi estimada em 12,7 milhões de pessoas. No confronto com igual trimestre do ano anterior, quando havia 12,6 milhões de pessoas desocupadas, esta estimativa apresentou variação de -2,9%, significando uma redução de 364 mil pessoas desocupadas na força de trabalho.

No entanto, a maior parte dessas ocupações foram geradas no mercado de trabalho informal, onde houve aumento de 528 mil pessoas trabalhando por conta própria e cerca de 498 mil empregados do setor privado sem carteira de trabalho. Com isso, a informalidade atinge nível recorde na série histórica da pesquisa, iniciada em 2012. O aumento de empregados do setor privado sem carteira chegou a 4,5% nesse trimestre, totalizando 11,7 milhões de pessoas. Já o crescimento dos trabalhadores por conta própria foi de 2,3%, atingindo 23,8 milhões de pessoas. O trabalho doméstico com carteira assinada, por outro lado, caiu 4,4% no trimestre, com menos 81 mil pessoas empregadas.

Segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), foram criadas 58.664 vagas de emprego com carteira assinada em novembro. Segundo o governo federal, esse foi o melhor resultado para o mês desde 2010. No acumulado do ano, até novembro, o Brasil registrou a criação de 858.415 vagas de emprego formal.

As informações da Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal (PED-DF) mostraram que a taxa de desemprego total passou de 18,4%, em outubro, para 18,5%, em novembro, tendo o número de desempregados no Distrito Federal aumentado em 10 mil pessoas em relação a novembro de 2017, quando referida taxa era de 18,4%.

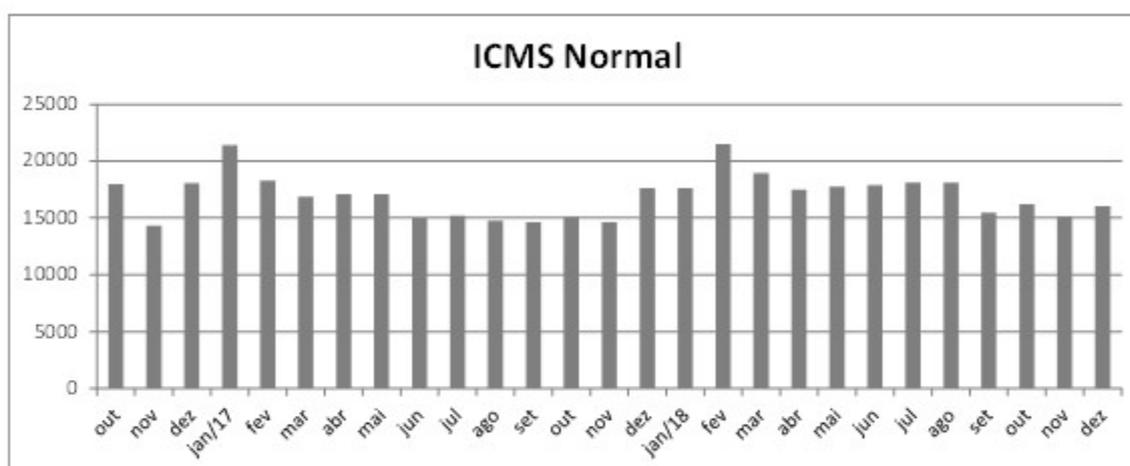
O contingente de ocupados aumentou 0,5% e foi estimado em 1.370 mil pessoas, 7 mil a mais em relação ao mês anterior. Setorialmente, esse resultado decorreu de aumentos nos Serviços (9 mil), na Construção (4 mil) e na Indústria de Transformação (2 mil) e de reduções no Comércio (-8 mil) e na Administração Pública, por sua vez, diminuiu (-7 mil).

A seguir, comenta-se o desempenho em 2018 da arrecadação dos tributos indiretos, incidentes sobre a produção e circulação de bens e serviços, os quais representam 65% aproximadamente do total da arrecadação de origem tributária.

ARRECADAÇÃO DO ICMS

Quanto ao resultado acumulado, a arrecadação do ICMS em 2018 correspondeu a R\$ 7.988,9 milhões em valores correntes. Na comparação com 2017, houve acréscimo nominal de 5,7% e aumento real de 2,7%. Ambas as comparações, mensal e acumulada, adotaram como índice de correção monetária o INPC/IBGE.

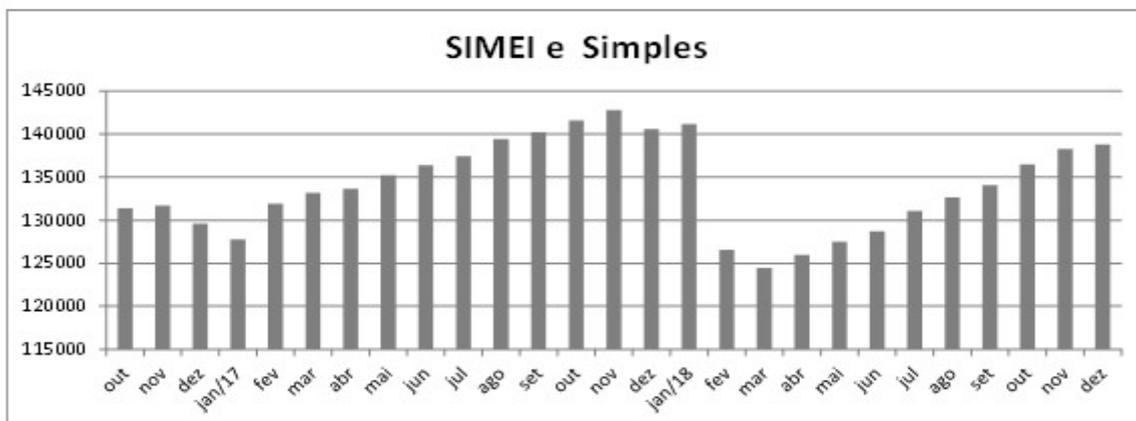
As figuras abaixo ilustram a evolução do número de contribuintes no ICMS SIMEI e Simples e ICMS Normal a partir de outubro de 2016. Quanto ao Regime Normal, o número de contribuintes em dezembro situou-se em patamar próximo a outubro, após relevante queda de setembro, com leve recuperação em outubro e nova queda em novembro. Vale salientar que novembro/2018 havia obtido a pior desde de novembro de 2017.



A tabela a seguir apresenta o número de contribuintes inscritos no cadastro fiscal do ICMS ao final de 2018.

DEZEMBRO DE 2018											
NOME DO REGIME DO ICMS	AGÊNCIA DE ATENDIMENTO DA RECEITA										
	AGBAN	AGBRA	AGCEI	AGEMP	AGSAM	AGPLA	AGIM	AGIOR	AGTAG	PBRAZ	TOTAL
1) Reg. Especial Prod. Originários	1	3	9	12	7	3		1	3	3	42
2) Regime Normal de Apuração	596	3.721	1.355	1.817	1.333	487	2.374	654	3.559	169	16.075
3) PRO-OP Logística				3							3
4) Regime Especial de Relações	5	225	7	108	6	4	36	1	57	1	471
5) Reg. Especial/Arrejo Mat. Construção		2	2	10		1	7	2	5		29
6) Revendedor Porta-a-Porta				24					1		25
7) SIMEI - Micro empreendedor Individual	5.391	16.337	12.843	1	13.071	5.384	8.395	5.703	22.159	1.860	91.144
8) Simples Nacional - outras modalidades	2.255	11.783	4.915	80	4.700	2.026	5.978	2.349	12.909	671	47.666
9) Substituto Tributário OUTRA UF				1.075							1.075
10) Telecomunicações - Centralizada				87							87
11) Telecomunicações - Centralizada				7							7
12) Outra UF (E-Commerce)	6	13	8	3.011	5		1		5		3.048
13) Crédito Presumido - Serv Transporte				2			1	4		1	9
TOTAL	8.254	32.085	18.138	8.217	18.122	7.818	18.815	8.710	38.899	2.705	168.882
PARTICIPAÇÃO	6,17%	20,10%	11,88%	3,88%	11,88%	4,86%	10,55%	6,48%	24,24%	1,88%	100,00%

Observa-se contínuos crescimentos no número de contribuintes do SIMEI e Simples Nacional a partir de março de 2018.



A tabela abaixo apresenta a arrecadação real do ICMS por modalidade de recolhimento.

ITEM	Valores Reais (em R\$ mil)				variação real (em %)		Composição da arrecadação (dez/18)
	dez/18	jan-dez/2018	dez/17	jan-dez/2017	dez/18	jan-dez/2018	
					dez/17	jan-dez/2017	
Normal	393.817	4.559.309	406.060	4.547.903	-3,0%	0,5%	54,8%
ST no DF	106.179	1.051.146	84.969	1.078.339	25,0%	-2,5%	14,8%
ST fora do DF	153.460	1.750.940	149.251	1.715.871	2,8%	2,0%	21,4%
Antecipado	7.933	95.783	10.397	90.595	-23,7%	5,7%	1,1%
Consumidor Final - Operações Interestaduais	39.634	401.137	28.128	239.429	41,0%	67,5%	5,5%
FCP	5.285	61.835	6.503	65.950	-18,7%	-6,2%	0,7%
Outros	11.918	164.963	30.300	141.779	-60,7%	16,4%	1,7%
Total de Arrecadação	718.247	8.095.613	715.606	7.879.865	0,4%	2,7%	100,0%

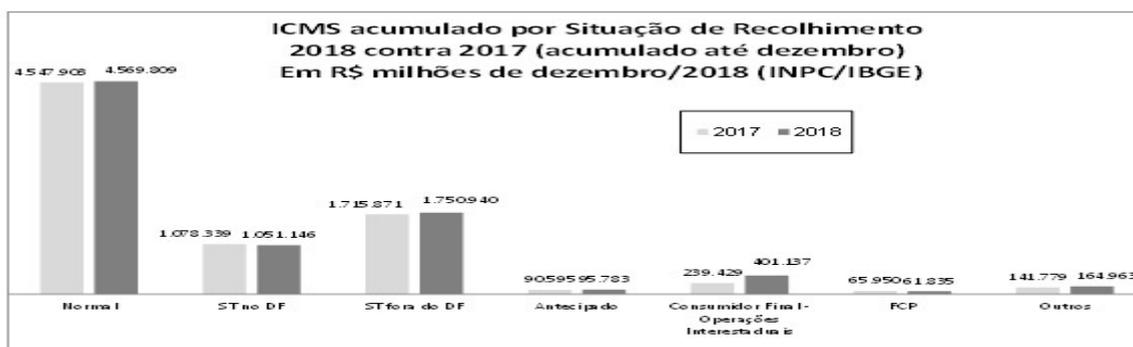
Fonte: Dados SIGG e SIGEST contabilizado para FCP e Consumidor Final - Operações Interestaduais.

Nota: 1. Apuração com base no NPO/SGG.

2. FCP - Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

3. Outros = Imposta de Selos e Infrção, LC 52/97, Incentivos, energia elétrica, transporte e comunicação.

Quanto à análise acumulada de 2018 ante 2017, registrou-se aumento real do ICMS de R\$ 215,7 milhões. Os destaques positivos foram observados nas modalidades de Consumidor Final - Operações Interestaduais (+R\$ 161,7 milhões); Outros (+R\$ 23,2 milhões), que inclui a modalidade Incentivado/PADES (+R\$ 9,7 milhões); regime normal (+R\$ 21,9 milhões); e Substituição Tributária fora do DF (+R\$ 35,1 milhões). Por outro lado, o destaque negativo ficou com o desempenho da Substituição Tributária no DF (-R\$ 27,2 milhões). A figura seguinte ilustra a referida comparação acumulada.



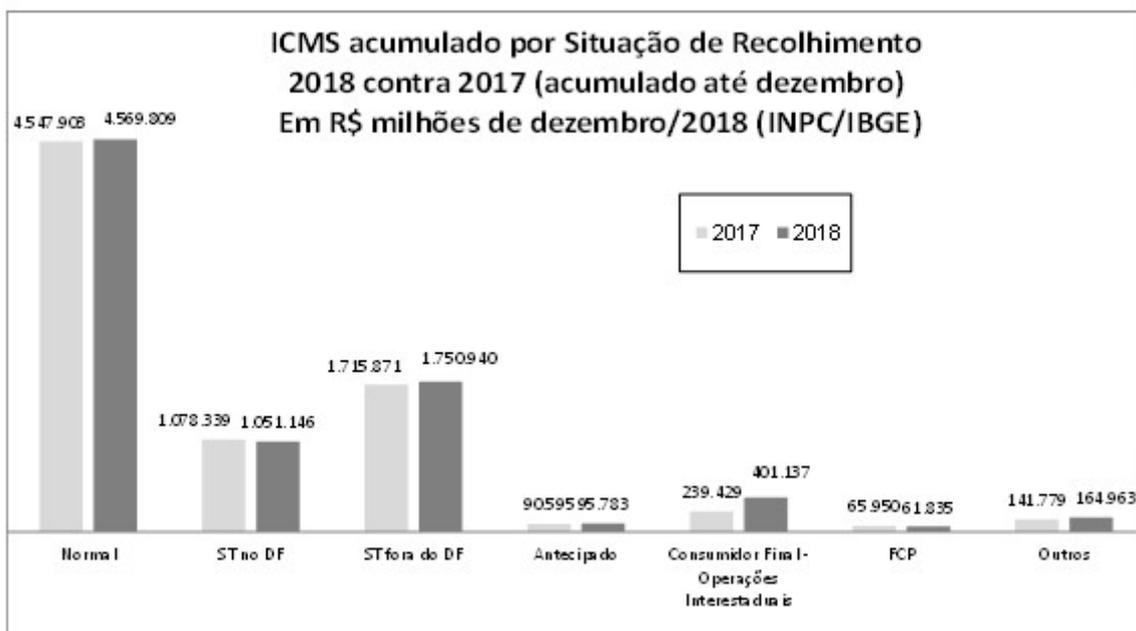
O gráfico seguinte apresenta o desempenho do ICMS referente à modalidade Consumidor Final – Operações Interestaduais. Essa modalidade advém em grande parte do comércio eletrônico, cuja arrecadação começou a partir de janeiro de 2016, após a aprovação da Emenda Constitucional nº 87/2015, que estabeleceu o diferencial de alíquotas entre o Estado destinatário (alíquota interna) e o remetente (alíquota interestadual), para bens e serviços destinados a consumidor final, contribuinte ou não do ICMS.



Verifica-se no gráfico anterior, linha de tendência ascendente desde a implantação da modalidade em 2016. No mês de dezembro houve forte elevação da arrecadação, suplantando os valores observados nos últimos quatro meses, retornando à posição acima da linha de tendência.

Observa-se ainda o art.99 do ADCT da CF/88, que institui que o imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna e a interestadual será partilhado entre os Estados de destino e de origem, na seguinte proporção: para o ano de 2015, 20% para o Estado de destino e 80% para o Estado de origem; para o ano de 2016, 40% para o Estado de destino e 60% para o Estado de origem; para o ano de 2017, 60% para o Estado de destino e 40% para o Estado de origem; para o ano de 2018, 80% para o Estado de destino e 20% Estado de origem; a partir do ano de 2019, 100% para o Estado de destino. Portanto, espera-se uma arrecadação ascendente até 2019, estabilizando-se a partir desse ano.

Quanto ao desempenho acumulado de 2018 em relação a 2017, verificou-se desempenho positivo em quase todos os segmentos destacando-se Combustíveis (+R\$ 85,7 milhões), Comércio Varejista (+R\$ 54,7 milhões), Indústria (+R\$ 57,1 milhões), Veículos (+R\$ 46,0 milhões) e Comércio Atacadista (+R\$ 34,0 milhões). A única perda se deu em Comunicação (-R\$ 134,4 milhões). A figura seguinte ilustra a comparação acumulada.



A tabela abaixo resume a arrecadação do ICMS por atividade econômica.

ICMS: ARRECAÇÃO POR ATIVIDADES SELECIONADAS							
ITEM	Valores Reais ¹ (em R\$ mil)				variação real (em %)		Composição da arrecadação (dez/2018)
	dez/18	jan-dez/2018	dez/17	jan-dez/2017	dez/17	jan-dez/2017	
	Combustíveis	154.510	1.715.619	131.966	1.629.891	17,1%	
Comércio Atacadista	132.319	1.461.864	124.841	1.427.857	6,0%	2,4%	19,0%
Comércio Varejista	121.084	1.291.568	118.741	1.236.884	4,6%	4,4%	17,4%
Comunicação	85.391	1.013.262	87.537	1.147.647	-2,5%	-11,7%	12,3%
Energia Elétrica	69.766	723.570	71.254	716.262	-2,1%	1,0%	10,0%
Indústria	79.703	1.017.188	90.200	960.137	-11,6%	5,9%	11,4%
Veículos	46.809	491.031	42.758	445.029	9,5%	10,3%	6,7%
Demais Atividades	6.781	78.028	7.632	75.907	-11,1%	2,8%	1,0%
TOTAL	696.364	7.792.130	671.928	7.639.613	3,6%	2,0%	100,0%

Fonte: Dados SIGGO e SIGET contabilizado para FCP e Consumidor Final - Operações Inter-estaduais

Notas: 1. Apuração com base no INPC/IBGE

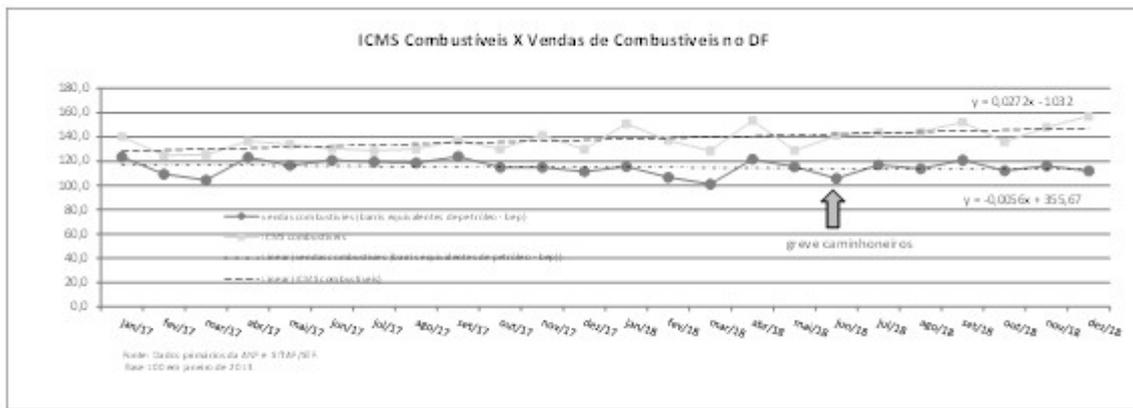
2. FCP - Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

3. Outros = Importação, auto de infração, ICMS287, Incentivado, energia elétrica, transporte e comunicação.

DESEMPENHO DA ARRECAÇÃO PERANTE O CENÁRIO ECONÔMICO COMBUSTÍVEIS

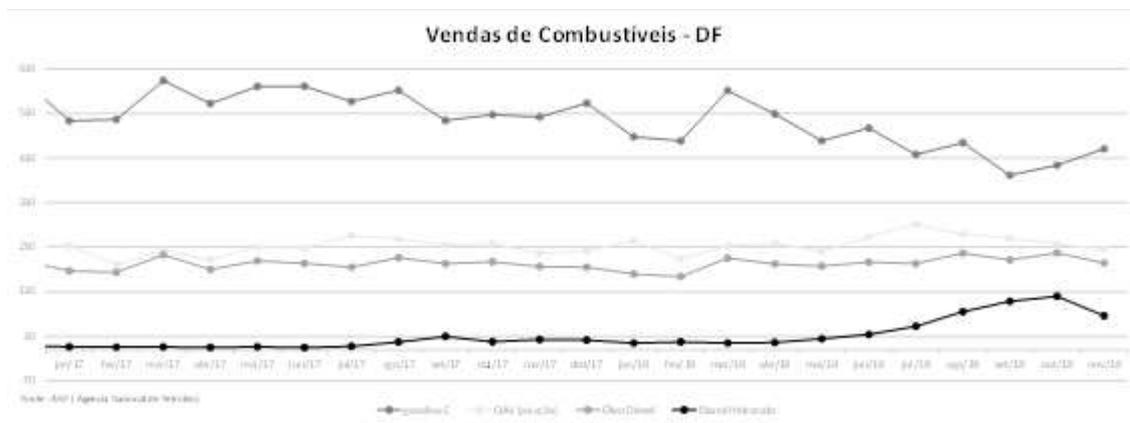
Para a avaliação do segmento de combustíveis no Distrito Federal, tomaram-se como base as vendas de derivados de petróleo pelas distribuidoras até novembro, fato gerador da arrecadação do ICMS de dezembro, conforme publicação da Agência Nacional do Petróleo – ANP, ilustrada no gráfico abaixo.

Assim foram construídos números-índice das séries de ICMS combustíveis e venda de combustíveis totais. De acordo com o gráfico abaixo depreende-se que no mês de dezembro houve aumento nos recolhimentos do imposto não correspondido pela expansão nas vendas do conjunto de derivativos de petróleo.



Vale ressaltar que a longo prazo, a curva de recolhimentos do segmento apresenta leve inclinação positiva, ao passo que a referente às vendas de combustíveis indica suave declínio. Tal comportamento está provavelmente relacionado aos sucessivos aumentos de preço da gasolina C.

Analisando especificamente o desempenho das vendas de combustíveis no DF por produto, apurou-se queda abrupta das vendas do combustível etanol hidratado, retornando a patamares anteriores a agosto, ao passo que em relação a gasolina C houve forte movimento de elevação. Tal comportamento está atrelado a recente política de gestão dos preços dos combustíveis pela Petrobrás, repassando a variação de preços de acordo com a cotação do mercado internacional. Até setembro era notória a substituição da gasolina pelo etanol; a partir de outubro tal procedimento foi se dissipando. Contudo no cômputo geral houve retração nas vendas totais de combustíveis, todavia como a gasolina C é mais cara dos derivativos, ocorreu aumento dos ingressos tributários com menores vendas totais.



Quanto ao desempenho acumulado de 2018 em relação a 2017, houve aumento real de 5,3%. Tal performance está acima da média observada para os demais setores econômicos, estando abaixo apenas de indústria e veículos.

COMUNICAÇÕES

Quanto à comparação acumulada de 2018 frente a 2017, o segmento é o único a apresentar retração real dentre as principais atividades alcançadas pelo imposto, com decréscimo de 11,7%. Cumpre informar a alta na arrecadação do último mês de 2018.

INDÚSTRIA

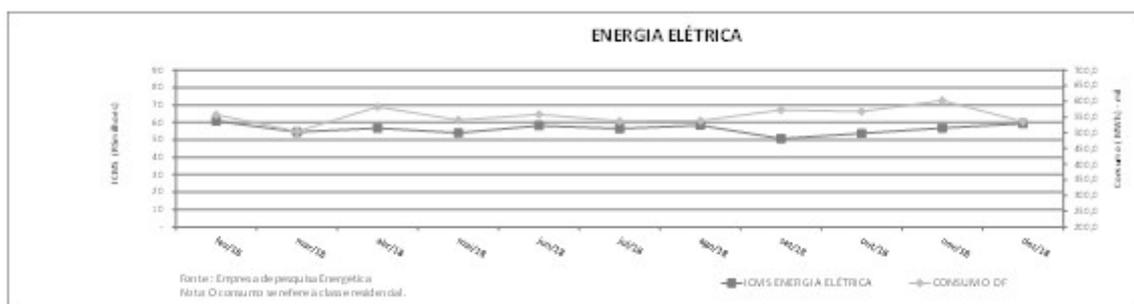
Já no acumulado de doze meses, em que pese saldo positivo de 1,8%, vale ressaltar que foi o pior resultado desde outubro de 2017. Assim, de acordo com o IBGE "o ritmo da produção vem perdendo tração desde julho de 2018". No ano registrou-se expansão de 2,5%.

O Instituto ainda suscitou o estado de convalescência da economia brasileira com a greve dos caminhoneiros, a crise das exportações brasileiras, a deterioração do mercado de trabalho e a incerteza política durante o período eleitoral que frearam investimentos e consumo.

Quanto ao desempenho acumulado em 2018 em relação a 2017, houve aumento real de 5,9%, impulsionado pelo setor mais representativo medicamentos (+R\$ 28,9 milhões).

ENERGIA ELÉTRICA

O gráfico abaixo apresenta a evolução de consumo de energia elétrica e de arrecadação do ICMS do setor ao longo de 2018. Constata-se que, após o alinhamento observado em novembro entre a arrecadação e o consumo, ambos com movimentos ascendentes, houve a continuidade de incremento mensal da arrecadação e retração no consumo de energia elétrica em dezembro.



No desempenho acumulado de 2018 em relação ao correspondente período de 2017, registrou-se um acréscimo real de 1,0%.

VEÍCULOS

No comparativo ano a ano, enquanto os emplacamentos de veículos pesados (caminhões e ônibus) tiveram alta de 60,51%, as vendas de automóveis e comerciais leves cresceram 24,47%.

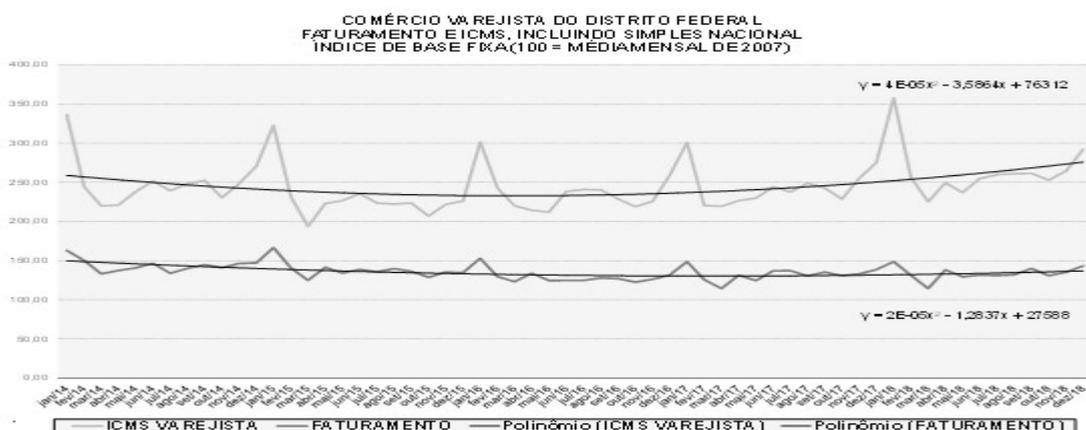
Quanto ao desempenho acumulado de 2018 no Distrito Federal em relação a 2017, registrou-se aumento real de 10,3%.

Com dados fechados da Fenabrave, as vendas de veículos, exceto motos, cresceu 14,6% em 2018. É o segundo ano seguido de crescimento. Em 2017 havia se expandido 9,23%. Segundo a Associação, "os resultados foram melhores que o esperado em função da queda de juros e melhora na inadimplência, gerando maior oferta de crédito que impulsionaram as vendas".

VENDAS NO VAREJO

Puxadas pelas promoções da "Black Friday", as vendas no varejo de novembro aumentaram 2,9% na comparação com outubro, a segunda maior alta na série histórica da Pesquisa Mensal de Comércio, iniciada em 2000. Com isso, o comércio acumulou alta de 2,5% em 2018 e de 2,6% nos últimos 12 meses.

Conforme gráfico seguinte, a curva de arrecadação do ICMS varejista no Distrito Federal, bem como a que representa a receita de vendas, apresentaram ascensão em dezembro de 2018, em relação ao mês anterior. É notável a tendência de recuperação da arrecadação mais pronunciada do que a do faturamento.



ICMS BRASIL

A arrecadação acumulada do ICMS em nível nacional até dezembro, incluindo dívida ativa, multas e juros e simples nacional, apresentou aumento real de 4,6% em 2018 frente a 2017. Nessa mesma comparação, o Distrito Federal apresentou acréscimo de 2,7%, subindo duas posições em relação a resenha passada, ocupando a 23ª posição no ranking dos melhores desempenhos dentre as 27 Unidades Federadas, conforme tabela seguinte. No Centro-Oeste, o DF ocupou a penúltima posição.

ICMS BRASIL ATÉ DEZEMBRO/2018 - VALORES EM R\$ MILHÕES (INPC/IBGE)

Unidade da Federação	2017	2018	Varição (em %)
AC Acre	1.229	1.430	16,30%
PI Piauí	3.964	4.542	14,59%
AP Amapá	786	866	10,26%
RR Roraima	812	891	9,75%
TO Tocantins	2.644	2.898	9,58%
RJ Rio de Janeiro	33.959	37.200	9,54%
AM Amazonas	8.566	9.381	9,52%
MA Maranhão	6.558	7.109	8,41%
BA Bahia	22.109	23.867	7,95%
RO Rondônia	3.410	3.676	7,80%
MT Mato Grosso	11.379	12.220	7,40%
SC Santa Catarina	20.208	21.675	7,26%
ES Espírito Santo	9.657	10.351	7,19%
PE Pernambuco	15.082	16.111	6,82%
SE Sergipe	3.338	3.552	6,41%
RN Rio Grande do Norte	5.412	5.749	6,23%
MS Mato Grosso do Sul	9.157	9.719	6,15%
AL Alagoas	3.834	4.061	5,92%
RS Rio Grande do Sul	33.297	35.255	5,88%
PB Paraíba	5.408	5.703	5,45%
PA Pará	10.695	11.063	3,44%
SP São Paulo	137.889	141.698	2,76%
DF Distrito Federal	8.243	8.466	2,70%
CE Ceará	11.837	12.136	2,53%
MG Minas Gerais	48.651	49.716	2,19%
GO Goiás	15.661	15.962	1,92%
PR Paraná	30.861	30.613	-0,81%
BRASIL	464.646	485.911	4,58%

Fonte: SEF-DF e COTEPE/CONFAZ/MF.

Nota: Os valores não informados por Mato Grosso (setembro a dezembro/2018) foram substituídos por médias aritméticas simples dos últimos 12 meses.

ARRECAÇÃO DO REGIME SIMPLIFICADO

Os ingressos provenientes do Simples Nacional no exercício 2018, totalizaram R\$ 396,4 milhões, conforme quadro abaixo:

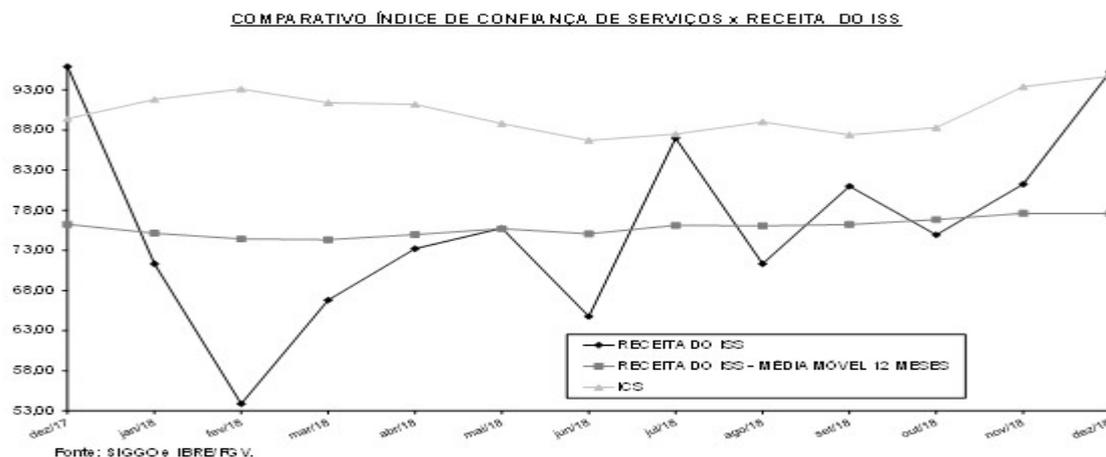
ARRECADAÇÃO SIMPLES NACIONAL - 2018					
Mês	ICMS		ISS		Total da Arrecadação (em R\$)
	Valor (em R\$)	Nº de Contribuintes	Valor (em R\$)	Nº de Contribuintes	
janeiro	22.544.248,78	141.182	17.566.640,60	140.876	40.110.889,38
fevereiro	15.580.214,52	126.548	12.704.957,86	128.517	28.285.172,38
março	16.989.183,45	124.484	13.384.102,48	127.184	30.373.285,93
abril	17.020.025,92	125.960	14.107.786,88	129.021	31.127.812,80
maio	16.422.126,20	127.488	14.217.123,00	131.065	30.639.249,20
junho	15.578.657,00	128.715	12.838.785,85	132.703	28.417.442,85
julho	20.240.071,34	131.075	17.002.574,16	135.622	37.242.645,50
agosto	17.903.631,64	132.667	14.792.684,73	137.748	32.696.316,37
setembro	18.831.533,99	134.061	15.767.120,61	139.636	34.598.654,60
outubro	17.505.334,43	136.483	14.907.739,00	142.552	32.413.073,43
novembro	19.687.446,31	138.296	16.780.009,99	144.742	36.467.456,30
dezembro	17.858.730,88	138.810	16.159.033,24	145.405	34.017.764,12
TOTAL	216.161.204,46		180.228.558,40		396.389.762,86

Nota: nº de contribuintes inclui SIMEI.
Fonte: SIGGO

ARRECADAÇÃO DO ISS

Quanto à receita acumulada em 2018, a arrecadação foi de R\$ 1.651,2 milhões em valores correntes. No comparativo com 2017, apurou-se aumento nominal de 1,7%, contudo decréscimo real de 1,2%, pelo INPC/IBGE.

O Índice de Confiança de Serviços (ICS), medido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), avalia a tendência de curto prazo e o comportamento das empresas do setor de serviços, com abrangência nacional. O gráfico a seguir traz o comportamento deste indicador até dezembro de 2018, frente à arrecadação de ISS do Distrito Federal.



De acordo com o diagrama estampando acima, depreende-se que o Índice de Confiança de Serviços (ICS) apresentou aumento em dezembro, correspondente a 1,3 ponto, conforme a Fundação Getúlio Vargas (FGV). Com isso, o índice atingiu 94,7 pontos, o maior da série nos últimos doze meses. Assim, observou-se que de fevereiro a junho de 2018 houve retração para esse indicador, compensada, à exceção de setembro, por sucessivos aumentos.

Vale salientar que a partir de novembro de 2015, a classificação setorial das sondagens de tendências do Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas (IBRE/FGV), passou a ser determinada pela Classificação Nacional de Atividades Econômicas em sua

versão 2.0 (CNAE 2.0, IBGE). Todas as informações contidas nos relatórios divulgados pelo IBRE/FGV referentes ao setorial das sondagens de tendências são ajustadas por sazonalidade, exceto quando expressamente indicado. E, também, as séries históricas com ajuste sazonal foram revisadas em fevereiro de 2017, considerando todos os dados disponíveis.

A tabela a seguir apresenta o número de contribuintes inscritos no cadastro fiscal do ISS ao final de 2018.

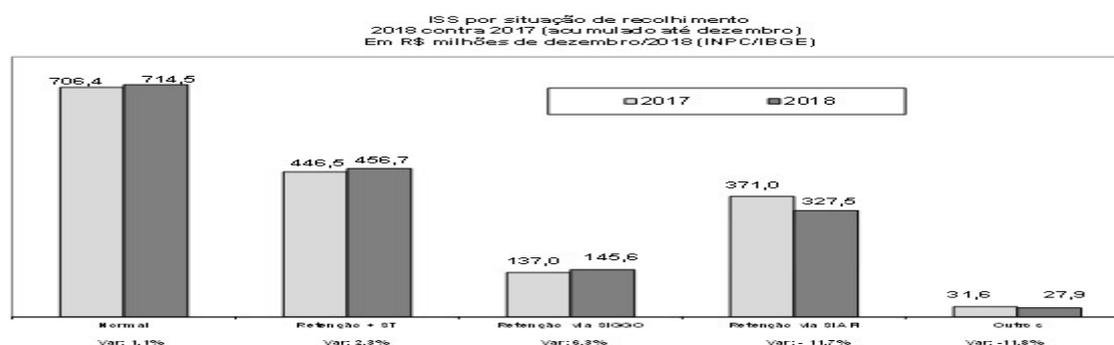
DEZEMBRO DE 2018											
NOME DO REGIME DO ISS	AGÊNCIAS DE ATENDIMENTO DA RECEITA										
	AGBAN	AGBRA	AGCEI	AGEMP	AGGAM	AGPLA	AGSA	AGSOR	AGTAG	PBRAZ	TOTAL
1) Regime Normal de Apuração	849	11.895	1.310	2.209	1.331	426	4.061	806	5.543	143	28.673
2) Substituto Tributário Interno - ISS		3		39							42
3) Sociedade Unipessoal de Advocacia - ISS		6			1		1				8
4) SIMPLI - Microempendedor Individual	5.721	19.129	12.467	1	13.064	4.706	8.906	5.874	22.246	1.741	84.466
5) SIMPLIS NACIONAL	2.282	16.782	3.864	71	3.865	1.408	6.645	2.205	13.340	483	60.860
6) Sociedades Unipessoais		756	6	9	5	1	54	2	69		802
7) Substituto Tributário - ISS (OUTRA UF)				1							1
8) Telecomunicações Eletrônicas - Centralizadas				54							54
9) Telecomunicações Eletrônicas - Centralizadas				7							7
10) Outras UF (E-Commerce)	3	9	2	657	4		1		2		678
11) Outras UF - Prestação de Serviço no DF		21	1	100	1		1		1	1	128
TOTAL	8.855	48.601	17.650	3.148	18.271	6.541	12.660	8.837	41.801	2.373	175.798
PARTECIPAÇÃO	5,04%	27,65%	10,04%	1,79%	10,39%	3,72%	11,19%	5,06%	23,76%	1,35%	100,00%

A tabela abaixo apresenta valores reais, variações reais e a composição da arrecadação do ISS, por modalidade de recolhimento.

ARRECAÇÃO DO ISS POR SITUAÇÃO DE RECOLHIMENTO							
ISS	Valores Reais (em R\$ mil)				Variação Real ¹ (em%)		Composição da arrecadação (dez/18)
	dez/17		dez/18		dez/18	Jan-dez/18	
	dez/17	Jan-dez/17	dez/18	Jan-dez/18	dez/17	Jan-dez/17	
Normal	59.692	706.412	57.435	714.474	-3,3%	1,1%	32,7%
Retenção + ST	37.092	446.520	43.393	456.682	17,0%	2,3%	24,7%
Retenção via SIGGO	16.309	136.956	15.855	145.620	-2,8%	6,3%	9,0%
Retenção via SIAFI	67.532	370.986	56.782	327.473	-15,9%	-11,7%	32,4%
Outras	2.058	31.590	1.995	27.667	-3,1%	-11,8%	1,1%
Total da Arrecadação	162.682	1.686.464	176.460	1.672.118	-4,0%	-1,2%	100,00%

Fonte: SIGGO
1: Apuração com base no INPC/IBGE.

Ainda, no que tange as principais situações de recolhimento, tem-se na ilustração seguinte, a comparação da arrecadação acumulada em 2018 com a observada em 2017. Observou-se que o decréscimo real observado na modalidade Retenção via SIAFI (-R\$ 43,5 milhões) foi o principal responsável pelo resultado negativo de 20,3 milhões na arrecadação do ISS no período. Por outro lado, vale destacar os aumentos ocorridos nas modalidades de recolhimentos por terceiros (Retenção + ST) correspondente a R\$ +10,2 milhões, Retenção via SIGGO (+R\$ 8,7 milhões) e Normal (+R\$ 8,1 milhões).



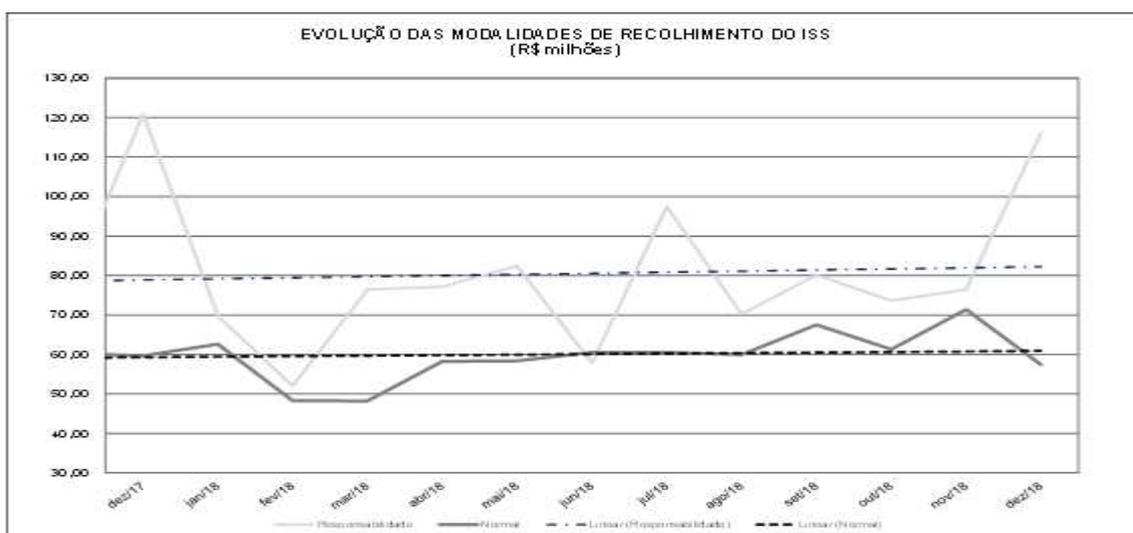
A diminuição na arrecadação do ISS na modalidade Retenção via SIAFI em 2018, comparada com o mesmo período do ano anterior, deve-se ao inconstante volume de liquidação de despesas empenhadas pela União de sobremaneira as baixas registradas nos meses janeiro, fevereiro, junho e agosto de 2018, com montantes de R\$ 18,3 milhões, R\$ 5,3 milhões, R\$ 10,2 milhões e R\$ 18,7 milhões respectivamente, com patamares muito inferiores à média

de R\$ 27 milhões observada nos dez primeiros meses de 2017. Em que pese a recuperação computada nessa rubrica para os meses de setembro, outubro e novembro e especialmente em dezembro de 2018, tal performance não foi suficiente para reverter o quadro até então apresentado nessa modalidade.

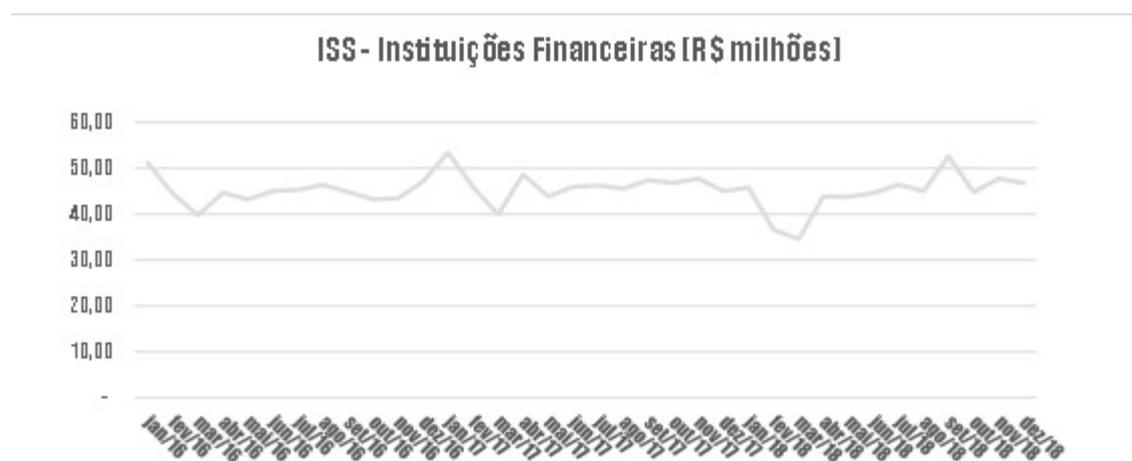
O gráfico seguinte apresenta a evolução das modalidades de recolhimento do ISS Normal e por Responsabilidade (Substituição Tributária, Retenção via SIAFI e Retenção via SIGGO).

Observa-se uma oscilação maior na modalidade responsabilidade, que conforme dados citados acima, decorre da Retenção via SIAFI. Mas as linhas de tendência de ambas as modalidades mostram relativa estabilidade das séries históricas.

Quanto à evolução da arrecadação do ISS Normal em 2018, no último registro observou-se expressiva queda em dezembro.



Em função da representatividade do segmento de Instituições Financeiras dentro das atividades com incidência do ISS, observa-se no gráfico a seguir que a queda do exercício de 2018 frente a 2017 está basicamente relacionado às diferenças comparativas de arrecadação observadas nos meses de janeiro e fevereiro de 2018, com a subsequente recuperação, porém insuficiente para gerar saldos positivos no comparativo com o exercício de 2017.

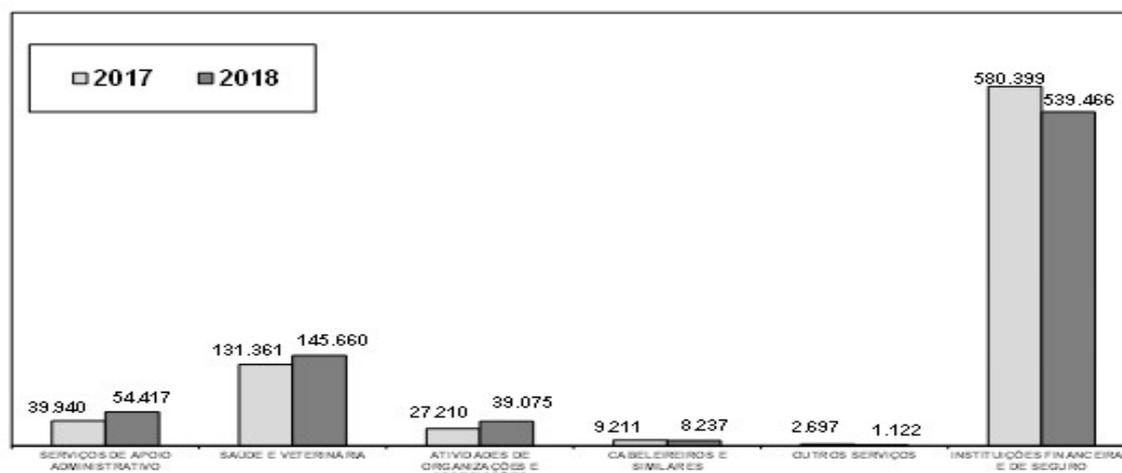


Os gráficos seguintes apontam o desempenho da arrecadação do ISS conforme principais setores econômicos. Foram excluídas as retenções efetuadas por órgãos públicos concentradas nas áreas de informática, segurança e limpeza, pelo fato de elas não constarem integralmente na base de dados que serve de referência para a análise.

Na comparação de 2018 frente a 2017 com dados acumulados até dezembro, os maiores aumentos em termos absolutos ocorreram nos segmentos de Serviços de Apoio

Administrativo (+R\$ 14,5 milhões), Saúde e Veterinária (+R\$ 14,3 milhões) e Atividades de Organizações e Associações (+R\$ 11,9 milhões). Em contrapartida, apresentaram decréscimos as atividades de Instituições Financeiras e de Seguro (-R\$ 40,9 milhões), Outros Serviços (-R\$ 1,6 milhão) e Cabeleireiros e Similares (-R\$ 1,0 milhão).

ISS por Atividade Econômica
Maiores Variações Absolutas - Atividades Seleccionadas*
 Valores acumulados até dezembro (Em R\$ mil de dezembro de 2018 -INPC/IBGE)



(*) Exclui os setores de informática, segurança e limpeza, pois o financeiro dos contribuintes, até o momento da elaboração do relatório, não contemplava integralmente a retenção por órgãos públicos.

AÇÕES DESENVOLVIDAS PELAS COORDENAÇÕES DA SUBSECRETARIA DA RECEITA

Coordenação de Fiscalização Tributária – COFIT

As atividades da fiscalização tributária dividem-se nos principais segmentos:

Programação Fiscal: supervisão, controle do cumprimento das obrigações tributárias e garantir um equilíbrio entre as ações de massa preventivas e auditorias fiscais integrais ou concentradas a serem desenvolvidas pelos auditores, objetivando otimização, celeridade e efetividade aos procedimentos de fiscalização;

Monitoramento: acompanhamento do comportamento tributário e identificação de eventuais inconsistências para comunicação aos contribuintes com vistas à correção espontânea. São monitorados os contribuintes de segmentos econômicos específicos considerados relevantes, principalmente em termos de potencial de arrecadação (empresas de energia elétrica, combustível, comunicação, substitutos tributários, etc.), bem como quaisquer outros em que o cruzamento de informações aponte indícios de irregularidades fiscais;

Auditorias: realização de ações fiscais para constituição de crédito tributário em contribuintes com indícios relevantes de descumprimento de obrigações tributárias relativas ao ICMS e ISS, identificados pela programação fiscal por meio de cruzamento de dados;

Fiscalização de mercadorias em trânsito: verificação da regularidade fiscal das mercadorias destinadas ao Distrito Federal e constituição de crédito tributário relativo às infrações identificadas;

Simples Nacional: Auditorias específicas para este setor;

Demandas de órgãos internos e externos: Situações diversas a serem distribuídas aos setores da Coordenação, conforme assunto;

Diligências: alcance de elevado número de contribuintes em ações pontuais, cujo objetivo maior é ostentar a presença do fisco;

Retificação do livro eletrônico: Monitoramento e deliberação dessas solicitações, via atendimento virtual;

Ações específicas para atendimento de denúncias internas e externas, com foco em ilícitos tributários atinentes ao ICMS e ISS;

Gestão do ECF;

Preparo processual dos autos de infração lavrados;

Procedimentos administrativos: controle e apoio aos setores da Coordenação.

Gerência de Programação Fiscal – GEPRO

Unidade de análise e planejamento, responsável pela seleção de empresas a serem incluídas em ações fiscais a serem realizadas pelas gerências de auditoria e monitoramento, dentre outras atribuições previstas no art. 63 do Decreto nº 35.565/2014. No acumulado de 2018 foram planejadas e distribuídas ações fiscais conforme tabelas abaixo.

GEPRO – AÇÕES FISCAIS A SEREM REDISTRIBUÍDAS 2018

Até o mês anterior 2018	Em outubro 2018	Total
533	8	541

(*) Fonte: Relatório GEPRO

GEPRO_ RESUMO DAS AÇÕES FISCAIS DISTRIBUÍDAS_2018

Tipo Ação Fiscal distribuída	Quantidade (Em unidades)			
	Até o mês anterior (a)	Ajustes no mês (b)	No mês referência Redistribuição/Direta (c)	Até o mês de referência (a)+(b)+(c)
GRUPO				
AEC/Auditoria	461	0	71	482
Diligências	419	2	32	453
Monitoramentos	235	22	0	257
Outros	37	0	0	37
Total	1152	24	103	1229

(*) Origem: GEPRO_QUADRO ANALÍTICO DAS AÇÕES FISCAIS DISTRIBUÍDAS_2018.

GEPRO_PROJETOS E DILIGÊNCIAS PREVISTOS_2018

NOME PROJETO	Descrição
ICMS ST	Dos segmentos cosméticos, material de limpeza, bebida quente, material elétrico, material de construção, mercadorias oriundas de estados não signatários dos respectivos Protocolos de estados signatários cujos substitutos não tenham inscrição no CFDF
Simplex Nacional	Diligências em empresas do Simplex Nacional, para que haja correção espontânea de eventuais incorreções nas PGDAS, conforme indícios apurados com base no faturamento dos cartões de crédito/débito
Porta a Porta	Vistorias in loco, para verificar regularidade cadastral e outras obrigações tributárias
ECF	Diligências para leitura do ECF em contribuintes selecionados pela GEPRO
Vistorias 1	Vistorias em contribuintes que se encontram há mais de dois anos sem vistoria fiscal
PMPF	Identificação de preço médio ponderado ao consumidor final – PMPF e/ou de margem de valor agregado – MVA, os quais serão utilizados para definição da base de cálculo do ICMS devido por substituição tributária do setor de combustíveis
ISS ST	Visita a Contribuintes substitutos e responsáveis tributários do ISS, para atender demandas SIGAC e processos, identificar novos substitutos do ISS e cobrar irregularidades
Shows e Eventos	Vistoria em shows e eventos a serem realizados, para cobrança do ISS devido
Vistorias 2	Diligências para confirmar funcionamento do estabelecimento
Regimes Especiais	Diligências relativas ao monitoramento dos contribuintes enquadrados na sistemática de apuração do ICMS prevista na Lei 5.005/2012 e/ou condição de substituto tributário do ICMS definida no Decreto 34.063/2012
CFDF ST Atacado/Varejo	Diligências relativas a pedido de inscrição de contribuintes atacadistas e varejistas de petróleo e seus derivados estabelecidos no Distrito Federal.

* Fonte: GEPRO

As ações fiscais podem ser classificadas em auditorias e diligências, sendo que:

As diligências são realizadas com o objetivo primordial de ostentar a presença do fisco e alcançar, com ações pontuais, um elevado número de contribuintes.

As auditorias são realizadas em empresas com indícios relevantes de descumprimento de obrigações tributárias e visam à constituição de crédito tributário.

As ações fiscais podem ser distribuídas diretamente para os agentes ou serem distribuídas para os chefes, que posteriormente redistribuem as ações para seus subordinados.

Gerência de Auditoria Tributária - GEAUT

Tem como foco principal a execução de auditorias com vistas à constituição do crédito tributário, dentre outras atribuições previstas no art. 67 do Decreto nº 35.565/2014. Segue abaixo quadro-resumo das ações fiscais realizadas e crédito tributário constituído:

GEAUT – RESUMO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO_2018

Setor	Nº AFR *	Distribuídas (a)			Concluídas com débito (b)			Concluídas sem débito (c)			Ações Fiscais (AF) em andamento (d)	Crédito Constituído (e)		
		Até o mês anterior	No mês	Até o mês	Até o mês anterior	No mês	Até o mês	Até o mês anterior	No mês	Até o mês		Ac. Até o mês anterior	No Mês	Ac. Até o mês
		NUAUD I	07	70	16	86	34	14	48	11		4	14	24
NUAUD II	08	38	5	43	24	2	26	2	0	2	15	167.515.209,72	9.231.286,60	176.746.496,32
NUAUD III	05	82	0	82	65	5	70	9	0	9	3	248.265.558,05	7.281.449,28	255.547.007,33
NUAUD IV	06	73	2	75	49	5	54	13	2	15	6	53.377.562,77	2.963.884,06	56.341.446,83
NUAFI	02	9	2	11	9	2	11	0	0	0	0	20.231,17	3.612,71	23.843,88
TOTAL	26	272	25	297	210	28	209	35	6	40	48	617.907.568,33	142.516.123,42	760.423.691,75

• Fonte: Relatório da GEAUT

Seguem abaixo quadro resumo de outras principais atividades desenvolvidas até o mês na GEAUT.

GEAUT – RESUMO DE OUTRAS PRINCIPAIS DESENVOLVIDAS_2018

n.º	Atividade	Distribuídas			Concluídas			Saldo do Exercício Anterior (g)	Canceladas (h)	Saldo (i) = (g) + (c) - (f) - (h)
		Até o mês Anterior (a)	No Mês Atual (b)	Até o Mês (c) = (a) + (b)	Até o mês Anterior (d)	No Mês (e)	Até o Mês (f)			
1	Diligência Especial	0	15	15	12	0	12	3	1	5
2	Diligência GEJUC/ TAREF	0	0	0	0	0	0	0	0	0
3	Diligência GEJUC/ TAREF Aposentado	0	6	6	0	1	1	2	0	7
4	Diligência GEJUC/ TAREF Afastado	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5	Diligência Padrão	0	1	1	6	0	6	5	0	0
6	Diligência SIMEI	0	0	0	0	0	0	0	0	0
7	OPERAÇÃO ESPECIAL	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8	PERICIA JUDICIAL – Assistência Técnica	0	2	2	0	4	4	2	0	0
9	Atendimento SIGAC									
10	Orientação a contribuinte (presencial/telefone/e-mail)									
11	Participação Reunião COTEPE/ABRAS/outras órgãos									
12	Comparecimento à Justiça/CORF (DOT)/Outros									
13	Estudos Específicos									
14	Outros atendimentos: demandas da PGDF e outros órgãos	Controle via SEI								
	Total		24	24	18	5	23	12	1	12

• Fonte SIGEST, para n.ºs 1 a 8; demais não informados em relatório à parte.

Gerência de Gestão do Malha Fiscal – GGMAF

A GGMAF é a unidade responsável pela gestão do Malha DF (Sistema de Gestão da Regularidade Fiscal dos Contribuintes), dentre outras atribuições previstas no art. 67 do Decreto nº 35.565/2014.

O sistema do Malha DF destina-se à verificação da consistência das informações econômico-fiscais, próprias ou obtidas de terceiros, relativas aos contribuintes inscritos no Cadastro Fiscal do Distrito Federal – CF/DF, identificando divergências e possibilitando aos contribuintes, em determinadas situações, a correção espontânea da escrituração fiscal.

Estão detalhados nos quadros a seguir os resultados decorrentes dessa gestão.

GGMAF_NÚMERO DE ATENDIMENTOS VIRTUAIS CONCLUÍDOS - Malha Fiscal_2018

Saldo Dez/2017	No Exercício 2018			ACUMULADO Geral
	Até o mês anterior	No mês de referência	ACUMULADO (até o mês)	
10.689	10486	826	11312	22001

• Fonte: Relatório GGMAF

GGMAF_CONTRIBUENTES (unidade)_2018

Até o exercício anterior	86.451
Até o Mês Anterior de 2018	1.947
No Mês de 2018	2.498
ACUMULADO em 2018	4.445
ACUMULADO GERAL	90.896

• Fonte: Relatório GGMAF

GGMAF_RESULTADO DE ALTERAÇÃO DE DECLARAÇÕES (R\$)_2018

	ICMS	SALDO CREDOR	ICMS_ST	ISS (*)
Até o exercício anterior	193.840.118,86	36.903.180,27	25.894.357,56	81.454.929,53
Jan/2018	8.916.398,52	845.589,37	3.157.377,79	4.823.428,50
Fev/2018	6.758.794,19	467.705,50	-435.909,53	12.381.875,55
Mar/2018	17.604.846,01	-511.540,52	4.685.183,78	6.406.485,00
Abr/2018	8.350.875,00	352.985,75	1.422.555,74	2.649.120,94
Mai/18	18.956.719,45	579.899,61	2.071.067,70	9.027.907,57
Jun/2018	8.917.728,94	832.928,83	618.836,17	6.205.182,68
Jul/18	11.538.700,69	89.309,35	1.046.858,04	8.471.568,66
Ago/2018	26.253.672,60	732.847,36	10.496.458,28	9.779.927,77
Set/2018	40.158.985,84	2.209.544,60	7.376.878,85	13.516.147,39
Out/2018	14.312.214,92	424.990,16	1.113.299,03	10.342.967,34
ACUMULADO em 2018	0,00	0,00	0,00	0,00
ACUMULADO GERAL	37.242.750,00	6.024.260,00	31.552.606,00	83.604.611,00

• Fonte: Relatório GGMAF

Obs: Os dados acima são de alterações de declarações de contribuintes que foram objeto de ação pelo MALHA DF, exclusiva ou não.

(*) Malha não tem divergência ISS ST. Paineis com ISS RT declarado pelos prestadores X declarado tomadores, disponibilizado ao NUISS.

GGMAF_OCORRÊNCIAS DE TIPOS DE DIVERGÊNCIA_2018

Tipo	Set/18	Out/18- Set/18	Out/18	Saldo	Saldo	Sd At- (B)	Resolvidas B)	Resolvidas 01/2018
01 - Faturamento declarado no Livro Fiscal - LFE x Movimentação do Cartão Débito/ Crédito	216.805			579.140				
02 - Saída de Mercadoria do Livro Fiscal Eletrônico - LFE x Saída de Mercadorias de NF-e emitidas	14.330	29.379	246.184	33.097	600.465	21.325	8.054	-25.867
03 - Transporte do Saldo Credor do Mês Anterior	1.239			5.478				
04 - Aproveitamento Indevido de Crédito	2.674	249	1.488	13.775	5.616	138	111	-1.035
05 - Cupom Fiscal Analítico x Mapa Resumo ICMS	181	407	3.081	12.875	13.967	192	215	-2.559
06 - Limite MEI x Compras NF-e	2.103	9	190	8.438	12.829	-46	55	330
07 - Limite MEI x Faturamento do Cartão Débito/ Crédito	14.675	1.592	3.695	37.086	9.893	1.455	137	-1.892
08 - Valor do ICMS ST - Nota Fiscal Eletrônica X ICMS - ST Declarado no LFE - Livro Fiscal Eletrônico	1.610			4.116				
09 - Valor do ISS da Nota Fiscal Eletrônica NFe X Valor do ISS Declarado no Livro Fiscal Eletrônico - LFE	17.360	262	1.872	51.370	4.245	129	133	-602
10 - Cupom Fiscal Analítico ICMS x Valor Contábil do Mapa Resumo Declarado no Livro Fiscal Eletrônico	194	3.065	20.425	36.126	52.953	1.583	1.482	-8.913
11 - Valor da Nota Fiscal de Serviços - Valor Contábil Declarado no Livro Fiscal Eletrônico	57			773				
12 - Valor da Nota Fiscal de Serviços (Simplificada) x Valor Contábil Declarado no Livro Fiscal Eletrônico	18	26	83	308	799	26	0	-81
13 - Cupom Fiscal Analítico ISS x Valor Contábil do Mapa Resumo Declarado no Livro Fiscal Eletrônico	17			584				
14 - Valor da Nota Fiscal (Código 01 e 04) - Valor Contábil Declarado no Livro Fiscal Eletrônico	100	0	17	4.029	526	-58	58	43
15 - Valor da Nota Fiscal de Venda ao Consumidor - Valor Contábil Declarado no Livro Fiscal Eletrônico	715	21	121	1.536	4.065	36	-15	-209
17 - LFE/CARTÃO/NFE x PGDAS	75.942	35	750	378.634	1.558	22	13	-416
Total	348.020	43.489	391.509	1.167.365	1.192.191	24.826	18.663	-148.765

• Fonte: Relatório GGMAF: Medições a partir de Jan/2017

GGMAF_RESUMO ATIVIDADES NUARE_2018

Atividade	Quantidade (unid.)			Crédito Tributário Auto de Infração/Notificação			Recolhimento/Parcelamento Notificação de Monitoramento / Espontâneo		
	No Mês Anterior (a)	No Mês (b)	Acumulado até o Mês (c)=(a)+(b)	No Mês Anterior (d)	No Mês (e)	Acumulado até o Mês (f)=(d)+(e)	No Mês Anterior (g)	No Mês (h)	Acumulado até o Mês (i)=(g)+(h)
Processo analisado de RESTITUIÇÃO	574	44	618						
Retificadora analisada SIGAC	843	35	878						
Total 1	1417	79	1496						
Atendimentos (SIGAC/Telefone/Presencial)	423	35	458						
Diligências Cadastrais	418	44	462						
Diligências PMPF	242	22	264						
Total 2	1083	101	1184						
TOTAL GERAL (1) + (2)	2500	180	2680						

• Fonte: Relatório do Núcleo (NUARE): a partir de julho/2018 NUARE subordinado à GGMAF.

Gerência de Monitoramento e Auditorias Especiais – GEMAE

As atividades da GEMAE consistem basicamente no monitoramento dos contribuintes, por meio do acompanhamento constante do comportamento tributário com vistas à correção espontânea de desvios identificados, dentre outras atribuições previstas no art. 72 do Decreto nº 35.565/2014.

O monitoramento consiste em orientar, notificar os contribuintes com vistas à correção de irregularidades relativas às obrigação tributárias, e caso persistam os erros, inclusão em auditoria.

Seguem abaixo quadros resumos das principais atividades desenvolvidas e resultados alcançados até o mês nos Núcleos da GEMAE.

GEMAE_RELATORIO ANALITICO DE ATIVIDADES – ACUMULADO 2018

Atividade	Quantidade por Setor					Crédito Tributário Acum. Até o mês		
	NUCEL (unid)	NUISS (unid)	NUCOM (unid)	NICMS (unid)	NUPROR (unid)	AI_Auditoria/Monit/Rec/Parc (R\$)	Notificação de Monitoramento/Rec/Parc(R\$)	Setor Orig
Auditoria	5	5	1	19	8	127.089.617,73		NUC
						2.057.129,35		NUI
						2.058.886,05		
						163.816.596,93		NIC
						6.490.583,09		NUF
Auditoria Específica - Carc. CIDA / Ressit / Reg. Especial (Sem débito) / AI Baixa de inscrição	0	0	15	9	0			
				41	33	488.046,22		NIC
Diligência – GECON, GEJUC e TARE	3	0	4	16	0			
						1.915.641,76	4.423.317,93	NUC
						2.890,16	8.328.082,14	NUI
						1.011,56		NUC
							23.888.821,54	NIC
						3.386.760,08	291.284,72	NUF
Notificação lavrada para o Setor Monitorado	46	0	1	904	140			
Análise de Processos	51	368	16	0	75			
Diligências PMPF/RSC/OLP / outras	1057	834	748	777	581			
Atendimento SIGAC/SEI	149	31	1928	992	56			
Atend/Orientação a contribuintes (presencial / telefone / e-mail)	128	4298	255	2430	167			
Participação Reunião COTEPE/ABRAS/outras órgãos	13	28	4	1	3			
Comparecimento Juízo/CORF (DCT)/Outros	0	0	1	0	0			
Exatidão Específicas	36	24	4	11	0			
Assistente técnico em Processos Judiciais	0	4	0	0	0			
Outros atendimentos: demandas da PGDF e outros órgãos	9	52	0	0	0			
Total	1326	6209	3221	5228	1128	307.347.162,91	36.931.506,33	
Crédito Tributário							344.278.669,24	

Fonte: Relatório de Atividades da GEMAE.

GEMAE – RESUMO CRÉDITO TRIBUTÁRIO CONSTITUÍDO_2018

Setor	N. AFR *	AI_Auditoria/Baixa/Rec/Parc (R\$)			Recolhimento/ Parcelamento: Notificação de Monitoramento			Total Acumulado Até o mês (g)= (c) + (f)
		Até o mês anterior (a)	No Mês (b)	Acumulado até o mês (c)=(a) + (b)	Até o mês anterior (d)	No Mês (e)	Acumulado até o mês (f)= (d) + (e)	
NUCEL	04	8.787.014,81	120.218.244,68	129.005.259,49	4.423.317,93	0,00	4.423.317,93	133.428.577,42
NUISS	06	19.048,97	2.040.970,54	2.060.019,51	7.675.831,81	652.250,33	8.328.082,14	9.388.101,65
NUCOM	02	0,00	2.099.897,59	2.099.897,59	0,00	0,00	2.099.897,59	2.099.897,59
NICMS	13	160.419.629,27	3.885.013,88	164.304.643,15	21.783.661,59	2.105.159,95	23.888.821,54	188.193.464,69
NUPROR	1	9.877.343,17	0,00	9.877.343,17	291.284,72	0,00	291.284,72	10.168.627,89
TOTAL	26	179.103.036,22	127.244.126,69	307.347.162,91	34.174.096,05	2.757.410,28	36.931.506,33	344.278.669,24

* Quantidade de Auditores Fiscais da Receita do DF lotados nos núcleos no mês de referência, incluindo os chefes

Fonte primária: Relatórios encaminhados pela GEMAE.

Gerência de Fiscalização de Mercadorias em Trânsito – GEFMT

Dentre outras atribuições previstas no art. 80 do Decreto nº 35.565/2014, é a unidade responsável pela fiscalização de mercadorias em trânsito no Distrito Federal, atuando em equipes itinerantes e no monitoramento eletrônico de mercadorias em trânsito, que com a utilização do aplicativo Posto Fiscal Eletrônico tem direcionado a fiscalização com base nas informações das Notas Fiscais Eletrônicas – NFe.

GEFMT_RESUMO PRINCIPAIS ATIVIDADES_ACUMULADO 2018

Nº	ITENS (*)	NUAER	NUFIT I	NUFIT II	CMENT (1)	GEFMT (**)	Total
1	Quant. Notificações/Termos de Retenção/DARs-GNRE/Comprovados/NFA Emitidas	181	336		661	4	1182
2	Valor Total Emitidos/Comprovados	1.072.867,80	13.760,82				1.086.628,62
3	Quantidade de DI/DSI Analisadas (nº rateado)	1084					1084
4	Crédito Constituído DI/DSI (R\$)	39.006.908,40					39.006.908,40
5	Quantidade de AI/AIA Emitidos (No mês)	2	9	61	12	83	167
6	Valor do Crédito Tributário Constituído (No mês)	38.311,06	4.341.307,40	9.522.568,35	312.600,04	11.196.436,97	25.411.213,82
7	Quantidade de AI/AIA lavrados (até o mês anterior)	23	217	400	204	18	862
8	Crédito Constituído AI/AIA (R\$) (até o mês anterior)	1.555.277,42	46.520.859,30	7.500.889,38	5.026.156,56	3.750.003,77	64.353.186,43
	Quantidade de Autuações realizadas até o mês (5)+(7)	25	226	461	216	101	1029
9	Valor do Crédito Tributário Constituído/Arrecadado DAR/GNRE/DI/DSI/AI/AIA – até o mês (2)+(4)+(5)+(8)	41.673.364,68	50.875.927,52	17.023.447,73	5.338.756,60	14.946.440,74	129.857.937,27
10	Contagem Física/Pesagem de Mercadorias	11	3.882	125	6524		10542
11	Quantidade Notificações/Aviões Entregues	2200	44	869	66		3179
12	Valor das Notificações/Aviões Entregues				11		11
13	Suspensão/Cancelamento Sugerido		1		72		73
14	Número de Operações - ICMS Importação - Desoneração/GLME	3434					3434
15	Valor ICMS - GLME Isenções/Susp./Imun./Dep.Judic./GLME	669.108.275,12					669.108.275,12
16	Valor ICMS - GLME (R\$) Diferido Dec. 35.202/2014	12.755.960,13					12.755.960,13
17	Número de Ordem de Missão/Ordem de Serviço atendidas		117		372		489
18	Atendimento a Contribuintes (telefone e balcão)		212		803	90	1105
19	Despacho em Processo Físico	1			292	520	813
20	Mineração de Dados (quantidade de itens minerados)				16013		16013
21	Programação Fiscal (segmentos analisados)				110		110
22	Outras Atividades (Itens 17-23 do Rel. NUATE)					226	226
	Observação						

- Fonte: Relatório Consolidado GEFMT.
- 1-O CMENT encontra-se focado no projeto Mineração de Dados.
- (*) Itens 1 a 4 e 10 a 21, saldo acumulado até o mês.
- (**) Itens 1 e 10 a 22 ref. atividades NUATE, informado no mês 12/2018.

Gerência de Controle de Processos Adm. Fiscais – GECON

Gerência de Controle de Processos Adm. Fiscais – GECON

Unidade orgânica de execução da Coordenação de Fiscalização Tributária, com atribuições descritas no art. 62 do Decreto nº 35.565/2014.

GECON_ATIVIDADES PRINCIPAIS_2018

PROCESSO	DIVIDA ATIVA		PAGOS		JULGAMENTO	DILIGENCIA	PARCELAMENTO	
	QUANT.	VALOR	QUANT.	VALOR	QUANT.	QUANT.	QUANT.	VALOR
JANEIRO	0		0					
FEVEREIRO	0		0					
MARÇO	2	11.964,95	2	16.536,73				
ABRIL	3	13.397,25	0		3			
MAIO	1	8.010,56	0					
JUNHO	39	26.440.529,33	56	520.173,77	47		1	3.994,35
JULHO	186	93.676.111,03	39	353.027,09	32		4	125.292,47
AGOSTO	89	56.943.531,46	26	135.340,49	13	6	2	7.465,98
SETEMBRO	40	35.148.738,92	29	187.629,12	8	6		
OUTUBRO	51	28.825.530,72	32	330.265,91	11	35	1	5.361,63
NOVEMBRO	31	9.615.826,56	14	116.643,38	06	3	0	
DEZEMBRO	60	18.948.919,28	30	161.318,33	25	2	0	
TOTAIS	502	269.632.560,06	228	1.820.934,82	145	52	8	142.114,43

• Fonte: Relatório GECON

GECON_ESTOQUE PROCESSOS (em unidade) _2018

Mês	Saldo Inicial	Entradas	Saídas	Saldo Final
jan/18	639	125	200	564
fev/18	564	223	224	563
mar/18	563	277	283	557
abr/18	557	427	357	627
mai/18	627	160	234	553
jun/18	553	292	241	604
jul/18	604	158	340	422
ago/18	422	168	252	338
set/18	338	179	160	357
out/18	357	133	184	306
nov/18	306	160	66	400
dez/18	400	137	128	391

• Fonte: Relatório GECON

Consolidação do crédito tributário constituído pela COFIT Os valores apresentados abaixo são extraídos dos relatórios gerenciais encaminhados à Coordenação.

CRÉDITO TRIBUTÁRIO CONSOLIDADO_2018

Mês	JAN A DEZ 2017	Em 2018 (1)
GEPRO	410.231,48	212.
GEAUT	1.161.585.251,07	760.423.
GEMAE	557.037.080,70	344.278.
GEFMT	112.472.800,90	129.857.
TOTAL	1.831.505.364,15	1.234.773.

• Fonte: Relatórios de Atividades encaminhados pelos setores da COFIT.

(1) Resultado Parcial. Dados de janeiro a dezembro de 2018, conforme relatórios encaminhados pelos setores.

Nota Complementar

Com o advento da inconstitucionalidade da Lei Complementar n.º 435/2001, e da Lei Complementar nº 943/2018, que alterou a forma de cálculo de correção monetária e juros de mora com vigência a partir de 01/06/2018, as rotinas de cálculo usadas pelo SIGEST e pelo SICAT ficaram desatualizadas e nenhum auto de infração pode ser lavrado, com base

nos parâmetros desses sistemas a partir desta data na COFIT, à exceção dos relativos exclusivamente à multa acessória ou situação flagrante das equipes itinerantes.

A orientação inicial foi a de que todos os cálculos para os autos de infração entregues a partir de 01/06/2018 fossem feitos por meio do SITAF, nas transações disponíveis abaixo, até que o novo módulo de cálculo do SIGEST fosse homologado e disponibilizado aos usuários.

SITAF: SITAF, ATENDIMENT, CONSDEBITO, CALCSELIC

ICMS: http://www.fazenda.df.gov.br/area.cfm?id_area=1075

ISS: http://www.fazenda.df.gov.br/area.cfm?id_area=55

Todavia, testes mostraram inconsistências de cálculo entre a transação do "CALCSELIC do SITAF" e a do SIGEST, de modo a se compatibilizar a integração entre os sistemas de atualização da SEF/DF.

Assim, após diversas massas de testes, a homologação do SIGEST, prevista inicialmente para final de junho, concretizou-se no final de setembro/2018, restabelecendo-se as rotinas decorrentes das ações fiscais para fins de constituição de crédito tributário nos núcleos da COFIT.

Coordenação de Tributação – COTRI

A Coordenação de Tributação, unidade orgânica de direção e supervisão, diretamente subordinada à Subsecretaria da Receita, detém as atribuições de coordenar e supervisionar as atividades desenvolvidas pela área de tributação, com o propósito de racionalizar, simplificar e disseminar a Legislação Tributária, sua interpretação e aplicação, e atuar sob a regência do Processo Administrativo-Fiscal, proporcionando clareza, uniformização de entendimentos, transparência e agilidade nas decisões. [Art. 89 do Decreto distrital nº 35.565, de 25 de julho de 2014]

Gerência de Julgamento do Contencioso Adm. fiscal – GEJUC

A Gerência de Julgamento do Contencioso Administrativo-Fiscal - GEJUC, em 2014, julgou 1.013 processos com crédito constituído de cerca de R\$ 469,4 milhões. Em 2015, julgou 662 processos, com crédito constituído de cerca de R\$ 3,03 bilhões. Até dezembro de 2016 foram julgados cerca de 1.845 processos, correspondendo a R\$ 1,8 bilhões em termos de crédito tributário constituído. Em 2017, cerca de 1.336 processos foram julgados, perfazendo cerca de R\$ 1,85 bilhões em termos de crédito constituído. Já em 2018, foram julgados 864 processos, alcançando um patamar próximo de 880 milhões de reais.

Evolução do Crédito Tributário Julgado – 2014/2018

	2014	2015	2016	2017	2018
CRÉDITO TRIBUTÁRIO (R\$ bilhões)	0,47	3,03	1,8	1,85	0,88
Quantidade	1.013	662	1.845	1.336	864

Fonte: GEJUC/SGEJUC – Posição dezembro/2018.

Ao final de 2017, o estoque de processos aguardando julgamento sob a guarda da GEJUC era de cerca de R\$ 484,33 milhões em termos de crédito tributário constituído, o que, comparado

com o estoque ao final de dezembro de 2014, cerca de R\$ 3,7 bilhões, corresponde a uma redução nominal de 87 % no estoque de crédito tributário decorrente dos esforços contínuos de racionalização e organização dos trabalhos, que vêm sendo realizados desde 2015. No comparativo com o exercício de 2018, é possível constatar que o estoque atual, cerca de R\$ 332 milhões, corresponde a 9% do crédito tributário que aguardava julgamento em 2014.

GEJUC – Crédito Tributário Constituído/Estoque de Processos a Distribuir

	2014	2015	2016	2017	2018
CRÉDITO TRIBUTÁRIO (R\$ bilhões)	3,70	1,67	1,46	0,48	0,33

Fonte: GEJUC/SGEJUC – Posição dezembro/2018.

Além de ter proporcionado importante redução do estoque de crédito tributário a julgar, o volume de julgamentos, tanto em termos de crédito tributário decidido, quanto em termos de quantidade de processos, evidencia os contínuos reflexos positivos das iniciativas de automação, padronização e racionalização de procedimentos adotados no âmbito da GEJUC. Dentre as ações levadas a efeito durante o exercício de 2018, cabe destacar o esforço para aprimoramento das técnicas para a seleção e distribuição dos processos para julgamento por tema e similitude dos julgados, objetivando maior eficiência e celeridade na atividade jurisdicional administrativa, maior valor de crédito tributário decidido, otimização do tempo/trabalho de análise/relatoria.

Em termos quantitativos, o estoque de processos a julgar em 2018 corresponde a 1.067 processos, contra 1.476 processos em dezembro de 2017; 2.131 em 2016; 3.163 em 2015 e 3.161 processos em dezembro de 2014.

GEJUC – Estoque de processos

	2014	2015	2016	2017	2018
NÚMERO DE PROCESSOS	3.161	3.163	2.131	1.476	1.067

Fonte: GEJUC/SGEJUC – Posição dezembro/2018.

No quadro a seguir são detalhados os quantitativos de processos julgados mês a mês pela GEJUC ao longo de 2018 e o crédito tributário constituído correspondente.

GEJUC - Quantitativo de processos julgados/mês-2018 e Crédito Tributário Constituído

MÊS	CRÉDITO CONSTITUÍDO ANTES DO JULGAMENTO (R\$)	NÚMERO DE PROCESSOS
2018-01	21.736.455	62
2018-02	124.233.259	64
2018-03	97.750.965	98
2018-04	106.630.177	99
2018-05	247.149.657	70
2018-06	76.178.176	85
2018-07	22.668.332	113
2018-08	81.804.238	88
2018-09	6.717.122	52
2018-10	55.071.568	37
2018-11	24.438.766	57
2018-12	16.107.594	40
Total	880.325.724	864

Fonte: GEJUC/SGEJUC – Posição dezembro/2018.

Vale reafirmar também para o exercício de 2018 que os resultados ora auferidos decorrem da busca constante da dinamização da sistemática de gestão e da contínua busca da efetividade administrativa.

Sempre importante lembrar que a forma e dinâmica das ações da Administração Tributária, buscando o incremento da arrecadação do DF, refletem naturalmente no quantitativo de lançamentos realizados pelo conjunto de unidades lançadoras da SUREC, o que, conseqüentemente, reverbera no quantitativo de impugnações administrativas, impulsionando ou não o aumento do estoque de crédito tributário e de processos a julgar.

Entre janeiro e dezembro de 2018 ingressaram no estoque de processos da GEJUC cerca de 451 novos processos, que somaram cerca de R\$ 628,7 milhões em termos de crédito constituído.

GEJUC - Processos recebidos 2018 - Crédito Tributário Constituído

ANO-MÊS	VALOR LANÇADO (R\$)	QUANTIDADE DE PROCESSOS
2018-01	113.119.891	31
2018-02	198.582.422	20
2018-03	73.776.110	146
2018-04	37.835.810	67
2018-05	2.287.564	12
2018-06	26.462.015	42
2018-07	39.698.984	46
2018-08	16.528.057	26
2018-09	12.946.625	12
2018-10	6.501.887	17
2018-11	5.222.608	6
2018-12	95.735.696	26
Total	628.696.717	451

Fonte: GEJUC/SGEJUC – Posição dezembro/2018.

Importante assinalar que a consecução de maior eficiência e de melhores resultados, no âmbito do julgamento, envolve, também, o aprimoramento do fluxo de informações entre órgão julgador e as unidades responsáveis pelos lançamentos tributários impugnados,

visando aprimoramento do processo de constituição do crédito e do cumprimento de diligências/determinações.

O eixo principal do processo de modernização tem sido o sistema SGEJUC, ferramenta fundamental para desempenho desta GEJUC nesses últimos exercícios. Assim, no que diz respeito ao referido Sistema, cabe consignar que a equipe da GEJUC prossegue atuando em demandas que envolvem ajustes, correção e implementação de novas funcionalidades desse Sistema. Busca-se implementar evoluções, modernizações e correções necessárias e prementes; em face das metas definidas no planejamento estratégico da SEF, das alterações no campo jurídico institucional e da premissa de maior transparência e do melhor atendimento aos contribuintes.

De fato, tais ações demandaram grande dedicação da equipe da GEJUC, tanto naquelas que envolvem a definição/teste/implementação das transações do sistema, quanto nas ações de revisão de rotinas e procedimentos administrativos.

Outras atividades

Em relação ao desempenho da GEJUC para o período de janeiro a outubro de 2018, cabe ainda acrescentar:

Foram realizados cerca de 140 atendimentos via Sistema de Gestão de Atendimento ao Contribuinte – SIGAC;

Encaminhamento para Publicação de 85 editais, com notificações acerca de 580 Decisões Proferidas;

Encaminhamento de 300 Processos à CCALT para Inscrição em Dívida Ativa, o que equivaleu a cerca de R\$ 135,0 milhões;

Encaminhamento de cerca de 148 Autos de Infração ao MPDFT, comunicando trânsito em julgado ocorrido na Primeira instância Administrativa.

Projetos/metapas da GEJUC previstas até o final de 2019

No que diz respeito às perspectivas da GEJUC para o exercício de 2018, permanecem como prioridade o julgamento célere dos contenciosos fiscais e também as ações que objetivam a eficiência e a eficácia administrativa pela contínua melhoria e aprimoramento das atividades desta Gerência. Nesse contexto, merece destaque as ações de melhoria e aprimoramento do SGEJUC elencadas no quadro a seguir:

Ações de melhoria e aprimoramento do SGEJUC

OBJETIVOS	PRAZOS/SITUAÇÃO
<p>Dar prosseguimento à implementação do SGEJUC, bem como realizar alterações para automatizar atividades no âmbito da Gerência de Julgamento do Contencioso Administrativo-Fiscal e desenvolver demandas evolutivas voltadas à adequação do sistema às novas sistemáticas de lançamento, ao novo contexto jurídico e à gestão de transparência de atividades públicas, de acordo com Documento de Oficialização de Demandas - DOD nº 05/2015 e seguintes. Dentre as alterações que estão em fase de análise para aprovação, destacam-se as seguintes demandas:</p> <ul style="list-style-type: none">✓ Automatizar a elaboração de ementas e de pareceres e a confecção do ofício de envio do Edital para publicação do DODF;✓ Ajustar as transações do Sistema para registrar a existência de responsáveis pela obrigação tributária além do contribuinte;✓ Ajustar a forma de apresentação dos andamentos registrados no Sistema, bem como possibilitar a visualização da situação atual do processo;✓ Enviar e-mail e notificações via Agenci@Net em lote;✓ Criar transação para automatizar todos os procedimentos relativos a processos de recurso contra lançamento de tributos, possibilitando o julgamento em meio eletrônico na primeira instância e realização do Juízo de Admissibilidade, com integração ao SIGAC, e produção dos documentos necessários, bem como a inscrição automática em Dívida Ativa de itens não impugnados;✓ Ajustar a transação e o controle de prazos e criar nova transação de gestão e cobrança relativa a diligência, determinações e outros andamentos;✓ Facilitar a utilização do SGEJUC pelos usuários, com a criação de manuais e de mensagens com recomendações e orientações.✓ Ajustar as funcionalidades e regras estabelecidas no SGEJUC a fim de agilizar os trabalhos desenvolvidos na Gerência de Julgamento e de facilitar manuseio do sistema.	Ano de 2019

Fonte: GEJUC/SGEJUC

Gerência de Legislação Tributária – GELEG

Conforme detalhado no quadro a seguir as propostas de alteração legislativa elaboradas e encaminhadas por esta Gerência de janeiro a outubro de 2018, totalizaram 186 (cento e oitenta e seis).

Propostas de edição de atos normativos no âmbito da GELEG

Janeiro a outubro de 2018 – NUCON/NUFOR/GELEG/COTRI													
ATO NORMATIVO	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	TOTAL
Decreto	9	7	6	7	4	2	1	2	9	9		1	57
Portaria	5	4	3	2	5	3		7	2	4	7	2	44
Projeto de Lei			2	1					1	2			6
Ato Declaratório Interpretativo				1									1
Decreto Legislativo								2	1	2			5
Lei													
Instrução Normativa			1	1			1	2	1	1	1	1	9
Não definido	5	5		7	2	2	4	3	3		4	1	36
Ato Declaratório			1		1		1						3
Anteprojeto de Lei						1		1	1				3
Nota Técnica								8	16	7	1	7	39
Ordem de Serviço					1								1
Convênio		1	1					2	3	2	3		12
Total	19	17	14	19	13	8	7	27	37	27	16	12	216

Fonte: Arquivos GELEG.

A seguir, são listados os quantitativos de demandas de formulação de normas e Implementação de Normas do CONFAZ que tramitaram na Gerência de Legislação Tributária – GELEG [NUFOR, NUCON e NUDIS], de janeiro a dezembro de 2018, constantes no Sistema de Controle de Documentos-SCD e Sistema Integrado de Informática – SEI. O quadro espelha o estoque no início de cada mês, entradas, saídas mensais e estoque final.

Propostas constantes no Sistema de Controle de Documentos-SCD / Sistema Integrado de Informática – SEI

MÊS	ESTOQUE INICIAL	ENTRADA	SAÍDA	ESTOQUE FINAL
Jan/18	*42	17	19	40
Fev/18	40	26	17	49
Mar/18	49	5	13	41
Abr/18	41	27	19	49
Mai/18	49	14	12	51
Jun/18	51	3	8	46
Jul/18	46	17	7	56
Ago/18	56	30	27	59
Set/18	59	32	37	54
Out/18	54	23	26	51
Nov/18	51	13	16	48
Dez/18	48	15	12	51
TOTAL DO ANO	*42			

Fonte: Sistema de Controle de Documentos – SCD da GELEG. [*Estoque 1º de janeiro de 2018]

Conforme se depreende do quadro acima o Sistema de Controle de Documentos – SCD e o Sistema Integrado de Informática – SEI – registraram de janeiro a dezembro de 2018 um quantitativo de 216 (duzentos e dezesseis) propostas de atos normativos analisados no NUFOR e NUCON um saldo de 51 (cinquenta e um) solicitações pendentes e em análise.

Cabe frisar, que as propostas de alterações legislativas são formalizadas a esta GELEG por meio de protocolo SCD ou Processo SEI. Tais demandas são examinadas e podem não resultar, necessariamente, em minuta de alteração legislativa, podendo haver cancelamento de protocolos e processos, por diversos motivos, p.e. perda de objeto e desinteresse posterior do demandante.

Avaliação das atividades/desempenho do Núcleo de Disseminação de Normas – NUDIS no ano 2018.

DESEMPENHO NUDIS/2018 - CONSOLIDADO MENSALMENTE	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
1) Total de normas PUBLICADAS disponibilizadas no SISLEGIS em 48 horas:	21	15	26	19	20	23	27	21	16	19	21	24	124
2) Total de normas ALTERADAS disponibilizadas no SISLEGIS em 48 horas:	10	11	32	19	20	26	28	18	25	22	26	67	118
3) Total de normas disponibilizadas no site da SEF/DF em 48 horas (1+2):	31	26	58	38	40	49	55	39	41	41	47	91	242
4) Total de SCDs baixados em 48 horas:	0	0	4	2	3	5	5	3	4	3	4	9	14
5) Total de normas vinculadas no SISCONFAZ em 72 horas:	1	0	4	2	3	7	5	3	4	3	3	6	17
6) Total de benefícios cadastrados no SISREF em 72 horas:	0	0	0	0	0	1	2	2	0	0	0	0	1
7) Quantidade de informativos divulgados:	16	12	23	15	17	22	25	19	14	18	13	12	105

Fonte: Arquivos NUDIS/GELEG.

Gerência de Processos Especiais - GEESP

A GEESP tem como função a gestão, o controle, a análise e o acompanhamento dos processos relativos a benefícios fiscais de caráter não geral e de regimes especiais ou diferenciados de apuração, recolhimento ou cumprimentos de deveres acessórios.

Suas atividades dividem-se por 3 núcleos, cujas atividades encontram-se a seguir descritas:

Núcleo de Benefícios Fiscais I - NUBEF I

O Núcleo de Benefícios Fiscais – NUBEF/GEESP, conforme Quadro “Estoque de processos no NUBEF”, possui em seu estoque o montante de 310 (trezentos e dez) processos divididos em 220 (duzentos e vinte) processos físicos e 90 (noventa) processos digitais. O Quadro “NUBEF - Número de documentos emitidos – janeiro a dezembro 2018” promove o desdobramento dos atos e procedimentos administrativos praticados por esse núcleo durante o período.

Nesse período assinalado ocorreu a transição de processos físicos para digitais, o que proporcionou uma considerável redução no prazo médio de análise dos mesmos. Aliado a isso, o NUBEF vem empreendendo esforços no sentido de automatizar e/ou simplificar os processos de reconhecimento de benefício fiscal de caráter não geral.

Objetivando consolidar dados mais confiáveis e de extração mais simples e completa o NUBEF/GEESP diligenciou a abertura o DOD 415/2018 de evolução do SISLEG para permitir o registros das decisões que envolvam o reconhecimento de benefício fiscal de forma mais completa, bem como inserir novas formas de busca destes documentos.

De forma a promover a economicidade processual e evitar a evasão fiscal, o NUBEF vem alinhando entendimentos de análise com os constantes da Jurisprudência dos tribunais superiores.

Dessa forma, alinhado com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, foi revisto o marco temporal, para o efetivo registro cartorial, na verificação do prazo de preponderância no reconhecimento da não incidência de ITBI nas integralizações de bens imóveis

Por outro lado, o NUBEF, em trabalho conjunto o NUGIT/GEDIR, vem propiciando o recolhimento de ITBI complementar nas integralizações de imóveis em valores inferiores a pauta da SEF.

PROCESSOS SICOP – NUBEF/GEESP/COTRI – 1º/01/2018 a 31/12/2018	
Estoque em 01/01/2018	348
Processos com tramitação no período:	704
Processos com andamento fechado na unidade ao final do período:	832
Estoque de processos – NUBEF em 31/12/2018	220

Fonte: Arquivos NUBEF I/GEESP e SICOP.

PROCESSOS SIGAC – NUBEF/GEESP/COTRI – 1º/01/2018 a 31/12/2018	
Processos com tramitação no período:	650
Processos com andamento fechado na unidade ao final do período:	596
Aguardando publicação ou registro	3
Estoque de processos – NUBEF em 31/12/2018	57

Fonte: Arquivos NUBEF I/GEESP e SIGAC.

PROCESSOS SEI – NUBEF/GEESP/COTRI – 1º/01/2018 a 31/12/2018	
Processos gerados no período:	41
Processos com tramitação no período:	300
Processos com andamento fechado na unidade ao final do período:	308
Estoque de processos – NUBEF em 31/12/2018	33

Fonte: Arquivos NUBEF I/GEESP e SEI.

DOCUMENTOS EMITIDOS – 1º/01/2018 a 31/12/2018	
TOTAL DE DOCUMENTOS EMITIDOS	1845
1 - Atos Declaratórios	682
2 - Despachos de Arquivamento	25
3 - Despachos de Indeferimento	118
4 - Demais despachos processuais	32
5 - Notificações	258
6 - Check list	639
6 - Relatórios	22
6 - Pareceres	69

Fonte: Arquivos NUBEF I/GEESP.

Núcleo de Benefícios Fiscais –II (NUBEF –II)

Conforme se pode verificar nos quadros abaixo, o NUBEFII/GEESP/COTRI analisou 8.016 processos o quais refletiram diretamente nos procedimentos de emissão de Autorizações, Atos Declaratórios, Despachos de Indeferimentos e etc.

Diante da grande quantidade de processos aqui analisados e do número elevado de demandas internas decorrentes do pós-análise, foram envidados esforços visando melhorar e agilizar os processos internos de competência deste núcleo, os quais encampam desde a análise do processo de benefício até sua respectiva finalização com a devida resposta ao contribuinte. Abaixo citamos as três melhorias que, com certeza, resultaram em melhoria no atendimento ao contribuinte.

Primeiramente, destacamos a implementação, juntamente com a COATE/SUREC, do procedimento de triagem das demandas por aqui analisadas, o que gerou mais celeridade nas respostas ao pedido de benefício fiscal. Tal triagem é feita na agência, onde são verificados se os requerimentos foram devidamente instruídos com os documentos necessários à análise do mérito.

Além disso, também visando dar mais celeridade à prestação dos serviços ao cidadão, foi implementada a assinatura digital nas autorizações expedidas em decorrência do deferimento dos processos de isenção de ICMS. Com isso, abreviamos o processo de entrega das autorizações aos contribuintes com sua disponibilização no sítio da SUREC/SEF, através do qual o contribuinte poderá consultá-las e imprimir-las pela internet facilitando sobremaneira sua vida, além de diminuir a frequência de contribuintes nas agências que, anteriormente a esta melhora, era o setor responsável pela entrega das autorizações em papel.

Por fim, visando dar mais segurança às consultas das autorizações e respectiva autenticidade do documento pelos beneficiários e demais pessoas ou órgãos envolvidos no processo de compra e venda de veículo com benefício de isenção de ICMS, foi aberto um DOD para a inclusão do número e ano da autorização como parâmetros de pesquisa. Futuramente, será incluído, além dos citados parâmetros, como o número e ano do documento, o CPF do beneficiário.

PROCESSOS – NUBEFII/GEESP/COTRI – 1º/01/2018 a 31/12/2018	
Isenção ICMS – Portador de Necessidades Especiais – Deferidos	1.928
Isenção ICMS – Portador de Necessidades Especiais – Indeferidos	310
Isenção ICMS – Taxista – Deferidos	762
Isenção ICMS – Taxista – Indeferidos	31
Isenção IPTU/TLP – Aposentado e Pensionista – Deferidos	291
Isenção IPTU/TLP – Aposentado e Pensionista – Indeferidos	184
Remissão/Não-Incidência – IPVA – Veículos Sinistrado – Deferidos	71
Remissão/Não-Incidência – IPVA – Veículos Sinistrado – Indeferidos	50
Isenção IPVA – Portador de Necessidades Especiais – Deferidos	1.980
Isenção IPVA – Portador de Necessidades Especiais – Indeferidos	457
Isenção IPVA – Taxista – Deferidos	533
Isenção IPVA – Taxista – Indeferidos	136
Isenção IPVA – Veículo Novo – Pessoa Jurídica – Deferidos	128
Isenção IPVA – Veículo Novo – Pessoa Jurídica – Indeferidos	47
Isenção ITCD – Patrimônio de Pequeno Valor – Deferidos	288
Isenção ITCD – Patrimônio de Pequeno Valor – Indeferidos	137
Concluídos ou Finalizados - Sem Análise do Mérito	683
Total	8.016

Fonte: Arquivos NUBEFII/GEESP.

DOCUMENTOS EMITIDOS – 1º/01/2018 a 31/12/2018	
Atos Declaratórios	623
Despachos de Indeferimento	181
Memorando Expedidos	684
Autorizações de ICMS – Portador de Necessidades Especiais	1940
Autorizações de ICMS – Taxista	722
Reclamações Ouvidoria SIGAC	417
Total	4567

Fonte: Arquivos NUBEFII/GEESP.

Núcleo de Processos Especiais

O NUPES, entre os meses de janeiro e dezembro de 2018, emitiu 1.825 (hum mil, oitocentos e vinte e cinco) documentos administrativos, dos quais 480 (quatrocentos e oitenta) referem-se a pareceres relativos aos pedidos de adoção de regime especial de interesse do sujeito passivo, 939 (novecentos e trinta e nove) notificações e despachos e 320 (trezentos e vinte) referem-se a minutas de documentos administrativos para serem concedidos pelo Gerente, pelo Coordenador ou pelo Subsecretário, conforme a competência, consubstanciados em atos declaratórios, termos de acordo de regime especial, termos de anuência, despachos de deferimento, termos aditivos, entre outros.

Durante o exercício de 2018, o NUPES vem adotando medidas com o objetivo de otimizar os recursos operacionais, desburocratizar e estimular a inovação em seus métodos de trabalho.

Com a tramitação dos processos no SICOP, detectamos no período de janeiro a dezembro de 2018 chegaram ao núcleo 100 (cem) novos processos físicos e demos saída a 178 (cento e setenta e oito), tendo na unidade um estoque de 18 processos.

Quanto aos processos solicitados por atendimento virtual - SIGAC - durante o período constante neste relatório, informamos que foram 389 (trezentas e oitenta e nove) demandas referentes à Lei nº 5.005/2012, ao artigo 320-D do Decreto 18.955/1997 e ao Decreto nº 34.063/2012.

Cabe ainda consignar que no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), foram 203 processos, tendo o Núcleo concluído até o momento, 153 processos.

Convém destacar que continuamos no intuito de adequar e aprimorar o SISLEGIS para a extração de relatórios gerenciais necessários à SUREC e, para isso, algumas demandas foram abertas no OASIS.

Nessa mesma linha, no escopo de fornecer informações gerenciais que irão subsidiar a tomada de decisão nos processos de impressão conjunta NFST, nos termos do artigo 298,

inciso XV do Decreto 18.955/97 – RICMS fizemos a homologação do Sistema de Telecomunicações, conseguindo, assim, fazer uma revisão em nossos regimes especiais para telefonia, com várias informações que não possuíamos anteriormente, como por exemplo, a inclusão da informação sobre qual das empresas envolvidas é a emitente e qual é a impressora, bem como a série e a subsérie utilizada por cada empresa.

A propósito, em função do Convênio ICMS 190/17, bem como da Portaria nº 71, de 15/03/2018, fizemos uma revisão em todos os processos de regimes especiais analisados por este Núcleo, quais sejam, os referentes à Lei nº 5.005/2012, ao Art. 320-D do Decreto nº 19.855/1997, ao Decreto nº 34.063/2012 e ao Pró-Rural (Lei nº 2.499/1999) para a entrega ao CONFAZ da listagem destes atos concessivos ainda em vigor, relacionados à legislação listada acima, bem como toda a documentação comprobatória correspondente, no dia 30/06/2018.

Ainda em relação ao Convênio ICMS 190/17 e à Portaria nº 71, de 15/03/2018, estamos revisando e atualizando os processos de regimes especiais analisados por este Núcleo, quais sejam, o TARE (Lei nº 2.381/1999) e o REA (Lei nº 4.160/2008), para entrega destes atos concessivos não vigentes e da documentação comprobatória correspondente até o dia 30/06/2019.

Quanto aos benefícios resultantes das ações implementadas, atualmente, as análises dos pleitos efetuados mediante processos de Regime Especiais, desde que atendidas às notificações porventura existentes, são concluídas num prazo inferior ao prazo de 90 (noventa dias) previsto no Decreto nº 33.269/2011 – Processo Administrativo Fiscal, e as demandas efetuadas no SIGAC são analisadas dentro de um prazo inferior a 30 dias. O total de processos no núcleo aguardando análise, distribuição, publicação, cumprimento de notificação, prazo para recurso, anuência e processos referente à Lei nº 4.732/2011 (suspensa) é inferior a 100 processos.

DOCUMENTOS EMITIDOS – 1º/01/2018 a 31/12/2018	
Atos Declaratórios SUREC	09
Atos Declaratórios COTRI	64
Atos Declaratórios GEESP	36
Termos de Acordo de Regime Especial	12
Termos Aditivos a Regimes Especiais	27
Termos de Exclusão	27
Notificações	381
Pareceres	480
Despachos PRO-RURAL	34
Despachos	558
Despachos Lei nº 5.005/2012	95
Despachos 320-D	12
Termos de Anuência	04
Ofícios	77
Memorandos	09
Total	1.825

Fonte: Arquivos NUPES/GEESP.

PROCESSOS NO NÚCLEO – Estoque em 31/12/2018	
Processos em análise	45
Aguardando atendimento notificação	10
Aguardando anuência	03
Lei nº 4.732/2011 (suspensa)	11
Total	69

Fonte: Arquivos NUPES/GEESP: informações extraídas do SIGAC, SICOP e SEI.

Gerência de Esclarecimento de Normas - GEESC

A GEESC, unidade orgânica hoje lotada com 3 relatores, produziu um total de 48 (quarenta e oito) atos administrativos voltados ao esclarecimento de normas, no período de janeiro a dezembro de 2018. Estão incluídas nesse total, as demandas oriundas dos públicos externo (processo de Consulta) e interno (Solicitação de Esclarecimento de Normas – SEN).

A seguir, lista com os quantitativos de demandas oriundas dos públicos externo (processos de Consulta) e interno (SEN), até o fechamento deste relatório, em dezembro de 2018, referentes ao estoque de processos no início de ano, quantitativos de entrada, saída e estoque final, relativos aos anos 2014 e 2018.

GEESC – Gerência de Esclarecimento de Normas
Estoque de processos – jan.2014 a dez.2018

Ano	Est. Inicial	Entradas	Saídas	Est. Final
2014	7	64	58	13
2015	13	44	51	9
2016	9	78	68	19
2017	19	82	61	40
2018*	40	42	59	30

Fonte: SIAPA, em 16.nov.2018

Coordenação de Cobrança Tributária – CBRAT

Dentre as ações previstas para o exercício de 2017, listamos a seguir, destacados por Gerência, os resultados alcançados até 31/12/2018.

Gerência de Gestão do Rito Especial - GCORE

Diferencial de alíquotas do Comércio Eletrônico:

No ano de 2018, deu-se continuidade ao monitoramento e cobrança do diferencial de alíquotas nas vendas efetuadas a consumidor final, localizado no Distrito Federal, por remetentes estabelecidos em outras unidades da federação, em função da Emenda Constitucional 87/2015 e do Convênio nº 93/2015.

Nessas operações, ao invés do destaque da alíquota interna do estado remetente, passa a ser destacada na NFE a alíquota interestadual e a diferença de alíquotas entre esta e a interna do estado de destino, partilhada entre este e o estado remetente.

Nesta partilha, cabe ao estado de destino 60% da diferença de alíquotas no ano de 2017, 80% no ano de 2018 e, a partir de 2019, 100% da mesma.

Para o monitoramento dessas operações o NGCEL utiliza um painel na ferramenta QlikView, que calcula o imposto devido em cada nota fiscal, possibilitando a cobrança efetiva dos valores devidos.

Também tem sido realizado um trabalho por telefone, visando a cobrança e o esclarecimento de dúvidas sobre a matéria.

Até o mês de dezembro/2018, os resultados obtidos estão dispostos no quadro abaixo:

	Quantidade Acumulada	Valor acumulado
Valor Calculado	125.871	455.384.237,42
Valor Recolhido	65.551	346.101.490,15
Recuperação		76,00%

Fonte: CBRAT/GCORE/NGCEL

Estes dados ainda são parciais, já que os números de outubro só estarão completos a partir do dia 20/11/2018, data do vencimento do diferencial de alíquotas devido pelos remetentes que possuem inscrição no Cadastro Fiscal do DF.

Rito Especial:

A sistemática do Rito Especial consiste em rotina que efetua o cruzamento entre as informações prestadas pelos contribuintes em seus Livros Fiscais Eletrônicos e os valores recolhidos nos respectivos períodos. Esta sistemática, tem se revelado de suma importância para a elevação da percepção de risco por parte do contribuinte, quanto à eficiência da administração tributária no controle das informações prestadas.

O trabalho desenvolvido pela GCORE, até o dia 31/10/2018, consistiu na execução da rotina do Rito relativa aos meses de julho a dezembro de 2017 e janeiro a abril de 2018, além de repescagens para os anos de 2014, 2015 e 2016, com a identificação de diferenças tributáveis no montante de R\$ 954.845.935,94, em desfavor de 107.399 contribuintes, como demonstra o quadro abaixo.

Rito Especial	Qt. Acum.	Valor acumulado
Débitos Notificados	107.399	954.845.935,94
Débitos Corrigidos	1.581	5.104.751,53
Débitos entre 10,00 e 350,00 lançados no SISLANCA	17.312	2.412.747,99
Pagamentos à vista	121.901	65.266.895,78
Pagamentos parcelados	370	25.957.769,66
Total Recuperado	122.271	91.224.665,44
Débitos inscritos em Dívida Ativa	22.023	208.960.710,02
Resultado (Notificado x recuperado)		9,55%
Resultado (Notific. x recuperado com corrigidos)		10,08%

Fonte: CBRAT/GCORE/NURIT

No ano de 2018, um evento de grande importância para as atividades do Rito Especial foi a entrada em operação do novo formulário do Documento de Arrecadação – DAR, em que diversos campos não são mais de preenchimento livre, mas vinculados ao cadastro do contribuinte, como CF/DF, tipo de atividade, tipo de tributo, ano/período em curso e outros, que eram uma grande fonte de erros no preenchimento dos DARs, causando a não identificação dos pagamentos e a consequente detecção pelo Rito, gerando todo o procedimento de cobrança.

Com a vinculação dos dados, a ocorrência de erros teve fortíssima redução, estimada em cerca de 70%, evitando assim todo o trabalho da equipe com a análise de processos de correção, em grande parte já na esfera judicial.

Também é de se destacar o tratamento que passou a ser dispensado aos débitos com valores compreendidos entre R\$ 10,00 e 350,00 que, por força da Lei Complementar nº 904/2015, não são passíveis de inscrição na dívida ativa.

A partir do mês de setembro de 2018 esses débitos passaram a ser lançados no SISLANCA e assim, a constar nas certidões de débitos emitidas pelos contribuintes, dando visibilidade aos mesmos e incentivando o seu recolhimento por parte dos contribuintes.

Gerência de Cobrança Tributária (GBRAT)

Diferencial de alíquotas do Simples Nacional:

No ano de 2016, em decorrência de previsão constante da Lei Complementar nº 123/2006, que rege o regime do Simples Nacional e da Lei nº 5.558/2015, foi implementado, sob

responsabilidade da GBRAT, por meio de Núcleo criado especificamente para tanto, o monitoramento e cobrança do diferencial de alíquotas incidente sobre as mercadorias para comercialização, adquiridas por empresas optantes pelo Simples Nacional, localizadas no DF, de fornecedores estabelecidos em outras unidades da federação.

A Lei nº 5.558/2015 limitou o valor do imposto apurado nesta diferença a 5% do valor da operação.

Como a apuração dos dados do DIFAL-SN é feita com base nos períodos de competência, os dados de outubro só estarão disponíveis após o dia 20/11/2018, com a apresentação do LFE de outubro. Por esta razão estamos apresentando os dados até o mês de setembro.

Até 30/11/2018, foram enviados, 106.454 comunicados aos contribuintes do DF, optantes pelo Simples Nacional, informando a existência de notas fiscais a eles endereçadas no valor total de R\$ 1.914.919.796,32, que poderiam estar sujeitas ao recolhimento do diferencial de alíquotas.

No quadro abaixo estão demonstrados os montantes correspondentes às NFES recebidas, os valores declarados nos LFEs e aos pagamentos realizados.

DIFAL - SN	Valor acumulado
Valor total das NFES recebidas no DF	1.914.919.796,32
Valor total de DIFAL declarado nos LFEs	57.328.011,99
Valor total de DIFAL pago	67.326.171,40

Fonte: CBRAT/GBRAT/NUCSN

Observe-se que o total pago é maior do que o declarado, em função dos pagamentos efetuados pelos "MEI", que pagam o DIFAL mas não estão obrigados a declarar/escriturar os livros fiscais.

Está sendo desenvolvido um painel na ferramenta QlikView, para monitoramento dessas operações, que irá calcular o imposto devido em cada nota fiscal, possibilitando o início da cobrança efetiva dos valores devidos.

Até então, tem sido realizado um trabalho por telefone, visando à cobrança e o esclarecimento de dúvidas sobre a matéria.

Protesto:

Durante o exercício de 2018, a GBRAT desenvolveu também a ação de remessa de débitos inscritos em dívida ativa a Cartórios de registro de Protesto. Essa ação, iniciada no exercício de 2014, traz resultados financeiros bastante significativos, elevando sobremaneira o patamar do DF na recuperação de créditos inscritos em dívida ativa, visto que traz um novo elemento de risco para o contribuinte.

No quadro abaixo estão os resultados obtidos com o protesto até 30/10/2018:

Protesto	Qt. Acum.	Valor acumulado
CDAs enviadas	45.924	466.466.046,50
Valor recolhido a vista	4.073	14.909.884,40
Valor parcelado	6.474	53.377.876,10
Total recuperado	10.547	68.287.760,50
Recuperação		14,64%

Fonte: CBRAT/GBRAT/NUCOD

Parcelamentos:

No exercício de 2018, até o dia 31/12/2018, a Gerência de Cobrança Tributária - GBRAT deferiu 67.767 parcelamentos administrativos, no montante de R\$ 620.496.577,70, conforme quadro abaixo.

Parcelamentos	Qt. Acum.	Valor acumulado
Concedidos (parcelamentos novos)	63.767	620.496.577,70
Valores recolhidos (parcelamentos novos e antigos)	689.623	416.336.286,67

Fonte: CBRAT/GBRAT/NUPAR

Inscrição de Débitos em Dívida Ativa:

A GBRAT promove, ainda, a cobrança dos débitos inscritos no Cadastro da Dívida Ativa do Distrito Federal. Os valores inscritos no exercício de 2018 e os resultados da cobrança, até o dia 31/10/2018, estão expressos no quadro abaixo.

Dívida Ativa (resultados até 31/10/2017)	Qt. Acum.	Valor acumulado
Inscrições - Comunicados enviados	678.727	2.342.643.353,39
Valor recolhido à vista	167.908	121.090.042,16
Valor parcelado	31.258	22.658.545,75
Total recuperado	199.166	143.748.587,91
Resultado (Comunicado x recuperado)		6,14%

Fonte: CBRAT/GBRAT

Intimação a contribuintes com Autos de Infração julgados pelo Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais (TARF):

AGBRAT, por força de suas atribuições regimentais, desenvolve também ação de análise dos processos julgados pelo TARF e posterior envio de intimação aos contribuintes autuados.

Até 31/12/2018, foram intimados 352 contribuintes perfazendo o valor de R\$ 225.740.412,17, conforme registrado no quadro abaixo:

	Qt. Acum.	Valor acumulado
Notificações e intimações	352	225.740.412,17
Valor recolhido ou parcelado	65	2.696.355,50
Resultado (Notificado x recolhido)		0,01%

Fonte: CBRAT/GBRAT

Agência De Recuperação De Crédito e Atendimento – AGREC:

Em 2017, por força do Decreto nº 38.527 de 03/10/2017, ocorreu a transformação da Agência de Atendimento do Núcleo Bandeirante em Agência de Recuperação de Crédito e Atendimento - AGREC, subordinada à CBRAT, com o objetivo de implementar a cobrança administrativa de créditos tributários, por meios eletrônicos e ligações telefônicas, dispondo de equipe de atendentes para efetuar ligações telefônicas ativas e receptivas, conforme estratégias pré-definidas, segmentadas por tipo de tributos, contribuintes e prazos de inadimplência, além de orientar os contribuintes sob ação de cobrança quanto ao cumprimento das obrigações tributárias e à utilização dos serviços disponibilizados pela Subsecretaria da Receita.

Neste escopo, até o dia 31/12/2018, foram cobrados débitos do IPVA 2017 e 2018, parcelamentos em atraso e, no mês de outubro deu-se início à cobrança de débitos em dívida ativa.

IPVA	Qt. Acum.	Valor acumulado
Cobrados	528.063	108.122.892,42
Ligações efetuadas / atendidas	338.542/132.804	
Total recuperado		1.318.449,82
Resultado (Cobrados x recolhido)		1,22%

Fonte: CBRAT/GBRAT/AGREC

Parcelamentos em atraso	Qt. Acum.	Valor acumulado
Cobrados	52.377	19.330.067,96
Ligações efetuadas / atendidas	43.075/14.163	
Total recuperado		3.071.278,35
Resultado (Cobrados x recolhido)		15,89%

Fonte: CBRAT/GBRAT/AGREC

Dívida Ativa	Qt. Acum.	Valor acumulado
Cobrados	9.948	61.707.956,05
Ligações efetuadas / atendidas	16.266/7.706	
Total recuperado		876.037,30
Resultado (Cobrados x recolhido)		1,42%

Fonte: CBRAT/GBRAT/AGREC

Projeto Aperfeiçoamento da Cobrança Administrativa – PROFISCO:

No âmbito do PROFISCO, a CBRAT vem conduzindo o desenvolvimento, pela fábrica, dos sistemas previstos no projeto visando uma maior automatização dos processos de trabalho da CBRAT e sua integração com os demais sistemas da SEF, o que irá conferir maior agilidade e eficiência aos resultados, bem como um gerenciamento das ações de cobrança mais profissional, alinhado às melhores práticas usadas no mercado privado.

Além dos sistemas, o projeto previa a contratação de consultoria especializada para a análise e reformulação dos processos de trabalho buscando uma maior eficiência nas atividades de cobrança, a contratação de Serviço de Higienização da base cadastral gerada pela CCALT contendo em torno de 2 milhões de contribuintes (1.650 mil pessoa física e 350 mil pessoa jurídica) e a aquisição de um Sistema de Cobrança para realizar tratamento e definição dos cenários de cobrança com controle de comunicação com o devedor via telefone, e-mail e correspondência, o treinamento de pessoal, com acompanhamento por dez meses e a manutenção por três anos.

Seguindo o escopo do PROFISCO, o Sistema de Cobrança foi adquirido e está em fase final de customização para a SEF, com suporte da empresa vendedora, estando previsto o início das operações no mês de novembro de 2018, com a cobrança do IPVA de 2018.

Nesta 1ª fase de customização foram disponibilizadas listas de trabalho para cobrança do IPVA/2018, tendo iniciado as operações no mês de dezembro de 2018.

A integração com o SITAF permite a busca on line dos dados do lançamento e a atualização do valor devido, possibilitando a geração do DAR e o envio para o endereço de e-mail do contribuinte cadastrado no sistema ou para endereço alternativo que for informado durante o atendimento.

As fontes de contatos são o cadastro de pessoas, SIGAC, NL, RFB, SERASA e base de NFe das empresas de TELECOM. O servidor tem ainda a possibilidade de encaminhar o código de barras e também um número de protocolo do atendimento, ambas por mensagem SMS.

A pesquisa de baixa dos pagamentos está sendo processada com intervalo de 2 horas.

Está em fase de desenvolvimento um discador para facilitar o trabalho do servidor.

Os relatórios também estão sendo finalizados, inclusive com o controle geral dos valores/quantitativos lançados/pendentes de pagamento, o que facilitará o trabalho de gestão da cobrança e o acompanhamento pela Administração.

Está na pauta dos trabalhos a integração com a Central 156, por meio de troca de arquivos de cobrança (ida e retorno).

As ações coletivas de envio de e-mail e mensagens via WhatsApp, de acordo com ações programadas em réguas de cobrança, deverão se iniciar assim que concluído o APP da Secretaria, em fase final de testes.

Nesse aplicativo, o contribuinte poderá validar as mensagens, consultar débitos e emitir o DAR.

Em seguida, serão replicados os procedimentos para a cobrança do IPTU/TLP.

Faz parte do projeto, ainda, a cobrança dos lançamentos de ICMS/ISS e outros tributos registrados no SISLANCA, bem como a integração com os cartórios para o protesto de CDA's e com bancos para o débito automático de parcelamento, iniciando com o BB.

Também foi contratado, junto à SERASA, o serviço de higienização da base cadastral do DF, com o enriquecimento de informações e a estratificação da carteira da dívida ativa, visando detectar a propensão de pagamento por parte dos devedores, bem como o desenvolvimento de ações de cobrança via cartas de notificação, e-mail e SMS de cerca de 435.000 contribuintes.

No que tange à consultoria para a revisão de processos de trabalho da CBRAT, a ser contratada com o CIAT – Centro Interamericano de Administração Tributária, ligado ao BID, o processo de contratação está em fase de análise e saneamento na Diretoria de Suprimentos, devendo ser efetivado ainda este ano.

Suporte às Agências de Atendimento e manutenção de sistema:

A GBRAT presta suporte a todas as Agências de Atendimento ao Contribuinte, orientando os servidores daquelas unidades quanto aos procedimentos de inclusão/exclusão/manutenção de parcelamentos administrativos e protestos, bem como toda a gestão dos sistemas de parcelamento.

Resultado final:

Compulsando os resultados dos diversos segmentos da cobrança, alcançamos, até 31/12/2018, um percentual de recuperação de créditos de 24,78%, ressaltando que em alguns segmentos, os valores acumulados até esta data ainda não estão completos, como mencionado nos itens correspondentes.

Também relevante é o fato de, em 2018, não ter havido nenhum programa de recuperação de créditos "REFIS".

Valor total cobrado	4.838.475.077,57
Valor total recuperado	1.199.194.972,89
Recuperação	24,78%

Fonte: CBRAT

Coordenação de Cadastro e Lançamento Tributários – CCALT

Gerência de Tributos Diretos – GEDIR

A Gerência tem direcionado esforços para o saneamento de inconsistências nos diversos cadastros de contribuintes, bem como para a melhoria dos processos de lançamento e arrecadação dos tributos diretos (IPTU, TLP, IPVA, ITBI e ITCD).

Lançamento de tributos diretos

Impostos sobre a transmissão (ITBI e ITCD) Lançamento do exercício de 2017

Imposto	Quantidade de transações tributadas	Imposto lançado	Total da receita (com acréscimos)
ITBI	34.614	380.606.221,35	331.863.791,65
ITCD	16.609	145.324.511,29	124.724.026,92
TOTAL	51.223	525.930.732,64	456.587.818,57

Fonte: Gerência de Tributos Diretos – GEDIR/CCALT/SUREC/SEF.

Impostos sobre a transmissão (ITBI e ITCD) Lançamento do exercício de 2018

Imposto	Quantidade de transações tributadas	Imposto lançado	Total da receita (com acréscimos)
ITBI	36.950	440.931.248,62	411.945.329,23
ITCD	19.459	138.046.423,66	108.275.688,29
TOTAL	56.409	578.977.672,28	520.221.017,52

Fonte: Gerência de Tributos Diretos – GEDIR/CCALT/SUREC/SEF.

Gerência de Controle da Arrecadação e do Cadastro da Dívida Ativa - GEDAT

As atividades da Gerência de Controle da Arrecadação e do Cadastro da Dívida Ativa, à qual estão subordinados o Núcleo de Gestão do Cadastro da Dívida Ativa (NUDAT) e o Núcleo de Controle da Arrecadação (NUCAR), compreendem:

O controle da arrecadação tributária do Distrito Federal;

O gerenciamento dos convênios e contratos de prestação de serviços de arrecadação;

O gerenciamento da inscrição de débitos na Dívida Ativa do Distrito Federal, bem como o exercício do controle sobre a situação desses débitos;

A prestação de informações à Procuradoria-Geral do Distrito Federal quanto ao cadastro da dívida ativa para ajuizamento e execução.

O atendimento a demandas relacionadas a correção de dados relacionados a arrecadação, bem como a dívida ativa.

No quadro a seguir apresentamos a quantidade de solicitações atendidas pela Gerência e pelos Núcleos a ela subordinados, no período compreendido entre 01/01/2018 a 31/12/2018:

GEDAT
Solicitações atendidas – janeiro a dezembro de 2018

Via de atendimento	GEDAT	NUDAT	NUCAR
Processos analisados (físicos e SEI)	670	12.300	298
Atendimento telefônico/presencial	176	26	1.300
SIGAC WEB	622	341	1.891
SIGAC SOLADM	104	125	276
Totais	1.572	12.792	3.765

Fonte: Gerência de Controle da Arrecadação e do Cadastro da Dívida Ativa – GEDAT/CCALT/SUREC/SEF.

Nas tabelas seguintes, apresentamos a tramitação de processos (físicos e pelo Sistema SEI-GDF) na Gerência e Núcleos a ela subordinados no período de 01/01/2018 a 31/12/2018:

GEDAT
Tramitação processos físicos – janeiro a dezembro de 2018

Tramitação processos físicos				
UNIDADE	Estoque em 31/12/2017	Entrada	Saida	Estoque em 31/12/2018
GEDAT	59	41	43	57
NUDAT	83	12.815	9.982	2.916
NUCAR	28	33	30	31

Fonte: SICOP. Elaboração: Gerência de Controle da Arrecadação e do Cadastro da Dívida Ativa – GEDAT.

GEDAT
Processos no SEI – janeiro a dezembro de 2018

Unidade	Gerados na Unidade	Tramitados na Unidade
GEDAT	51	579
NUDAT	53	2.291
NUCAR	53	215

Fonte: SEI-GDF. Elaboração: Gerência de Controle da Arrecadação e do Cadastro da Dívida Ativa – GEDAT.

Apresentamos a seguir, os dados relativos à Dívida Ativa do Distrito Federal, com a movimentação havida no período de Janeiro/2018 a Dezembro/2018:

Dívida Ativa do Distrito Federal
Janeiro a outubro de 2018

		Tributária Ajuizada	Não Tributária Ajuizada	Tributária Não Ajuizada	Não Tributária Não Ajuizada
SALDO ANTERIOR (31/12/2017)	QTDE CDAS	1.744.343	49.194	1.228.054	11.530
	VALOR (R\$)	24.610.293.681,64	1.297.911.105,95	3.946.827.320,73	64.677.439,38
ACRESCIMOS LEGAIS (+)	VALOR (R\$)	1.173.596.316,82	63.813.903,07	360.816.876,39	10.271.929,38
	QTDE CDAS	324.492	7.507	678.727	13.411
AJUIZAMENTOS / INSCRIÇÕES (+)	VALOR (R\$)	4.129.997.034,77	251.281.437,41	2.342.643.353,39	237.018.584,00
	QTDE CDAS	36.228	278	31.732	716
EXIGIBILIDADE SUSPENSAS (+)	VALOR (R\$)	396.819.005,89	5.617.697,16	189.267.438,13	3.371.570,34
	QTDE CDAS	1.630	63	449	261
SUSPENSÕES (-)	VALOR (R\$)	364.362.969,31	4.816.592,58	166.349.358,20	2.898.511,99
	QTDE CDAS	34.598	215	31.258	455
PARCELAMENTOS (-)	VALOR (R\$)	32.456.036,58	801.104,58	22.658.478,75	473.058,35
	QTDE CDAS	58.341	177	45.352	277
CANCELAMENTOS (-)	VALOR (R\$)	619.932.750,59	62.887.528,16	237.972.998,85	2.127.154,77
	QTDE CDAS	143.968	720	197.984	463
BAIXA (-)	VALOR (R\$)	144.887.488,21	10.704.522,36	169.106.317,91	1.367.498,64
	QTDE CDAS	0	0	324.492	7.507
AJUIZADOS (-)	VALOR (R\$)	0,00	0,00	4.129.997.034,77	251.281.437,41
	QTDE CDAS	0	0	25	0
PRECATÓRIOS AGUARDANDO REQ. ART. 100 DA CF (-)	VALOR (R\$)	0,00	0,00	259.601,18	0,00
	QTDE CDAS	1.866.526	55.804	1.338.953	16.694
TOTAIS (31/12/2018)	VALOR (R\$)	29.149.066.794,43	1.539.414.395,91	2.113.211.198,98	57.191.861,94
	QTDE CDAS				

Fonte: Gerência de Controle da Arrecadação e do Cadastro da Dívida Ativa – GEDAT/CCALT/SUREC/SEF.

Gerência dos Tributos Indiretos - GEIND

Unidade responsável pela gestão, tratamento e disponibilização das informações relacionadas aos documentos fiscais eletrônicos e às declarações econômico-fiscais.

A GEIND detém as atribuições relativas ao controle das informações fiscais prestadas pelos contribuintes, que incluem a emissão de documentos fiscais e a escrituração fiscal eletrônica.

Segue abaixo quadro que mostra a evolução da quantidade de Notas Fiscais Eletrônicas emitidas no Distrito Federal.

**Emissão de Nota Fiscal Eletrônica – NF-e
2017 e 2018**

Mês/Ano	Qtd total de emissores	Qtd total de notas autorizadas
01/2017	33.985	3.718.173
02/2017	34.581	3.359.045
03/2017	36.639	4.124.943
04/2017	35.891	3.570.221
05/2017	37.723	4.089.525
06/2017	38.109	3.991.447
07/2017	38.827	3.978.063
08/2017	39.551	4.134.205
09/2017	40.398	4.009.654
10/2017	41.526	4.232.822
11/2017	38.881	3.104.719
12/2017	42.611	4.193.026
01/2018	41.519	4.098.451
02/2018	42.191	3.683.569
03/2018	44.177	4.330.672
04/2018	44.768	4.234.894
05/2018	45.515	4.198.667
06/2018	45.661	4.260.228
07/2018	46.519	4.357.258
08/2018	46.062	4.390.296
09/2018	47.013	4.194.066
10/2018	48.480	4.690.886
11/2018	48.255	4.486.711
12/2018	49.005	4.552.261

Fonte: Gerência dos Tributos Indiretos – GEIND/CCALT/SUREC/SEF.

Além da nota fiscal eletrônica, há obrigatoriedade no Distrito Federal da emissão do Conhecimento de Transporte Eletrônico – CT-e e do Manifesto de Documento Fiscal Eletrônico – MDF-e. A obrigatoriedade do CT-e iniciou-se em 2012 e a do MDF-e em 2014, listando-se na tabela abaixo as quantidades emitidas dos referidos documentos no Distrito Federal em 2017 e 2018.

**Emissão de CT-e e MDF-e
2017 e 2018**

Mês/Ano	CT-e		MDF-e	
	Quantidade de Emissores	Quantidade de documentos	Quantidade de Emissores	Quantidade de documentos
01/2017	458	152.716	309	22.294
02/2017	448	143.117	321	18.907
03/2017	465	182.167	328	22.473
04/2017	460	152.762	319	18.622
05/2017	462	174.201	339	22.199
06/2017	469	175.904	355	21.566
07/2017	470	186.999	357	23.423
08/2017	481	202.544	366	25.437
09/2017	482	180.386	364	23.235
10/2017	486	190.013	352	23.501
11/2017	477	181.389	365	22.454
12/2017	488	187.839	368	22.018
01/2018	481	192.263	373	22.507
02/2018	486	183.170	386	20.059
03/2018	494	208.777	412	23.069
04/2018	504	199.198	419	22.456
05/2018	519	187.720	411	19.524
06/2018	525	213.118	449	25.756
07/2018	525	196.171	448	29.626
08/2018	533	225.790	471	33.502
09/2018	535	193.086	454	30.480
10/2018	532	213.680	466	32.492
11/2018	534	202.151	467	28.365
12/2018	532	194.402	446	26.489

Fonte: Gerência dos Tributos Indiretos – GEIND/CCALT/SUREC/SEF.

Em 2016 teve início a obrigatoriedade de emissão da NFC-e (Nota Fiscal ao Consumidor – Eletrônica), tendo sido autorizadas as seguintes quantidades de NFC-e no período 2017 a 2018:

**Emissão de Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica – NFC-e
2017 e 2018**

Mês/Ano	NFC-e	
	Quantidade de Emissores	Quantidade de documentos
01/2017	6.091	13.723.591
02/2017	6.514	14.284.562
03/2017	7.116	17.318.626
04/2017	7.497	17.467.291
05/2017	8.131	19.805.710
06/2017	8.912	22.574.860
07/2017	10.222	25.614.613
08/2017	11.384	26.444.781
09/2017	12.326	27.710.137
10/2017	13.070	29.697.232
11/2017	13.114	23.770.833
12/2017	14.564	37.427.628
01/2018	15.501	36.369.310
02/2018	16.047	34.835.604
03/2018	16.721	41.182.792
04/2018	17.239	39.744.824
05/2018	17.805	41.239.783
06/2018	18.259	41.198.065
07/2018	18.850	42.962.441
08/2018	19.291	42.947.328
09/2018	19.811	43.379.130
10/2018	20.183	44.500.707
11/2018	20.465	45.477.026
12/2018	20.828	50.802.851

Fonte: Gerência dos Tributos Indiretos – GEIND/CCALT/SUREC/SEF.

Quanto à recepção dos Livros Fiscais Eletrônicos, estão discriminadas abaixo as quantidades de declarantes e livros fiscais transmitidos:

**Envio de LFE
2017 e 2018**

Mês/Ano	Livro Fiscal Eletrônico		
	Número de contribuintes	Qtd livros processados com sucesso	Qtd livros rejeitados
01/2017	75.967	126.723	11.434
02/2017	64.369	88.920	7.207
03/2017	79.439	133.387	12.305
04/2017	69.919	98.735	8.882
05/2017	82.213	126.807	14.482
06/2017	80.757	114.796	11.431
07/2017	79.902	111.747	10.595
08/2017	84.653	127.464	12.743
09/2017	80.652	111.846	11.041
10/2017	86.832	120.916	13.700
11/2017	77.419	108.922	7.153
12/2017	78.150	109.871	7.399
01/2018	80.282	118.264	7.491
02/2018	68353	87.906	5.767
03/2018	74875	103.855	6.281
04/2018	75678	103.149	5.790
05/2018	82105	123.546	7.388
06/2018	75.586	101.024	7.097
07/2018	80.449	115.174	5.982
08/2018	83.442	124.099	7.652
09/2018	79.431	116.278	7.971
10/2018	87.862	142.694	10.049
11/2018	84.479	120.794	8.169
12/2018	83.287	113.903	7.691

Fonte: Gerência dos Tributos Indiretos – GEIND/CCALT/SUREC/SEF.

**GEIND
Tramitação processos físicos – janeiro a outubro de 2018**

Estoque inicial (jan/2018)	Entradas no período	Saídas no período	Estoque final (31/12/2018)
18	13	7	24

Fonte: SICOP. Elaboração: Gerência dos Tributos Indiretos – GEIND.

**GEIND
Processos no SEI – janeiro a dezembro de 2018**

Unidade	Gerados na Unidade	Tramitados na Unidade
GEIND	64	242
NUDOF	23	100
NUINF	17	85

Fonte: SEI-GDF. Elaboração: Gerência dos Tributos Indiretos – GEIND.

Gerência de Execução de Projetos Especiais – GEPES

A GEPES é responsável pelo Programa Nota Legal sendo de sua alçada a administração de todas as dúvidas e reclamações do Programa (via SIGAC, e-mail e telefone) advindas, principalmente, de problemas na contabilização de créditos originados de documentos fiscais e também de indicações de créditos para abatimento em IPVA e IPTU, bem como para depósito em conta.

Realiza ainda as seguintes atividades: bloqueio preventivo, efetuando pesquisas na busca de indícios de fraude na apropriação de créditos; geração e gerência de autos de infração, bem como suas pertinentes impugnações; desenvolvimento, implementação e administração de tudo que se refere ao Sorteio.

Abaixo, alguns números das atividades desenvolvidas no âmbito do Programa Nota Legal no ano de 2018:

GEPES
Atividades desenvolvidas – janeiro a dezembro de 2018

Atividade	Quantidade
Protocolos de reclamação para análise	16
Análise de reclamações	17.710
Autos de Infração gerados	0
Processos analisados (consumidores)	33
E-mails / demandas SIGAC respondidos	1.781
Documentos fiscais digitalizados	19.368

Fonte: Gerência de Execução de Projetos Especiais – GEPES/CCALT/SUREC/SEF.

GEPES
Tramitação processos físicos – janeiro a dezembro de 2018

Estoque final (DEZ/2017)	Entradas no período	Saídas no período	Estoque final (OUT/2018)
49	1	0	50

(*) Fluxo de tramitação de processos prejudicado em decorrência de problemas diagnosticados de informática.
Fonte: Gerência de Execução de Projetos Especiais – GEPES/CCALT/SUREC/SEF.

Gerência de Cadastro Fiscal – GECAF

Unidade responsável pela gestão, tratamento e disponibilização dos dados referentes ao Cadastro Fiscal dos Contribuintes do Distrito Federal, interagindo com os demais setores da Subsecretaria da Receita e órgãos externos que utilizam as informações disponibilizadas no Sistema.

A ações relacionadas à Gerencia de Cadastro Fiscal estão focadas em manter os dados cadastrais de pessoas jurídicas o mais próximo possível daqueles arquivados no órgãos de registro (Junta Comercial do DF, cartórios de registro de pessoas jurídicas e OAB). Registramos no quadro abaixo, o resumo das principais atividades desenvolvidas de registros e alterações cadastrais realizadas até o mês de outubro de 2018.

GECAF
Atividades cadastrais – janeiro a dezembro de 2018

TIPO DA AÇÃO	MOTIVAÇÃO	QTD DE OCORRENCIAS
Alterações Cadastrais	Atualização dos dados empresariais no Cadastro Fiscal do Distrito Federal.	14.296
Baixa de Inscrição via Sistema RLE	Solicitação de baixa integrada com todos os órgãos intervenientes (JCDF, RFB e SEFAZ/DF).	17.704
Baixa de ofício de Inscrição de MEI	Baixa de Inscrição de MEI que são baixadas no Portal do Microempreendedor	35.589
Inscrições concedidas via Sistema RLE	Empresas em que os registros foram concedidos de forma integrada.	14.149
Inscrições de MEI concedidas manualmente	Via arquivo txt gerados pelo Portal do simples Nacional - RFB	34.129

Fonte: Gerência de Cadastro Fiscal – GECAF/CCALT/SUREC/SEF.

Destaca-se, que, no ano de 2018 houve um avanço nos processos de implementação do Sistema RLE – Sistema de Registro de Licenciamento de Empresas, pois iniciamos em setembro a geração de inscrições dos Microempreendedores Individuais - MEI via RLE- Digital. Em outubro, teve início a geração das primeiras FACs de alteração cadastrais geradas via RLE-Digital, porém as alterações apenas contemplam as alterações dos dados da denominação, nome fantasia, endereço e telefone. Temos que avançar ainda com outros dados, como por exemplo, alteração de atividade econômica, quadro societário, tipo de natureza jurídica, etc. Algumas deficiências verificadas na operacionalização das atividades do sistema RLE, tais como: falta de manutenção, custos e morosidade na implementação da atividade de sistematização dos processos de alterações cadastrais, o órgão gestor do Sistema - Junta Comercial, subordinada ao MDIC – juntamente com os demais integrantes (Secretaria da Fazenda, SEDICT, órgãos responsáveis pelo licenciamento das empresas e o SEBRAE) optaram para migrar o Projeto para o Sistema JUNTA DIGITAL, desenvolvido pela JUCEMG e já utilizado por mais 7 Estados, com o objetivo de inserir o DF na arquitetura proposta pela REDESIM.

Dentre as principais ações relacionadas ao Cadastro Fiscal do DF, destaca-se a Depuração Cadastral, que consiste em um conjunto de levantamentos sistêmicos para promover a alteração em massa da situação cadastral dos contribuintes. Essa alteração pode implicar medidas punitivas para o contribuinte (ex: suspensão ou cancelamento da inscrição) ou automatização de procedimentos visando à diminuição de processos em papel (ex: baixa automática de contribuintes cancelados há mais de 5 anos). O Quadro abaixo apresenta resumo das atividades de depuração cadastral executadas em 2018.

Ocorrências de situação cadastral – janeiro a outubro de 2018		
Tipo da ação	Motivação	Qtd de inscrições
Baixa de inscrição	Inscrição cancelada há mais de 5 anos	13.686
Cancelamento de inscrição	Prestação de informações cadastrais falsas	2
Cancelamento de inscrição	Permanecer suspensa por prazo superior a 90 dias	9.954
Cancelamento de inscrição	Contribuinte extinto ou baixado na Receita Federal do Brasil	-
Reativação de inscrição Suspensa	Contribuinte regularizou entrega de LFE e teve sua inscrição reativada de forma automática	3.975
Suspensão de inscrição	Não solicitação de AIDF	-
Suspensão de inscrição	Documentos Fiscais vencidos	-
Suspensão de inscrição	Cessação de atividade no endereço para o qual a inscrição foi concedida	4.103
Suspensão de inscrição	Não atender 2 notificações consecutivas	19
Suspensão de inscrição	Cessação de atividade no endereço cadastral com imediata Denegação de NF-e	56
Suspensão de inscrição	Omissão na entrega de Livro Fiscal Eletrônico	8149
Suspensão de inscrição	Não entregar GIA-ST por 60 dias ou 2 meses alternados	-
Suspensão de inscrição	Prazo Expirado Da Paralisação De Atividade	256

Fonte: Gerência de Cadastro Fiscal – GECAF/CCALT/SUREC/SEF.

O Núcleo de Gestão de Sistemas do Cadastro Fiscal – NGCAF da Gerência de Cadastro Fiscal – GECAF é responsável pelo lançamento do Imposto Sobre Serviços - ISS devido pelos profissionais autônomos, estando os dados referentes a esta atividade discriminados abaixo.

ISS AUTONOMOS 2017

	Quantidade de profissionais inscritos/lançados	Valor total Lançado	Valor total vencido até 24/11/2017	Valor pago até 24/12/2017	% inadimplência
Nível médio	3.313	3.617.292,88	2.691.398,00	778.279,58	71,08
Nível superior	4.616	9.990.207,32	7.421.382,01	3.872.202,67	47,82
TOTAL	7.929	13.607.500,20	10.112.780,01	4.650.482,25	54,01

Fonte: Gerência de Cadastro Fiscal – GECAF/CCALT/SUREC/SEF.

ISS AUTONOMOS 2018

	Quantidade de profissionais inscritos/lançados	Valor total Lançado	Valor total vencido até 31/10/2018	Valor pago até 31/12/2018	% inadimplência
Nível médio	3.259	3.638.056,11	2.711.977,65	738.960,41	72,75
Nível superior	4.408	9.788.838,90	7.287.968,13	3.757.483,33	48,44
TOTAL	7.667	13.426.895,01	9.999.945,78	4.496.443,74	55,03

Fonte: Gerência de Cadastro Fiscal – GECAF/CCALT/SUREC/SEF.

Coordenação de Atendimento ao Contribuinte – COATE

Ações desenvolvidas com o objetivo primordial de prestar um atendimento de qualidade cada vez melhor aos cidadãos que procuram a Subsecretaria da Receita, com destaque para a ampliação da oferta de serviços pela internet.

Atendimento Remoto – Atendimento Virtual e Central 156 – e Autoatendimento

A solicitação da maioria dos serviços na SEF/DF foi disponibilizada na internet, www.fazenda.df.gov.br / Atendimento Virtual, e na Central 156, dispensando o atendimento presencial nas Agências de Atendimento, e eliminou muitas atividades intermediárias que atrasavam a conclusão dos serviços.

Este meio de atendimento também otimizou a resolução das solicitações, uma vez que a demanda é encaminhada automaticamente para um analista do setor responsável pela atividade, e os atendentes da Central 156 presta atendimento de forma imediata ao cidadão.

O quadro abaixo demonstra a variação anual do atendimento remoto, serviços demandados na Central 156 e no Atendimento Virtual, contabilizados pela Agência de Atendimento Remoto e excluídos os autoatendimentos realizados por meio virtual.

ATENDIMENTO REMOTO			
ANO	Central 156 (Telefone)	AGREM *	TOTAL
2011	260.241	46.616	306.857
2012	267.576	67.569	335.145
2013	292.650	61.534	354.184
2014	329.746	61.135	390.881
2015	296.937	67.337	364.274
2016	301.772	110.200	411.972
2017	333.304	139.918	473.222
2018	241.764	154.747	396.511

Fonte: AGREM, Agência de Atendimento Remoto.

Estão computados todos os atendimentos da SEF solicitados através do portal do Atendimento Virtual.

Autoatendimento

A SEF/DF disponibiliza também na internet uma grande quantidade de serviços que o cidadão pode realizar por meio do auto atendimento, através do portal "Agenci@Net" (área pública ou restrita), e na aba Serviços SEF (cidadão ou empresa), além de sistema para a emissão de Nota Fiscal Avulsa - SENFA.

O cidadão acessa os serviços disponíveis na internet para o autoatendimento com o certificado digital ou com senha eletrônica disponibilizada pela SEF, conforme o tipo de serviço, e dispensa a participação de servidor desta Secretaria no procedimento, e por isso não serão registrados nos quadros demonstrativos deste relatório.

Atendimento presencial nas Agências de Atendimento da Receita

A implementação do atendimento virtual e do autoatendimento no sítio da Receita do DF proporcionou significativa facilidade para o cidadão na demanda de serviços, que não necessita mais se locomover para um atendimento presencial. Contudo, verifica-se nos registros dos atendimentos presenciais que ainda há uma quantidade expressiva de cidadãos e empresários que preferem o atendimento presencial.

Importante ressaltar que ainda é significativa a quantidade de contribuintes que solicitam a abertura dos serviços disponibilizados na internet, como a abertura dos processos eletrônicos e as solicitações administrativas, ou SOLADM/SIGAC (sistema eletrônico de protocolização de processos), nas Agências de Atendimento. Neste caso, teremos registros deste atendimento nos dados do Atendimento Presencial e do Atendimento Remoto.

As tabelas abaixo demonstram as quantidades de atendimentos presenciais nas unidades de atendimento. A tabela seguinte demonstra as quantidades de atendimentos presenciais nas Agências de Atendimento no exercício de 2018 e a tabela 03 demonstra a variação anual negativa das quantidades de atendimentos presenciais nas Agências da Receita do DF desde o ano de 2011.

AGÊNCIAS-2018		ATENDIMENTOS (%)
AGBRAZ (Encerrada em 19/03/2018)	2.418	1
AGCEI	32.383	11
AGEMP	2.746	1
AGGAM	31.996	11
AGNOR	50.449	17
AGFLA	38.217	13
AGSIA	36.088	12
AGSOR	5.573	2
AGSUL	43.853	15
AGTAG	45.838	16
TOTAL	289.561	100

ATENDIMENTO PRESENCIAL	
Ano	Quantidade
2011	468.958
2012	459.802
2013	475.726
2014	400.774
2015	427.873
2016	391.762
2017	360.786
2018	289.561

Fonte: BO 05-COATE nº 35/2007.

Atendimento Presencial nas Unidades do Na Hora

Os postos de Atendimento da Receita nas unidades do Na Hora prestam serviços imediatos, com atendimento inclusive aos sábados, e contribuem significativamente com a diminuição dos atendimentos presenciais nas Agências da Receita.

A tabela abaixo demonstra a quantidade de atendimentos em cada unidade do Na Hora no exercício de 2018, e o percentual individual relativo ao total de atendimentos.

Unidades do Na Hora	Quantidade	Atendimentos (%)
RODOVIARIA	65.737	19
TAGUATINGA	66.424	19
RIACHO FUNDO I	29.556	9
CEILANDIA	75.765	22
SOBRADINHO	50.186	15
GAMA	49.005	14
BRAZLÂNDIA	8.992	3
TOTAL	345.665	100

Importante ressaltar que o novo modelo de atendimento ao contribuinte implementado nesta Secretaria permite às unidades do Na Hora atualmente atuarem de forma semelhante às Agências de Atendimento, além de possibilitar às unidades contarem com o apoio de servidores de outras carreiras de outros setores do GDF, devido a simplificação na forma de atendimento.

A próxima tabela demonstra a evolução da quantidade de atendimentos dos postos da SEF/DF nas unidade do Na Hora a partir do ano de 2010. Verifica-se o aumento dos atendimentos devido a criação da nova unidade de Brazlândia, e a transformação da Agência da Receita de Sobradinho em unidade do Na Hora.

Unidade / Ano	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Rodoviária	79.900	84.618	82.083	90.280	71.770	60.563	65.916	63.291	65.737
Taguatinga	59.718	64.070	57.778	51.912	49.897	46.975	55.940	58.807	66.424
Riacho Fundo I	3.548	3.431	21.495	27.781	20.974	19.490	20.487	34.202	29.556
Ceilândia	69.123	71.003	66.935	78.539	75.621	56.636	67.816	63.174	75.765
Sobradinho	30.269	31.998	30.746	37.162	30.461	26.527	27.524	30.298	50.186
Gama	20.238	29.527	37.761	46.332	44.051	38.807	43.558	45.627	49.005
Brazlândia	**	**	**	**	**	**	**	**	8.992
TOTAL	262.796	284.647	296.798	332.006	292.774	248.998	281.241	295.399	345.665

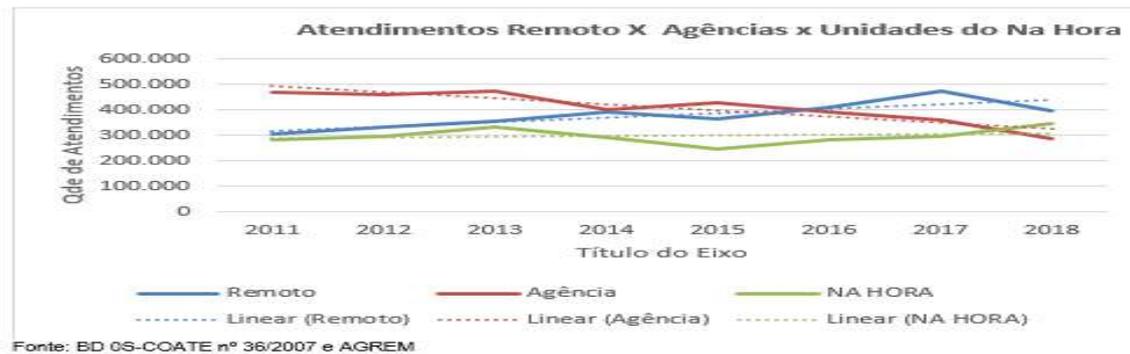
Fonte: Sistema de emissão de senhas das unidades do Na Hora.

Quadro comparativo anual entre o Atendimento Remoto e os Atendimentos Presenciais nas Agências de Atendimento e nas Unidades do Na Hora.

ANO	Remoto	Agência	NA HORA	TOTAL	% Remoto	% Agência	% NA HORA
2011	306.857	468.958	284.647	1.060.462	28,94%	44,22%	26,84%
2012	335.145	459.802	296.798	1.091.745	30,70%	42,12%	27,19%
2013	354.184	475.726	332.006	1.161.916	30,48%	40,94%	28,57%
2014	390.881	400.774	292.774	1.084.429	36,04%	36,96%	27,00%
2015	364.274	427.873	248.998	1.041.145	34,99%	41,10%	23,92%
2016	411.972	391.762	281.241	1.084.975	37,97%	36,11%	25,92%
2017	473.222	360.786	295.399	1.129.407	41,90%	31,94%	26,16%
2018	396.511	289.561	345.665	1.031.737	38,4%	28,1%	33,5%

A tabela acima demonstra a evolução da quantidade de atendimentos dos postos da SEF/DF nas unidade do Na Hora a partir do ano de 2010. Verifica-se o aumento dos atendimentos devido a criação da nova unidade de Brazlândia, e a transformação da Agência da Receita de Sobradinho em unidade do Na Hora

Gráfico Comparativo dos meios de Atendimento da SEF/DF



Fica evidenciado no gráfico comparativo acima a evolução do declínio da quantidade de atendimentos presenciais nas Agências de Atendimento da Receita, o aumento do Atendimento Remoto, e o aumento no Atendimento das unidades do Na Hora, especialmente no ano de 2018.

Arrecadação promovida pela Agência de Atendimento Empresarial

A Agência de Atendimento Empresarial, AGEMP, é responsável pelo atendimento de um grupo das maiores empresas estabelecidas no DF. Além da prestação dos serviços comuns às demais agências, a AGEMP também é responsável pela gestão das empresas participantes do PRÓ-DF.

Os quadros abaixo demonstram a arrecadação resultante de algumas atividades da AGEMP.

ARRECADAÇÃO PROMOVIDA PELA AGÊNCIA EMPRESARIAL DA RECEITA - AGEMP	
DENOMINAÇÃO	VALOR R\$
Arrecadação decorrente de cobranças relativas ao PRÓ-DF (parcelamentos)	231.414,32
Arrecadação decorrente de notificações de lançamento - PRÓ-DF	-
Arrecadação decorrente de parcelamentos espontâneos	52.473.658,35
Arrecadação decorrente do Convênio ICMS 64/06 (alienação de veículos de locadoras)	-
Créditos constituídos por notificação de lançamento - PRÓ-DF	41.895.454,67
TOTAL	94.600.527,34

Fonte: AGEMP

DETALHAMENTO DAS NL EXPEDIDAS PELA AGÊNCIA EMPRESARIAL DA RECEITA - 2018				
NOTIFICAÇÕES DE LANÇAMENTO AGEMP/2018*				
NL - EMPRESA	VALOR R\$	SITUAÇÃO DA NL	CDA Nº	VALOR PAGO R\$
160/2018 - OI MÓVEL S/A	16.274.960,80	Inscrito em DAT	50194713970	
164/2018 - OI S/A	7.374.486,77	Inscrito em DAT	50194743020	
214/2018 - INN COMÉRCIO	114.714,78	Inscrito em DAT	5019014894-2	
215/2018 - INN COMÉRCIO	107.096,91	Inscrito em DAT	5019014906-0	
284/2018 - CHEMICALTECH	453.600,00	Inscrito em DAT	50194714306	
288/2018 - FIRST CLASS	97.053,22	Impugnação sobrestada - aguardar SEDICT		
566/2018 - FVO	17.473.542,19	Inscrito em DAT	50194913295	
TOTAL CONSTITUÍDO	41.895.454,67			

Fonte: AGEMP

Análise processual e outros serviços desenvolvidos nas Agências

Os processos administrativos foram protocolizados nas Agências de Atendimento por meio físico (em papel) até a data de 28/02/2018, e a partir desta data são protocolizados exclusivamente por meio virtual: SIGAC ou Processos SEI.

O quadro abaixo registra a quantidade anual dos processos físicos protocolizados nas Agências de Atendimento analisados na COATE e nas demais unidades da SEF/DF até a data de 28/02/2018.

Processos físicos por exercício	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018*
Processos recebidos	38.969	43.027	48.550	44.666	34.348	31.343	29.836	13.288
Processos analisados	21.232	21.272	28.810	29.528	21.200	15.825	15.498	6.280
Estoque final para análise	7.036	8.799	9.071	5.288	2.842	1.931	1.507	209
Processos conclusos Para arquivo**	175.716	197.315	175.191	177.471	205.204	223.128	216.033	28.719

Fonte: BD OS-COATE nº36/2007

**A partir de Março/2018 serão registrados apenas a evolução dos processos conclusos para o arquivo, já protocolizados antes de 28/02/2018.

A variação negativa das quantidades de processos físicos protocolizados nas Agências da Receita, especialmente no ano de 2018, também reflete a quantidade de atendimentos presenciais que estão sendo reduzidos em razão da protocolização dos processos por meio do Atendimento Virtual.

Serviços desenvolvidos nas Agências de Atendimento.

Os servidores das Agências da Receita do DF resolvem de imediato diversas solicitações durante o atendimento presencial, além das demandas encaminhadas por meio do Atendimento Virtual.

A tabela abaixo demonstra as quantidades dos principais serviços executados nas Agências de Atendimento no exercício de 2018.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NA AGÊNCIA DE ATENDIMENTO – 2018					
DOCUMENTOS EMITIDOS	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	TOTAL*
1- Emissão de ITBI / ITCD	2.569	907	2.516	2.371	8.363
2-Cancelamento de ITBI/ITCD	412	339	346	417	1.514
3- Notificação	39	24	24	272	359
4-Comunicado	52	66	41	41	200
DOCUMENTOS AUTORIZADOS					
1-ECF (MR-PDV-IP) Pedido de Uso	403	357	779	715	2.254
2-ECF (MR-PDV-IP) Intervenções	681	1.303	1629	1.778	5.391
3-AIDF	1.545	1.370	1266	1.109	5.290
4-Nota Fiscal Avulsa	196	223	394	244	1.057
VISTORIAS REALIZADAS					
1-Cadastro Fiscal	974	1.061	330	918	3.283
2-Cadastro Imobiliário	1.085	758	564	629	3.036
3-Outras Vistorias	18	366	604	545	1.533
SERVIÇOS VIRTUAIS					
1-Atendimento Virtual/SIGAC	3.245	3.528	4.143	4.782	15.698
2-SOLADM/SIGAC	2.889	2.697	2.662	2.465	10.713
3-AI Multa Acessória-Proc. Eletrônico	338	888	1.004	1.494	3.724

O quadro acima não demonstra a quantidade expressiva de determinados atendimentos: formação de processos virtuais para os contribuintes sem acesso à internet, emissão de DAR de impostos diversos, auxílio ao contribuinte na utilização do programa Nota Legal e informações e orientações de diversas naturezas.

GESTÃO FINANCEIRA

Para o acompanhamento da despesa pública são observadas as seguintes atribuições:

- elaboração da programação financeira anual;
- execução e controle da programação financeira;

- análise e controle das folhas de pagamentos de pessoal custeadas com recursos do Tesouro;
- análise e controle da programação financeira para o repasse dos recursos financeiros da administração indireta, entidades dependentes do Tesouro, (Fundações, Autarquias e Empresas Públicas);
- liberação dos limites financeiros programados para liquidação no início de cada mês corrente conforme o cronograma mensal de desembolso, e também solicitados pelas Unidades Gestoras por meio de mensagens no Comunica/SIGGo;
- emissão de pareceres (financeiros e sobre outros aspectos pertinentes às normas financeiras), em processos enviados à SUTES pelos diversos órgãos/entidades do complexo administrativo do GDF;
- ajuste periódico da programação financeira, visando adequar o cronograma de desembolso à execução orçamentária-financeira;
- orientação técnica às Unidades Gestoras sobre aspecto da gestão da despesa pública, no que tange às normas de execução financeira em vigor. Para tanto, os meios utilizados são: mensagens via SIGGo, contatos telefônicos e pessoalmente, despachos em processos etc.

Programação Financeira

Para viabilizar o cumprimento das metas fiscais e efetivo controle das finanças públicas, foi editado o Decreto nº 38.825, de 25/01/2018, aprovando os limites anuais e mensais da programação financeira de 2018, para o Poder Executivo do Distrito Federal, estabelecendo cronograma para pagamento de pessoal e encargos sociais, juros e encargos da dívida, outras despesas correntes, investimentos, inversões financeiras e amortização da dívida consolidada, conforme valores detalhados nos Anexos II a VII do citado decreto.

Considerando a necessidade de manter o equilíbrio econômico-financeiro do DF e o ajuste do fluxo de gastos previstos na Lei Complementar nº 101/2000; visando a redução do custo da máquina Pública; objetivando o funcionamento contínuo dos serviços públicos, a manutenção das obras e investimentos, bem como a preservação dos empregos públicos e, ainda, o pagamento a fornecedores e aos servidores públicos do Distrito Federal, foi criada em 2015 e ainda continua em vigor, a Câmara de Governança Orçamentária, Financeira e Corporativa do Distrito Federal (GOVERNANÇA-DF), conforme Decreto nº 36.240, de 02/01/2015.

Os limites anuais e mensais da Câmara Legislativa, do Tribunal de Contas do DF e da Defensoria Pública do DF, foram programados no SIGGo na proporção de duodécimos das dotações orçamentárias autorizadas na LOA/2018 (Lei nº 6.060, de 29/12/2017), em atendimento ao art. 145 da Lei Orgânica do Distrito Federal e art. 83 da LDO/2018 (Lei nº 5.950, de 03/08/2017), que estabelecem o repasse financeiro até o dia 20 (vinte) de cada mês, de acordo com critérios estabelecidos entre os Poderes Executivo e Legislativo. As dotações autorizadas para as unidades que compõem a função legislativa na LOA/2018 (CLDF e TCDF), portanto, o Poder Legislativo, representa o valor total de R\$ 947,8 milhões e para as unidades da Defensoria Pública do DF representa o valor total de R\$ 216,7 milhões.

A Coordenação de Programação Financeira - COFIN analisou o comportamento da receita, com base na arrecadação do quadriênio 2014 a 2017, independente de Poder, e adotando-o para os valores da LOA/2018. Os comportamentos díspares, desarmônicos ou descontínuos foram ajustados e as fontes de recurso novas ou com histórico de arrecadação do quadriênio não representativo foram divididas linearmente por 12 (1/12) do valor previsto em LOA/2018.

Para fonte 100 considerou a previsão mensal de arrecadação enviada pela Assessoria de Estudos Econômico-Fiscais - AEF/GAB/SEF para receita tributária que sinalizou frustração de R\$ 400 milhões e foi contingenciado na despesa. Para as fontes de convênio, operação de crédito e as demais fontes detalhadas, utilizou-se, também, a média do quadriênio, por

apresentar arrecadações mensais semelhantes nos anos 2014 a 2017; lembrando que a liberação financeira dessas fontes se deu após o ingresso da receita, conforme orientação e entendimento da SUCON e SUTES/SEF.

Para os órgãos do Poder Executivo foram programados o total de R\$ 25.361.130.183 nos grupos de despesas 1, 2, 3, 4, 5 e 6, de um total de R\$ 26.925.750.075 das dotações orçamentárias aprovadas na LOA/2018, incluindo a Reserva de Contingência (grupo 9) e o Poder Legislativo.

Examinando o ingresso da fonte 100 até dezembro de 2018 (posição do mês de dezembro aberta no SIGGo em 09/01/2019) e comparando a previsão de arrecadação da LOA/2018 no mesmo período, verificou-se que houve frustração de R\$ 499,2 milhões na receita tributária e de R\$109,4 milhões na receita não tributária, totalizando R\$608,7 milhões de frustração na fonte 100; conforme tabela abaixo:

FONTE 100 - ORDINÁRIO NÃO VINCULADO	LOA/2018	Arrecadado até NOV e Reestimativa DEZ/2018	Frustração/Contingenciamento
RECEITA TRIBUTÁRIA	16.604.899.998	16.105.631.905	-499.268.094
IMPOSTOS	16.106.628.337	15.567.539.064	-539.089.273
IPTU	775.575.045	794.121.773	18.546.728
IRRF	3.104.942.141	3.169.567.442	64.625.300
IPVA	991.118.939	1.055.739.720	64.620.781
ITCD	100.333.212	113.105.169	12.771.957
ITBI	397.292.956	411.466.583	14.173.627
ICMS	8.615.942.300	7.989.535.033	-626.407.267
ISS	1.690.244.507	1.633.776.385	-56.468.123
SIMPLES	431.179.235	401.226.960	-29.952.276
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	498.271.662	538.092.841	39.821.180
MULTAS E JUROS DE MORA DOS TRIBUTOS	112.992.321	115.024.024	2.031.703
MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	88.595.856	83.851.819	-4.744.038
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	280.195.118	325.785.160	45.590.042
ENCARGOS DA DÍVIDA ATIVA AJUZADA	16.488.366	13.431.838	-3.056.528
RECEITAS NÃO TRIBUTÁRIAS	335.816.816	226.385.671	-109.431.145
TOTAL FONTE 100	16.940.716.815	16.332.017.576	-608.699.238

Fonte: LOA/2018 e SIGGo (posição em 09/01/2019).

Observa-se que a arrecadação do IPTU superou em R\$18,5 milhões por conta da melhoria de gestão operacional na fiscalização deste imposto, o IRRF superou R\$63,6 milhões e o IPVA R\$64,6 milhões decorrente do trabalho apurado e detalhado da equipe técnica da Secretaria de Fazenda. Já do ICMS, ISS e SIMPLES frustraram, respectivamente, R\$626,4; R\$56,4 e R\$29,9 milhões do previsto para o exercício 2018; justificado, principalmente, pela redução da renda total disponível das famílias, devido às incertezas econômicas e políticas no ano de 2018, desta forma a população preferiu poupar hoje para consumirem no futuro, somando-se a isso o alto índice de desemprego do DF. Já a arrecadação da receita de origem não tributária foi de apenas 67,41% do previsto. A tabela 2 mostra que o valor de R\$77,7 milhões não foi contingenciado.

Em R\$ 1,00	
Contingenciamento Fonte 100	Valor
Frustração De Receita Para 2018	608.699.238
Contingenciamento no SIGGo (-)	531.000.441
A Contingenciar	77.698.797

Data: 09/01/2019

Fundo Constitucional do Distrito Federal

O Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF), tem orçamento para 2018 no valor de R\$ 13.696.991.938,00. Lei nº 13.587, de 02/01/2018, publicada no DOU nº 2, 03/01/2018, seção 1. A tabela abaixo demonstra, por área, grupo de natureza de despesa e outros benefícios, o que foi orçado inicialmente e o cenário atual:

Em R\$ 1,00				
ÁREA	DESPESA	VALOR INICIAL	VALOR ATUAL	% ATUAL
Segurança	Pessoal	6.237.588.408	6.124.892.254	-2%
	Outros Benefícios	309.134.076	263.661.931	-15%
	Custeio	1.217.113.749	1.247.168.046	2%
	Investimento	129.070.830	91.391.473	-29%
	SUBTOTAL	7.892.907.063	7.727.113.704	-2%
SEE e SES	Pessoal - Educação	2.477.208.611	3.049.025.410	23%
	Pessoal - Saúde	3.326.876.264	2.914.878.671	-12%
	Custeio - Educação	0	0	0%
	Custeio - Saúde	0	0	0%
	SUBTOTAL	5.804.084.875	5.963.904.081	3%
TOTAL FCDF		13.696.991.938	13.691.017.785	

Fonte: SIAFI. Dados referentes ao período de janeiro a dezembro/2018

Os percentuais da coluna % ATUAL refletem os remanejamentos efetuados no decorrer do exercício entre a dotação inicial e a dotação atualizada até dezembro de 2018, observando-se que houve decréscimo para alguns grupos de despesas e acréscimo em outros.

Os dados da tabela acima demonstram que o maior impacto relativo às alterações efetuadas foi a suplementação para a Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal (SEE). Podemos observar que sua dotação orçamentária, composta exclusivamente de despesas do GND 01 (pessoal), aumentou em 23%.

Os cancelamentos referentes ao Pessoal e a Outros Benefícios da Segurança, que em termos relativos foram de 2% e 15 %, respectivamente, foram em decorrência de execução a menor do que a prevista. Isso ocorreu devido à não efetivação de nomeações de novos servidores, tanto pela PMDF como pela PCDF, que estavam previstas no Anexo V da LOA da União de 2018. Os créditos referentes ao Pessoal foram remanejados para a SEE, conforme mencionado no parágrafo anterior. Os créditos referentes a Outros Benefícios foram remanejados para despesas de Custeio da Segurança, que teve sua dotação aumentada em 2%.

Os cancelamentos referentes ao Investimento da Segurança totalizaram 29% da dotação inicial. Os recursos foram remanejados para o Custeio da Segurança e para a SEE, colaborando com os aumentos citados.

Na assistência financeira à execução de serviços públicos de saúde, houve o remanejamento de 12% da dotação de Pessoal da Saúde para a de Pessoal da Educação, colaborando com o aumento da dotação da SEE mencionado no segundo parágrafo deste item.

No corrente exercício, os remanejamentos orçamentários solicitados e autorizados pela Subsecretaria de Planejamento Orçamento e Administração (SPOA/MF), até o mês de dezembro/2018, somam o montante de R\$ 1.214.658.918,00 correspondendo a uma alteração do orçamento inicial em torno de 8,87%, sendo: R\$ 588.585.569,00 na área de segurança pública e R\$ 626.073.349,00 na assistência financeira à execução de serviços públicos de educação e saúde.

Por fim, a diferença de R\$ 5.974.153,00 entre a dotação total inicial (R\$ 13.696.991.938,00) e a dotação atualizada (R\$ 13.691.017.785,00) deveu-se a bloqueio da Secretaria de Orçamento Federal – SOF por frustração de receita de contribuições previdenciárias dos órgãos de segurança, em conformidade com o Acórdão nº 2.189/2016 – TCU – Plenário, ratificado pelo Acórdão nº 1.224/2017 – TCU – Plenário.

Análise de processos e documentos que demandam recursos

No período em análise (janeiro a dezembro/2018), foram emitidas, aproximadamente, 89 (oitenta e nove) manifestações em instrução processual, referentes a aspectos orçamentário e financeiro de pleitos oriundos das Unidades Gestoras que compõem o FCDF, submetidos à

apreciação e deliberação da Governança-DF, tendo em vista dispositivo legal da Instrução Normativa nº 01/2016.

Proposta orçamentária para 2019

A partir de junho de 2018, foi dado início à elaboração da Proposta Orçamentária Anual do FCDF, tendo sido enviados ofícios às Unidades Gestoras que compõem o FCDF para apresentarem suas demandas orçamentárias relativas ao exercício de 2019. Recebidas as demandas pela Coordenação de Gestão do FCDF, as mesmas foram analisadas, consolidadas e inseridas no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP).

Em agosto/2018, a SPOA/MF comunicou o referencial monetário destinado à elaboração do PLOA/2019 do FCDF no montante de R\$ 13.913.470.313,00. Em face ao teor do Acórdão nº 2189/2016 TCU Plenário, foi acrescido valor estimado de R\$ 382.005.340,00, resultante da contribuição da PCDF, PMDF e do CBMDF, totalizando, assim, R\$ 14.295.475.653,00, com a seguinte configuração de valores:

Em R\$ 1,00

GRUPO	VALOR	Δ% GRUPO
PESSOAL	12.650.608.313	88,6%
CUSTEIO	1.490.964.138	10,4%
INVESTIMENTOS	143.903.202	1,01%
	14.295.475.653	100%

Série histórica de aportes anuais do FCDF:

DEMONSTRATIVO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO DO FCDF - 2003-2018

Em R\$ 1,00

Ano	Orçamento Autorizado FCDF	Dotação		%	
		Segurança	Educação e Saúde	Segurança ₁	SE ₂
2003	3.356.357.953	1.700.764.243	1.655.418.629	51	49
2004	3.975.924.185	1.907.137.692	2.068.786.493	48	52
2005	4.449.279.076	2.143.179.975	2.306.054.076	48	52
2006	5.257.655.452	2.543.486.940	2.714.168.512	48	52
2007	6.054.980.102	2.965.426.683	3.089.553.419	49	51
2008	6.595.079.327	3.534.122.560	3.057.687.434	54	46
2009	7.604.519.609	3.931.107.687	3.672.420.618	52	48
2010	7.685.571.324	4.099.145.234	3.586.426.090	53	47
2011	8.748.271.757	4.675.005.927	4.073.265.830	53	47
2012	9.967.887.188	4.887.447.932	5.080.439.256	49	51
2013	10.694.936.470	5.089.777.886	5.605.158.584	48	52
2014	11.664.776.507	5.429.547.818	6.235.228.689	47	53
2015	12.399.541.238	6.296.206.536	6.103.334.702	51	49
2016	12.017.318.201	6.739.110.380	5.278.207.821	56	44
2017	13.218.604.133	7.591.232.873	5.627.371.260	57	43
2018	13.691.017.785	7.727.113.704	5.963.904.081	56	44
Total	137.381.720.307	71.259.814.071	66.117.425.494	52	48

Obs. 1: Segurança = Segurança Pública. Obs. 2: SE = Saúde e Educação

A série histórica do FCDF demonstra que as dotações autorizadas para as áreas de segurança pública e assistência financeira à educação e saúde vêm se comportando de forma equilibrada desde o ano de 2003. Destacando-se que as correções feitas, ao longo dos anos, no valor original do fundo (base de cálculo para 2003: R\$ 2.900.000.000,00), têm proporcionado distribuição equânime dos recursos entre as áreas, com flutuação de valores ora para mais, ora para menos, porém, sem perda da essência e finalidade a que se propõe o FCDF.

Importante ressaltar, à luz da Tabela 3, que as relações percentuais verificadas em 2003 repetiram-se em 2015 e na totalidade dos recursos até 2016. No entanto, o ponto de maior destaque na citada tabela é sem dúvida o ano de 2017, onde indica que a área de segurança pública recebeu 57% dos recursos do fundo versus 43% destinados às áreas de educação e saúde.

O gráfico abaixo demonstra o comportamento dos orçamentos autorizados para o FCDF até 2018. A trajetória da curva demonstra que houve crescimento constante nos aportes anuais de recursos até 2008, com estagnação no período de 2009 a 2010, voltando a crescer no período 2011 a 2015, porém, como dito no parágrafo anterior, ocorrendo sensível perda ou retração em 2016 e retornando seu crescimento em 2017.

Prestação de contas anual

O FCDF, Órgão (25915), Unidade Orçamentária (73901) e Unidade Gestora central (170392) do MF, é composto pelas seguintes Unidades Gestoras executoras (UGs): UG 170393 – PMDF; UG 170484 – Departamento de Gestão de Pessoal da PMDF; UG 170485 – Departamento de Saúde e Assistência de Pessoal da PMDF; UG 170394 – CBMDF; UG 170495 – Assistência Médica do CBMDF; UG 170395 – PCDF; UG 170397 – Secretaria de Estado de Saúde – SES e a UG 170399 – Secretaria de Estado de Educação – SEE.

Em cumprimento as atribuições regimentais aprovados pelos artigos 103 a 105 do Decreto Distrital nº 35.565/2014, a Coordenação de Gestão do Fundo Constitucional do Distrito Federal (CFCDF) orienta e monitora as Unidades Gestoras que compõem o FCDF, na execução orçamentária, financeira e na prestação de contas anuais, em cumprimento as regras editadas pelo TCU e legislação aplicável.

Cabe destacar que a CFCDF tem como missão principal fazer a gestão do FCDF sob as orientações do seu gestor, bem como do gestor financeiro. Foi elaborado e encaminhado para o TCU, no mês de Março/2018, o Relatório de Gestão (RG) 2017 do fundo, no qual foram prestadas informações consolidadas da UG central, UG 170392, compostas por aspectos técnicos e contábeis sobre a execução orçamentário-financeira e atendimento as recomendações dos órgãos de controle interno e externo. No referido relatório foram apresentados dados consolidados referente às execuções das despesas das áreas da educação e saúde custeadas com recursos do FCDF.

Pelos dados do Quadro abaixo, verifica-se que foram recebidos e expedidos 348 documentos no período de janeiro a dezembro/2018, os quais devidamente registrados em controle interno da GECON/CFCDF.

GECON*			
DOCUMENTOS RECEBIDOS/EXPEDIDOS	Quant.	DOCUMENTOS RECEBIDOS/EXPEDIDOS	Quant.
Orgãos controladores	23	Orgãos deliberativos	12
CLDF	2	PGDF	0
TCDF	1	GDF – Casa Militar	2
CGU	15	SEF	0
TCU	3	IPREV	12
CGDF	3	Governança	0
Unidades supervisoras	32	SEPLAG	0
MF	31	Unidades assistidas	25
MP	1	SES - DF	3
Unidades executoras	94	SEE - DF	22
PCDF	16	Recebidos SIAFI/e-mail	186
PMDF	47	Processo SEI	162
CBMDF	31	Total Geral	348

Fonte: Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e pasta de arquivos gerenciais da GECON/CFCDF.
 (*) GECON – Gerência de Acompanhamento e Controle do FCDF.

Com a implantação do sistema Monitor Web-CGU, até dezembro/2018 foram respondidas 11 Recomendações da Controladoria-Geral da União (CGU) referente a gestão do FCDF, das quais 8 foram baixadas e 3 permanecem em monitoramento, sendo que 4 recomendações foram recebidas no final de novembro/2018, com prazo limite de resposta até 07.01.2019.

Procedeu-se análise e instrução processual de 150 processos no SEI até dezembro/ 2018, referentes a ressarcimentos, ajuste contábil e orientações às unidades que compõem o FCDF, sendo que desse total de processos 79 foram gerados pela GECON/FCDF.

Ressalte-se ainda que em 2018 foram gerados no SEI 204 documentos de variados tipos no âmbito da GECON/FCDF.

No exercício de 2017, foi Instaurada Auditoria Operacional do FCDF em cumprimento ao Acórdão 2151/2017 – TCU, realizada em conjunto TCU e CGU, conforme os processos SEI nº 00040-00060806/2017-64 e 00040-00062758-2017-49 respectivamente, cujos trabalhos encerraram-se no exercício de 2018, tendo como resultado final a edição do Acórdão 2938/2018 (TCU-P), que traz recomendações e determinações a órgãos federais, inclusive ao FCDF, no sentido de que há necessidade de melhorar as estruturas organizacionais dos órgãos da área de segurança pública do DF custeados pelo fundo, dentre outras medidas a serem adotadas no âmbito do próprio fundo e dos órgãos federais.

Com relação ao assunto ressarcimento dos servidores cedidos das forças de segurança do Distrito Federal, continua sendo objeto de cobrança junto aos órgãos cessionários inadimplentes, por força do Decreto distrital nº 37.215/2016. Com a edição da Lei federal nº 13.690/2018, os assuntos cessão e ressarcimento dos policiais civis e militares e do corpo de bombeiros militar passaram ter um novo disciplinamento a partir de 11.07.2018, que está sendo cumprido pelas forças de segurança.

Sobre o assunto abordado no parágrafo anterior, cabe ressaltar que foi editado o Acórdão 1774/2017 (TCU-P), cujos efeitos foram suspensos por força do Acórdão 881/2018 (TCU-P), processo TC nº 043.927/2012-2. No julgamento do mérito, aquela Corte de Contas firmou entendimentos, por meio do Acórdão 2749/2018 (TCU-P), no sentido de que os itens 9.1 a 9.4 do Acórdão 1774/2017 encontram-se limitados à data de publicação da Lei Federal nº 13.690/2018, alertando ao GDF para a necessidade de revisão da legitimidade das cessões de servidores de suas forças de segurança, haja vista as inovações introduzidas pela citada lei, ficando a questão da obrigatoriedade de os cessionários ressarcirem ou não os salários ao fundo, referente aos servidores/militares cedidos, em momento futuro quando da apreciação da matéria nos processos referidos nos itens 9.5 e 9.6 do Acórdão 1774/2017, os quais tratam da apuração de valores a serem ressarcidos. Importante destacar que, no momento, em face ao recurso de embargos de declaração oposto pela PGDF junto ao TCU, os efeitos do Acórdão 2749/2018 encontram-se suspensos, conforme noticiado na Circular SEI-GDF nº 154/2018 – PGDF/GAB/PRODEC, de 20.12.2018.

Importante destacar que foram adotados procedimentos junto às UGs do FCDF visando orientá-las quanto ao correto lançamento no Siafi e contabilização dos atos e fatos, tendo em vista dar cumprimento a legislação aplicável aos respectivos temas.

Conformidade de gestão e contábil

A conformidade contábil ocorre mensalmente no Siafi para atender o fechamento contábil do mês, conforme calendário estabelecido pelo Governo Federal. Trata-se de verificação na consistência das informações contábeis, sintética e analítica, das Unidades Gestoras (UGs) que compõem o FCDF, especificamente, das UGs: 170392, 170393, 170394, 170395, 170397, 170399, 170484, 170485 e 170495 e do Órgão 25915.

A conformidade de registro de gestão ocorre diariamente, onde cada UG faz, individualmente, sua conferência dos lançamentos feitos no Siafi do dia anterior. Ressalta-se que a FCDF faz a conformidade tão somente da UG 170392.

Cabe frisar que a conformidade contábil e a conformidade de gestão têm por objetivo o acompanhamento e validação dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial das UGs do FCDF no Siafi.

Dívida Pública e Ajuste Fiscal

A Coordenação da Dívida Pública e Ajuste Fiscal - CODAF, criada pelo Decreto n.º 33.370, de 29/11/11, conta em sua estrutura com três Gerências: Controle da Dívida Pública Consolidada - GEDIP; Controle dos Passivos Contingentes - GECOP e de Acompanhamento do Programa de Ajuste Fiscal - GEPAF, para desenvolver atividades relacionadas à administração, controle e registro de contratos da dívida fundada e das operações de crédito, acompanhamento e coordenação do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal-PAF e dos passivos contingentes do Distrito Federal.

No exercício de 2018, atuou na produção de diversos relatórios gerenciais e legais, relacionados à situação fiscal do Distrito Federal envolvendo a apuração do resultado primário e dos limites de endividamento do Distrito Federal, segundo metodologias definidas pela legislação em vigor e adotadas pela Secretaria do Tesouro Nacional, como também, no acompanhamento do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal - PAF/DF.

No desempenho de suas competências prestou, ainda, por força legal, informações sobre a evolução da dívida pública fundada, à Secretaria do Tesouro Nacional, à Câmara Legislativa do DF e ao Tribunal de Contas do DF.

Além disso, atuou na elaboração das projeções e cálculos dos juros e amortizações da dívida pública fundada, do Pasep, que subsidiaram a elaboração do anexo de metas fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias, a proposta orçamentária e o demonstrativo da situação do endividamento, exigido pela Lei Orgânica do Distrito Federal, art. 149, § 7º, inciso III.

Para subsidiar a captação de operações de crédito acompanha sistematicamente o Serviço Auxiliar para Transferências Voluntárias - CAUC.

Com a necessidade de garantir o cumprimento dos ditames da Lei Complementar 101/2000, elaborou quadros mensais, bimestrais e quadrimestrais sobre evolução da dívida pública e serviço da dívida da Administração Direta além de consolidar os quadros da Indireta, para publicação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária.

Evolução da Dívida Pública Fundada

As informações contidas neste item referem-se à Dívida Pública Fundada do GDF, com exceção dos Precatórios, que são administrados pela Procuradoria Geral do DF.

Projeção do Serviço da Dívida

O pagamento do Serviço da Dívida Fundada em 2018 alcançou R\$ 558 milhões. A projeção para a liquidação total da dívida se estende até 2039. Observamos uma trajetória de crescimento até o ano de 2021, em função de liberações dos empréstimos.

Dentre os empréstimos externos, três encontram-se em fase de liberação, que são: Programa de Transporte Urbano do DF, Programa de Desenvolvimento Econômico do DF - Procidades e Projeto de Desenvolvimento Fazendário - Profisco, contratados junto ao BID. Já os contratos de empréstimos internos em fase de liberação são:

Junto ao BNDES:

- Complementação de Fonte de Aquisição de Trens do Metrô e Construção de Terminais Rodoviários; e
- Programas de Transporte Integrado, Mobilidade e Desenvolvimento Urbano - PROINVESTE.

Junto à CAIXA:

- Implantação do Sistema de Abastecimento de Águas de Águas Lindas e Adjacências;
- Implantação de Sistema de Abast. de Esgotamento de Águas de Águas Lindas e Adjacências;
- Pró-Moradia para Infraestrutura e Saneamento do DF,

- Pró-Moradia - Infraestrutura Urbanística e Assentamento de Mestre D'armas;
- Pró-Moradia - Infraestrutura Urbanística e Assentamento de Arapoanga;
- Pró-Moradia - Infraestrutura Urbanística e Assentamento de Sol Nascente/Ceilândia;
- Implantação do Sistema de Produtor de Águas do Corumbá Sul;
- Implantação do Sistema de Produtor de Águas do Corumbá Sul - Complementação;
- Implantação do Sistema de Transporte de Passageiros – Eixo Oeste;
- Implantação do Sistema de Drenagem Pluvial e Pavim. Asfáltica no Setor Arniqueira – DF;
- Implantação do Sistema de Drenagem Pluvial e Pavimentação Asfáltica no Setor Habitacional Buritizinho - Sobradinho – DF;
- Implantação do Sistema de Drenagem Pluvial e Pavimentação Asfáltica no Setor Habitacional Vicente Pires – DF;
- Implantação do Sistema de Drenagem Pluvial e Pavimentação Asfáltica no Setor Habitacional Ribeirão - Porto Rico;
- Ampliação da DF – 047 para o acesso ao aeroporto;
- Implantação do Sistema de Transporte de Passageiros Eixo Sul - Pró-Transporte.

Junto ao Banco do Brasil:

- Empreendimento Residencial Parque do Riacho - 5ª Etapa - Riacho fundo II; e
- Infraestrutura Urbana e Social.

Assim, a partir de 2022, será retomada a trajetória de decréscimo conforme as projeções demonstradas no quadro a seguir:

				R\$Mil			
ANO	AMORTIZAÇÕES	ENCARGOS	TOTAL	ANO	AMORTIZAÇÕES	ENCARGOS	TOTAL
2018	306.441	251.986	558.427	2030	255.643	86.043	341.686
2019	412.729	283.002	695.731	2031	247.440	69.542	316.982
2020	495.609	310.270	805.879	2032	245.436	53.030	298.466
2021	514.755	302.509	817.264	2033	196.511	36.403	232.914
2022	494.263	286.110	780.373	2034	167.356	21.601	188.957
2023	485.310	255.860	741.170	2035	124.186	10.527	134.713
2024	482.640	220.707	703.347	2036	68.957	3.136	72.093
2025	392.761	197.449	590.210	2037	9.780	715	10.495
2026	389.198	173.919	563.117	2038	9.780	397	10.177
2027	386.272	150.466	536.738	2039	4.890	79	4.969
2028	376.234	127.410	503.644		0	0	0
2029	544.131	105.215	649.346		0	0	0

Em valores correntes.

Estoque da Dívida Interna por Credor

A Dívida Fundada Interna é composta por vinte e nove contratos, sendo um junto a Secretaria do Tesouro Nacional – STN, referente ao refinanciamento da dívida, vinte e dois com a Caixa Econômica Federal, três contratos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e três junto ao Banco do Brasil - BB.

Além da Dívida Interna referente a operações de crédito, o GDF parcelou cinco dívidas junto à Receita Federal do Brasil. Uma era da Sociedade de Abastecimento de Brasília – SAB, em liquidação, no valor de R\$ 19.420.445,53, que foi assumida pelo DF, baseada na Lei 5.565, de 09/12/2015, que transferiu para o GDF os direitos e obrigações. A SAB também tem outra

dívida que está sendo paga por ela. Outras dívidas, eram da extinta Fundação Hospitalar do Distrito Federal, no valor de R\$ 24.831.970,98 e a dívida de auto de infração para o PASEP, exercício de 2014, no valor de R\$ 9.961.657,20. Caso o DF não assumisse estas dívidas, ficaria impedido de renovar a Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União. Também há uma dívida parcelada pela NOVACAP.

O Distrito Federal assinou, em 24 de março de 2016, o Quarto Termo Aditivo ao Contrato 003/99, alterando as condições financeiras no âmbito da Lei Complementar nº 148/2014 - contrato da STN, reduzindo o saldo devedor em R\$ 339 milhões.

O estoque da Dívida do contrato da STN sofreu acréscimo, de 2017 para 2018, devido à elevação do IPCA no decorrer do ano. A dívida com a CAIXA e BB sofreu acréscimo em função dos desembolsos das operações. A STN é credora de 31%, BNDES de 10,11%, BB de 27,59%, CAIXA de 30,23% e Receita Federal do Brasil de 1,07%.

R\$ Milhões						
CREDOR	2013	2014	2015	2016	2017	2018
STN	1.211,8	1.211,0	1.280,3	1.052,4	1.117,1	1.152,1
BNDES	254,0	396,6	363,5	342,1	321,5	375,8
BB	0	0	553,7	487,4	814,9	1.025,4
CAIXA	631,9	907,3	952,2	945,0	1.008,2	1.123,6
RFB	51,7	47,3	26,8	43,7	35,7	39,7
TOTAL	2.149,4	2.562,2	3.176,5	2.870,6	3.297,4	3.716,7

Em valores correntes.

Estoque da Dívida Externa por Credor

A Dívida Fundada Externa refere-se a seis contratos, sendo quatro contraídos junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e dois junto ao Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD. Houve uma acréscimo da dívida, de 2017 para 2018, em virtude das liberações ocorridas no período, bem como da variação cambial.

R\$ Milhões						
CREDOR	2013	2014	2015	2016	2017	2018
BID	552,5	598,4	845,1	672,3	654,3	784,6
BIRD	132,7	136,9	181,2	134,5	119,5	120,1
CAF	2,4	0,9	0,0	0,0	0,0	0,0
TOTAL	687,6	736,2	1.026,3	806,8	773,8	904,7

Em valores correntes.

Evolução do Serviço da Dívida

Serviço da Dívida Interna

Em 2018, a despesa com serviço da Dívida Interna do Distrito Federal foi de R\$ 226,2 milhões com amortização e R\$ 222,5 milhões com juros e encargos, perfazendo um total de R\$ 448,7 milhões.

R\$ Milhões

PAGAMENTO DO SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA												
CREDOR	2013		2014		2015		2016		2017		2018	
	A	E	A	E	A	E	A	E	A	E	A	E
STN	44,4	73,8	49,8	74,8	56,2	76,8	26,9	18,3	14,2	15,5	21,03	40,93
BNDES	24,0	18,3	25,1	16,9	34,3	28,3	36,5	26,3	37,6	24,5	39,75	24,94
CAIXA	17,0	48,4	25,9	71,6	52,0	84,6	64,0	85,8	72,8	82,2	86,82	85,27
BB	0,0	0,0	0,0	0,0	0,00	14,5	2,3	32,4	29,5	67,8	72,65	69,79
Parcel. RFB	11,8	5,0	11,3	5,6	11,4	6,7	20,0	9,0	5,6	3,9	5,99	1,61
TOTAL	97,2	145,5	112,1	168,9	153,9	210,9	149,7	171,8	159,7	193,9	226,24	222,54

*Em valores correntes.***Serviço da Dívida Externa**

A despesa com o serviço da Dívida Externa do Distrito Federal foi assim distribuída: R\$ 80,1 milhões com amortização e R\$ 29,3 milhões com juros e encargos, perfazendo um total de R\$ 109,4 milhões.

R\$ Milhões

PAGAMENTO DO SERVIÇO DA DÍVIDA EXTERNA			
ANO	AMORTIZAÇÃO	ENCARGOS	TOTAL
2013	57,1	12,2	69,3
2014	65,2	12,5	77,7
2015	73,4	18,0	91,4
2016	58,6	18,3	76,9
2017	68,3	24,1	92,4
2018	80,1	29,3	109,4

*Em valores correntes.***Liberações de Operações de Crédito**

Em 2018, foram liberados R\$ 561,6 milhões em operações de crédito, para os seguintes contratos:

CAIXA – Implantação do Sistema de Abastecimento de água de Águas Lindas e Adjacências R\$8.755.826,55; Implantação do Sistema de Esgotamento de Águas Lindas R\$2.808.137,70; Programa Pró-Moradia - Obras de infraestrutura e saneamento - Sol Nascente R\$53.469.694,59; Implantação de Sistema Produtor de Água do Corumbá Sul e Complementação R\$38.165.669,09; Implantação do Sistema de Transporte de Passageiros Eixo Oeste R\$1.298.532,22; Implantação do Sistema de Drenagem Pluvial e Pavimentação no Setor Habitacional Arniqueira R\$198.051,61; Implantação do Sistema de Drenagem Pluvial e Pavimentação no Setor Habitacional Buritizinho R\$620.144,25; Implantação do Sistema de Drenagem Pluvial e Pavimentação no Setor Habitacional Vicente Pires R\$74.402.051,39; Implantação do Sistema de Drenagem Pluvial e Pavimentação no Setor Habitacional Porto Rico R\$10.372.111,14; Ampliação da DF 047 R\$397.178,65 e Programa de Financiamento de Contrapartida do PAC – CPAC R\$1.255.445,29.

BNDES – Programa de Transporte Integrado, Mobilidade e Desenvolvimento Urbano - Proinveste R\$91.667.676,92.

BB – Programa de Infraestrutura Urbana e Social R\$200.000.000,00.

Nos contratos da dívida externa as liberações ocorreram da seguinte forma:

BID – Programa de Transporte Urbano do DF R\$19.529.622,60; Programa de Desenvolvimento Econômico do DF – Procidades R\$12.474.292,60; e Projeto de Desenvolvimento Fazendário – Profisco R\$46.223.335,06.

O quadro a seguir demonstra a evolução das liberações nos últimos 6 anos:

R\$ Milhões

LIBERAÇÕES OCORRIDAS						
	2013	2014	2015	2016	2017	2018
DIVIDA INTERNA	181,2	461,1	557,9	80,9	493,3	483,4
DIVIDA EXTERNA	9,2	26,8	22,8	19,2	23,9	78,2
TOTAL	190,4	487,9	580,7	100,1	517,2	561,6

Em valores correntes.

Novas Operações de Crédito

Em 2018 não houve contratação de novas operações de crédito.

O espaço fiscal do DF é de R\$ 1.407.933.189,03, para contratação de novas operações de crédito, conforme a 14ª revisão do Programa de Ajuste Fiscal do Distrito Federal, assinado em outubro de 2018.

Capacidade de Endividamento

Com relação à aprovação de novas operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização submetem-se aos ditames da Resolução 40 e 43 do Senado Federal de 2001. Os dados apurados da Capacidade de Endividamento são publicados anualmente no Balanço Geral do Distrito Federal.

Acompanhamento do Programa de Ajuste Fiscal.

No ano de 1999, o Governo do Distrito Federal refinanciou sua dívida fundada interna com a União, ao amparo da Lei 9.496/97, assinando o Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Distrito Federal – PAF/DF, parte integrante do contrato de renegociação da dívida com previsão para o período de 30 anos. O PAF/DF é revisado anualmente com ações corretivas de ajuste fiscal ao longo do referido contrato.

O Programa prevê em sua revisão anual a definição de metas que envolvem o controle efetivo da execução da despesa e realização da receita pública, o cumprimento de compromissos e ações previstas, a elaboração de relatório anual com prazo de entrega para até 31 de maio de cada exercício. A última revisão do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal - PAF/DF, pelo Governo do Distrito Federal foi realizada em 30 de outubro de 2018, para o período de 2018-2020.

A Secretaria do Tesouro Nacional – STN avalia, anualmente, a execução do programa de ajuste fiscal referente ao exercício anterior. Para o ano de 2017, o Distrito Federal apresentou os seguintes resultados:

- Meta n.º 1: manter relação ajustada Dívida Financeira/Receita Líquida Real a 1; O DF cumpriu a meta com a relação de 0,24 da RLR;
- Meta n.º 2: apresentar resultado primário deficitário em até R\$ 1.159 milhões; O DF apresentou resultado primário deficitário de R\$ 601 milhões, expurgadas receitas e despesas previdenciárias. Assim, dentro da meta estabelecida;
- Meta n.º 3: limitar a despesa com pessoal a 60% da Receita Corrente Líquida; O DF cumpriu a meta com a relação de despesa com pessoal/RCL igual a 55,86%, excluídas as despesas previdenciárias;

- Meta n.º 4: alcançar receita de arrecadação própria no valor de R\$ 14.464 milhões; O DF não cumpriu a meta estabelecida, já que arrecadou receitas no montante de R\$ 14.067 milhões, excluídas as receitas previdenciárias;
- Meta n.º 5: meta estabelecida na forma de compromissos, com destaque para limitar a relação de 43,38% para as Outras Despesas Correntes em relação à RLR; O DF apresentou o índice superior de 44,71% com Outras Despesas Correntes em relação à RLR, expurgadas receitas e despesas previdenciárias;
- Meta n.º 6: limitar os gastos de investimentos e demais despesas de capital a 12,82% da Receita Líquida Real anual – RLR; O DF apresentou um índice de 6,00% para as despesas de investimentos em relação à RLR, 6,82% menor ao cômputo da meta.

Caso ocorra o descumprimento das metas 1 e/ou 2 do Programa, de acordo com as indicações decorrentes do processamento do conjunto de informações encaminhadas, o Distrito Federal terá sua adimplência suspensa em relação às metas e aos compromissos do Programa.

Frisa-se, em 2017, o DF cumpriu a meta 1 e 2, dessa forma foi considerado adimplente pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda.

Verifica-se na tabela abaixo os resultados apresentados no último triênio (2015-2017) pelo Distrito Federal em cumprimento às metas estabelecidas no PAF-DF, bem como às projeções atuais para o triênio 2018-2020.

Quadro - Evolução das Metas Acordadas no PAF-DF
ACOMPANHAMENTO PROGRAMA DE AJUSTE FISCAL-PAF/DF

METAS	REALIZADO			METAS		
	2015	2016	2017	2018	2019	2020
META 1* Divida Financeira/RLR	0,26	0,22	0,24	56,18%	59,46%	61,55%
META 2 Resultado Primário (R\$ milhões)	-1.472	-488	-801	-1.227	-1.298	-1.497
META 3 Despesa Pessoal/RLR	64,19%	56,78%	55,88%	≤ 60%	≤ 60%	≤ 60%
META 4 Receita Própria (R\$ milhões)	12.167	13.418	14.067	13.872	14.994	15.875
META 5* Outras despesas correntes/RLR	42,93%	45,10%	43,38%	-	-	-
META 6 Investimentos/RLR	3,54%	4,58%	6,00%	8,89%	8,54	8,37%

*Meta n.º 1, para o triênio 2018-2020, é percentual, diferente dos anos anteriores, ao qual deveria ser = 1.

*Meta n.º 5, para o triênio 2018-2020, é composta somente por compromissos não mensuráveis.

CONTRIBUIÇÃO AO PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO – PASEP

O PASEP foi instituído pela Lei Complementar nº 8, de 03/12/70, com a finalidade de constituir um fundo para prover o servidor público de um abono anual e saque dos depósitos em seu nome, por motivo de casamento, aquisição de casa própria, aposentadoria ou morte.

Posteriormente, por força do art. 239 da Constituição Federal, o PASEP passou a financiar, também, programas de desenvolvimento econômico, através do BNDES e o programa de seguro - desemprego.

A Lei nº 9.715, de, 25/11/98 estabeleceu que as pessoas jurídicas de direito público interno, passariam a contribuir para o PIS/PASEP com base no valor mensal das suas receitas correntes arrecadadas e das transferências correntes e de capital recebidas, deduzidas as transferências feitas a outras entidades públicas.

	R\$ Milhões				
ANO	2014	2015	2016	2017	2018
Valores pagos	134,45	107,24	107,30	127,02	140,22

Em valores correntes.

CADASTRO INFORMATIVO

O CAUC foi criado pela Instrução Normativa (IN) nº 1, de 4 de maio de 2001, sucedida pela Instrução Normativa nº 2, de 2 de fevereiro de 2012, ambas da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), a qual disciplina a coleta e o fornecimento de informações acerca de requisitos fiscais dos Estados, do Distrito Federal e de Municípios, para a realização de transferências voluntárias.

O CAUC consiste num subsistema desenvolvido dentro do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), disponibilizado em rede a todas as unidades do Governo Federal e, na internet, no sítio da Secretaria do Tesouro Nacional.

O objetivo do CAUC é simplificar a verificação, pelo gestor público do atendimento pelos entes federativos beneficiários de transferência voluntária de recursos da União, das exigências estabelecidas pela Constituição Federal, pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e legislação aplicável.

O CAUC consolida num só lugar, a verificação das documentações comprobatórias exigidas no momento da formalização de um convênio, bem como para contratar operações de créditos.

O acompanhamento é diário e visa identificar a inclusão do Governo do Distrito Federal como inadimplente junto à União ou entidades federais. Tarefa de caráter inadiável, em se considerando as diversas implicações para o governo local, inclusive quanto ao impedimento de órgãos e entidades do GDF receberem transferências de recursos da União e contratar operações de crédito.

RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS – RAIS

A RAIS é um instrumento de coleta de dados instituída pelo Decreto nº 76.900, de 1975, que tem por objetivo a disponibilização de informações do mercado de trabalho às entidades governamentais, sendo obrigada a apresentação da RAIS todos os estabelecimentos inscritos no CNPJ com ou sem empregados.

No entanto o estabelecimento que não possuem empregados que é o caso do CNPJ Principal - Distrito Federal está obrigado a entregar a RAIS Negativa, a apresentação é anual, na qual são fornecidos somente os dados cadastrais do CNPJ.

DECLARAÇÃO DE CONTRIBUIÇÕES E TRIBUTOS FEDERAIS – DCTF

É uma Declaração que o responsável pelo CNPJ do GDF apresenta à Receita Federal do Brasil, onde é informado mensalmente os valores pagos relativos à contribuição do PASEP, via certificado digital.

Mantêm-se em arquivo as cópias e recibos de entrega das DCTF's encaminhadas.

GESTÃO CONTÁBIL

Coordenação de Tomada de Contas

Coordenou a organização e efetuou o controle das tomadas de contas anuais dos ordenadores de despesa, dos agentes recebedores e pagadores da administração direta, relativa autonomia e dos fundos especiais, todas com lançamento no Sistema Eletrônico de Contas

instituído pelo egrégio Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF, fato que agilizou o andamento dos processos na Controladoria-Geral do Distrito Federal e no TCDF;

Instituiu normas e desenvolveu formas de realizar o controle dos recursos concedidos e recebidos em que o Distrito Federal seja parte, por ocasião de celebração de instrumentos de transferências voluntárias;

Coordenou, monitorou e controlou o cadastro dos ordenadores de despesas e dos responsáveis por bens, valores e dinheiros públicos da administração direta, abrangidos pela Resolução nº 296/2016 - TCDF no Sistema de Rol de Responsáveis - ROLRESP;

Realizou treinamento de servidores das Unidades Gestoras da Administração Direta e Indireta do GDF para utilização do Módulo ROLRESP do SIAC/SIGGo;

Atualizou o Manual Operacional de Suprimento de Fundos e sua respectiva disponibilização no site da Secretaria de Fazenda do DF;

Treinou os servidores das Unidades Gestoras da Administração Direta do GDF, objetivando orientá-los sobre os procedimentos para concessão, registro e respectiva prestação de contas de suprimento de fundos;

Realização de Seminário para orientação às Unidades Gestoras da Administração Direta do GDF para fins de realização das Tomadas de Contas de Ordenadores de Despesas-2018;

Efetuuou a manutenção e o auxílio na conclusão do Sistema Informacional para cadastramento dos responsáveis por bens, valores e dinheiros públicos;

Organizou e controlou as tomadas de contas anuais dos ordenadores de despesa, agentes recebedores e pagadores da administração direta, relativa autonomia e dos fundos especiais, com apresentação pelo Sistema Eletrônico de Contas;

Coordenou, acompanhou, controlou, realizou inspeções e diligências acerca da legalidade de atos e o cumprimento das disposições legais, quanto à prestação de contas de convênios e instrumentos congêneres, subvenções sociais e auxílios para investimentos, aos quais estão sujeitos os órgãos sob sua competência, quanto aos seus aspectos financeiros, contábeis e patrimoniais;

Incrementou em 30% o quantitativo de cadastro de servidores do Governo do Distrito Federal no SICONV - Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasses, criado pelo Decreto Federal nº 6.170, de 25 de julho de 2007, concedendo nível e perfil de acesso, fazendo a atualização do cadastro e o cancelamento de acessos sem movimentação no mencionado Sistema;

Participação no Grupo de Trabalho - GT para analisar, propor alteração ou revogação do Decreto nº 34.693, de 25 de setembro de 2013, que disciplina a utilização do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse - SICONV no âmbito do Distrito Federal, e da Portaria nº 222, de 24 de outubro de 2013, que aprova formulário específico paracadastramento e recadastramento de servidores no SICONV. Referido GT foi instituído pela Portaria Conjunta nº 46, de 24 de agosto de 2018, dos Secretários de Planejamento, Orçamento e Gestão-SEPLAG, de Fazenda-SEF, da Casa Civil, Relações Institucionais e Sociais-CACI e do Controlador-Geral do Distrito Federal-CGDF;

Participação do Grupo de Trabalho para elaboração do manual acerca do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil no Distrito Federal, instituído pela Portaria/CACI nº 68, de 08 de agosto de 2017;

Acompanhamento e monitoramento contábil da gestão de transferências voluntárias dos órgãos da administração direta e dos órgãos de relativa autonomia do Distrito Federal;

Exerceu participação ativa na atualização dos normativos no âmbito do DF, vislumbrando melhor controle sobre os convênios e contratos de repasse, em parceria com a Subsecretaria de Captação de Recursos - SUCAP;

Coordenou o exame e controle dos pedidos de concessão e análise das prestações de contas de suprimento de fundos e das despesas realizadas com cartão de pagamento do Poder Executivo efetuadas pelas unidades gestoras da administração pública distrital.

Coordenação de Consolidação de Balanço

Elaborou o Balanço Geral do Governo do Distrito Federal e a Prestação de Contas Anual do Governador, referente ao exercício de 2017, em cumprimento à Lei Orgânica do DF e à Resolução nº 296/2016-TCDF; onde demonstra sinteticamente as informações da execução orçamentária e financeira do GDF e traz a conjugação dos dados do SIAC/SIGGO, com os dados das empresas independentes que integram os Orçamentos de Investimento e Dispendio (Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista);

Organizou o conjunto de documentos elaborados por diversos órgãos do GDF, a fim de compor o Balanço Geral encaminhado aos órgãos de Controle Interno e Externo, conforme previsto no inciso XVII, artigo 100, da Lei Orgânica do Distrito Federal;

A Prestação de Contas Anual do Governador é composta pelo conjunto de documentos relacionados na Instrução Normativa nº 1/2016 - TCDF e conforme determina a Resolução 296/2016 - TCDF, todos elaborados após o monitoramento das demais Coordenações, quais sejam:

- Balanços e Demonstrativos Contábeis que integram a Prestação de Contas Anual do Governador
- Organização do Processo de Prestação de Contas Anual do Governador e posterior encaminhamento aos órgãos de controle.

Integram a referida Prestação de Contas e o Balanço Geral, os seguintes anexos por nós elaborados: Relatórios do Sistema Integrado de Administração Financeira e Contábil - SIAC/SIGGO;

Demonstrativos gerenciais;

- Conciliação Bancária;
- Relatório de Atividades dos órgãos do GDF (consolidado); Indicadores de Desempenho por Programa de Governo; e Outras informações complementares exigidas pelo TCDF.

Outra atividade se refere ao encaminhamento dos Balanços a diversos órgãos do Governo do Distrito Federal, Governo Federal, Institutos de Pesquisas, Agências de Classificação de Riscos, sociedade civil, disponibilização no site da SEF, entre outros, os quais tem como principais objetivos:

- Disponibilizar as informações quanto à gestão dos recursos públicos;
- Prestar contas à sociedade sobre a utilização dos recursos arrecadados pelo GDF;
- Dar transparência das informações fiscais do GDF, por meio do Sítio da Secretaria de Estado de Fazenda, com a disponibilização dos balanços dos exercícios de 2004 a 2017.

Foram elaborados demonstrativos consolidados que são enviados à Secretaria do Tesouro Nacional, por meio do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - SICONFI, com a participação das demais Coordenações da Subsecretaria de Contabilidade, na realização de acompanhamentos e fechamentos contábeis mensais, tudo visando a consolidação das contas do governo;

Análise qualitativa de contas e acompanhamento quanto ao fechamento para fins de consolidação dos demonstrativos contábeis em vários níveis: por Unidade Gestora, Unidade Orçamentária, Tipos de Administração e Consolidação;

Foram elaborados documentos de natureza técnico contábil referente à análise de legislações e documentos que tratam de assuntos da área, objetivando subsidiar a GOVERNANÇA-DF na tomada de decisão governamental;

Revisão constante das normas, bem como sua efetiva aplicação pelas Unidades Gestoras, visando atender às exigências legais do Governo Federal e do Governo Distrital, quanto à adoção das Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, principalmente no que se refere à elaboração dos Balanços na estrutura definida no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP;

Estudos visando à preparação da Matriz de Saldos Contábeis - MSC a ser enviada mensalmente à Secretaria do Tesouro Nacional - STN, via Sistema, com prazos previamente estabelecidos e de forma desde janeiro de 2018;

Foram elaborados demonstrativos diversos objetivando atender demandas da OUIDORIA.

Coordenação de Procedimentos e de Controle de Sistemas Contábeis

Foram elaboradas Notas Técnicas de Procedimentos Contábeis visando dar orientação técnica aos Ordenadores de

Despesas;

Efetuiu a concessão, habilitação, cadastro, monitoramento e desabilitação de usuários do SIAC/SIGGo;

Procedeu à atualização de Domicílios Bancários de Unidades Gestoras;

Procedeu a atualizações de Fontes de recursos;

Efetuiu cadastros e Gestão de Usuários no SIAC/SIGGo;

Efetuiu diversas Equações Contábeis, assim como alterações no Plano de Contas como medida para adequar o Plano de Contas do DF ao Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP;

Efetuiu alterações da Tabela Classificação Orçamentária, mediante a publicação de Instruções Normativas;

Organizou e realizou o "XII Intercâmbio com os Ordenadores de Despesas" para orientar os gestores acerca dos procedimentos inerentes ao encerramento do exercício financeiro de 2018, dando ênfase aos procedimentos inerentes ao último ano de mandato do titular do Poder Executivo, em cumprimento à Lei Complementar nº 101/2000;

Estudos visando à preparação da Matriz de Saldos Contábeis - MSC a ser enviada mensalmente à Secretaria do Tesouro Nacional - STN, via Sistema, com prazos previamente estabelecidos e de forma desde janeiro de 2018;

Foram efetuadas alterações na Tabela de Eventos objetivando adequar os procedimentos contábeis às necessidades das Unidades Gestoras, de forma a efetuar os registros contábeis com fidedignidade;

Foram desenvolvidos e encaminhados Documentos de Oficialização de Demanda - DODs, bem como encaminhados 79 OASIS do SIGGO, sendo desenvolvidos 50, os quais são de extrema necessidade para o aperfeiçoamento dos procedimentos contábeis no Sistema;

Foram elaborados demonstrativos e informações objetivando atender demandas da Ouvidoria; e

Disponibilização de Informações mensais para o Portal da Transparência e o Portal Dados Abertos.

Desenvolvimento de Projetos como Rol de Responsável em Plataforma WEB, Máscara da Natureza da Receita, Parametrização da combinação dos domicílios bancários, Script "DE PARA" da "natureza da receita", novo atributo de Fonte-PSIAT070, Interligação do SIAC/SIGGo com o E-ContratosDF - Faturamento e lançamento em conta contábil com saldo invertido - ref.OASIS 146/2017.

Coordenação de Informações Fiscais

Elaborou os Demonstrativos bimestrais - Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária - RREO, em cumprimento à Lei de Responsabilidade Fiscal, contendo:

Demonstrativo Consolidado da Execução da Despesa Por Função e Subfunção; Demonstrativo Consolidado da Receita Corrente Líquida;

Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias; . Demonstrativo do Resultado Primário;

Demonstrativo do Resultado Nominal;

Demonstrativo Consolidado dos Restos a Pagar Por Poder e Órgão;

Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesa de Capital; Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos;

Demonstrativo das Transferências da União para o DF;

Apuração do limite de aplicação em MDE, MDEF e FUNDEB;

Demonstrativo das Aplicações em Ações e Serviços Públicos de Saúde - ASPS; . Demonstrativo Simplificado da Execução Orçamentária;

Demonstrativo da Execução do Orçamento da Educação, conforme Art. 241 § 2º da Lei Orgânica do Distrito Federal – LODF.

Demonstrativos quadrimestrais - Relatórios de Gestão Fiscal Responsabilidade Fiscal, contendo:

Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Poder Executivo; . Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida;

Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores; Demonstrativo das Operações de Créditos;

Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa (anual); Demonstrativo da Inscrição dos Restos a Pagar (anual); . Demonstrativo dos Limites. - RGF, elaborados em cumprimento à Lei

Efetuou

lançamento mensal das informações contábeis, orçamentárias, financeiras, fiscais, econômicas, de operações de crédito e de estatísticas de finanças públicas do DF no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro -SICONFI/STN, objetivando a consolidação das contas nacionais, em cumprimento à Lei Complementar nº 101/2000;

Estudos visando à preparação da Matriz de Saldos Contábeis - MSC a ser enviada mensalmente à Secretaria do Tesouro Nacional - STN, via Sistema, com prazos previamente estabelecidos e de forma desde janeiro de 2018;

Elaborou o Boletim de Informações Fiscais, produzido quadrimestralmente, com base nos dados contidos nos demonstrativos fiscais da LRF, Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária - RREO e no Relatório de Gestão Fiscal - RGF, que tratam do orçamento fiscal e da seguridade social do DF, que são publicados no Diário Oficial do Distrito Federal. Este Boletim tem como objetivo subsidiar os gestores na tomada de decisão governamental;

Elaboração de relatórios gerenciais e montagem de bancos de dados para atender às demandas dos poderes Executivo e Legislativo do Distrito Federal, bem como às demandas de órgãos e poderes da União, assim como do Poder Judiciário local;

Elaboração de Demonstrativos específicos para atender demandas da Ouvidoria, de Agências de Classificação de Riscos, Caixa Econômica Federal - CEF, Banco do Brasil S/A, dentre outros;

Elaboração de Demonstrativos para subsidiar a GOVERNANÇA-DF na tomada de decisão gerencial, dentre outros;

Coordenação de Orientação, Controle e Análise Contábil da Administração Direta

Análise e emissão de pareceres contábeis em processos de ordenador de despesas;

Análise de processos de apuração de superávit financeiro;

Análise e conferência de conciliações bancárias do Fundo de Saúde do DF;

Análise e conferência de conciliações bancárias dos demais Fundos Especiais do DF;

Foram efetuadas orientações contábeis diariamente aos servidores das Unidades Gestoras - UGs da administração direta;

Foram efetuadas análises de irregularidades contábeis identificadas nos registros contábeis dos órgãos da administração direta, as quais foram solicitadas as devidas correções, a fim de evitar impropriedades no Balanço Geral e na Prestação de Contas Anual do Governador;

Foram efetuados registros no SIAC/SIGGO, após publicação no DODF, do excesso de arrecadação, assim como registros de superávit financeiro, também após publicação no DODF;

Foram efetuados registros no SIAC/SIGGO de regularizações de disponibilidade para repasse à Fundação Hemocentro, as quais são solicitadas através de mensagem;

Registros no SIAC/SIGGO de diversos cancelamentos de restos a pagar não processados;

Elaboração e encaminhamento às unidades supervisionadas de instruções sobre procedimentos a serem adotados visando ao encerramento do exercício financeiro de 2018;

Análise de inventários patrimoniais, objetivando juntada nas Tomadas de Contas Anuais dos Ordenadores de Despesas de 2018, com vistas à Controladoria-Geral do DF e ao TCDF;

Realização de acompanhamentos da arrecadação do GDF durante o exercício;

Realização de acompanhamentos da dívida ativa, dívida fundada e bens apreendidos;

Foram monitorados e acompanhados os procedimentos de movimentação de recursos de convênios por transferências;

Ocorreram registros diários de regularizações diversas, solicitados pelas Unidades Gestoras através de mensagens no SIAC/SIGGO;

Foram efetuados registros no SIAC/SIGGO da Previsão Inicial da Receita e ocorreram significativo número de atendimentos de demandas da Ouvidoria;

Todos os trabalhos realizados no âmbito dessa Coordenação resultam na Elaboração do Balanço Geral e na Prestação de Contas Anual do Governador.

Coordenação de Orientação, Controle e Análise Contábil da Administração Indireta

Foram consolidadas Demonstrações Contábeis para compor o Balanço Geral e a Prestação de Contas Anual do Governador, exercício 2018;

Foram efetuadas análises de processos referentes à apuração de superávit financeiro;

Foram efetuadas análises e conferências de conciliações bancárias dos órgãos da administração indireta;

Foram efetuados cadastros de Fonte de Recursos;

Ocorreram análises e lançamentos de operações envolvendo Receitas e Despesas das Empresas Não Dependentes no "Integra";

Efetuada orientações contábeis diárias às Unidades Gestoras - UGs da administração Indireta;

Análise e identificação de irregularidades contábeis evidenciadas nos registros contábeis dos órgãos da administração indireta do DF;

Registros no SIGGO, do excesso de arrecadação, bem como de apuração de superávit financeiro, ambos após publicação no DODF;

Análise mensal dos Balanços Financeiro, Patrimonial, Orçamentário e das Variações Patrimoniais dos órgãos da administração indireta do DF;

Registro no SIAC/SIGGO de cancelamentos de restos a pagar não processados;

Elaboração e encaminhamento às Unidades Gestoras supervisionadas de instruções sobre os procedimentos a serem adotados visando ao encerramento do exercício financeiro de 2018;

Análise dos Balancetes das Empresas Não Dependentes (Integra), visando consolidação das contas anuais;

Registros de Cadastro/Alteração Receita/Fonte;

Acompanhamentos de convênios por transferências, dos órgãos da administração indireta do DF;

Análises e registros de Participações Acionárias do GDF;

Acompanhamentos da posição acionária e das participações societárias do GDF nas empresas de capital aberto;

Análise de Integralizações de Capital e Incorporações de Ações das Empresas, cujo capital o GDF tem participação.

Coordenação de Custos Governamentais

Conciliação a atualização da regra de custos e dos demonstrativos de custos, bem como revisão e conciliação dos demonstrativos de custos;

Revisão e conciliação dos demonstrativos de custos PSIAG795 e PSIAG820;

Realização de estudos do Demonstrativo Consolidado de Custos PSIAG800 para aplicação nas Unidades Gestoras;

Estudos visando a interação dos sistemas estruturantes (SIGRH, SIGMA, SIGESPAT) para auxiliar nas informações de custos a serem inseridas em Relatórios;

Elaboração de Relatório para compor as tomadas de contas anuais dos ordenadores de despesas da administração direta e fundos especiais;

Monitoramento dos registros para subsidiar o fechamento das informações de custos para o exercício de 2018;

Análise do texto sobre o Sistema de Informações de Custos para inserção na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO/2019;

Realização de visitas às Coordenações Regionais do DF, para coleta de dados objetivando a apuração de custos e o desenvolvimento do SIC/DF;

Conferência e fechamento das contas de custos;

Testes no SIGGo-Homologação para inserção de valores que não transitam no SIGGo (valores que são transferidos pela União - MEC e Fundo Constitucional do DF);

Estudos sobre alternativas para registro da execução física por programa de trabalho para possibilitar a apuração de custos por produtos relacionados aos respectivos programas.

Coordenação Geral de Patrimônio

Análise e registro de processos de Inventários Patrimoniais das Unidades Gestoras dos órgãos da administração direta;

Orientação e acompanhamento da execução das atividades relativas à gestão patrimonial das unidades administrativas supervisionadas;

Registro de Acompanhamento de Demandas no Sistema OASIS de aperfeiçoamento/correções no Sistema Geral de Patrimônio - SISGPAT;

Foram efetuadas atualizações no Manual de Administração Patrimonial e no Manual de Composição dos Subitens de Despesa referentes à aquisição de equipamentos e material permanente; aquisição de imóveis e realização de obras e instalações, os quais foram distribuídos às unidades gestoras que tem seu patrimônio registrado no SISGPAT;

Realização de estudos visando a elaboração de minutas de decreto, projeto de lei e instruções normativas para disciplinar o controle patrimonial no âmbito da administração direta do DF;

Disponibilização de Informações mensais para o Portal de Dados Abertos, bem como para o Portal da Transparência;

Cumprimento regular de diligências do TCDF, com emissão de pareceres sobre questões relacionadas à administração patrimonial e redistribuição de bens ociosos;

Demandas de desenvolvimento de novas rotinas e manutenção do Sistema Geral de Patrimônio - SISGPAT acompanhamento da operacionalização do sistema pelas Unidades de Administração Geral - UAGs; registro de alteração de estruturas administrativas e dos Agentes Setoriais de Patrimônio, responsáveis pela guarda e uso dos bens móveis e pela administração dos bens imóveis;

Acompanhamento da despesa, análise da documentação e registro de bens móveis de propriedade do GDF adquiridos com recursos orçamentários (Tesouro/Fundo Constitucional do DF) e extra orçamentários (restos a pagar, doação, reposição, apreensão, produção, nascimento e captura), realizando as incorporações, transferências entre unidades administrativas e baixas decorrentes de alienações/baixados;

Acompanhamento da despesa, análise da documentação e registro de bens imóveis de propriedade do Distrito

Federal adquiridos com recursos orçamentários (Tesouro/Fundo Constitucional do DF) e extra orçamentários (restos a

pagar e doação) realizando incorporações de imóveis transferidos entre unidades administrativas e imóveis alienados/baixados;

Acompanhamento da despesa, análise da documentação e registro de obras em andamento/Imóveis a regularizar; Obras e urbanização/Obras rodoviárias/Benfeitorias e obras em imóveis de terceiros;

Análise e emissão de balancetes mensais e de Demonstrativo Patrimonial do Exercício/Cadastro de bens móveis, semoventes e bens imóveis incorporados;

Emissão de 68.453 cargas de bens patrimoniais móveis e distribuição de plaquetas correspondentes à quantidade de bens tombados a cada ano;

Emissão de instruções e realização de reuniões com os agentes setoriais de patrimônio, visando a realização dos Inventários Patrimoniais Anuais de Bens Móveis e de Bens Imóveis das Unidades Gestoras;

Análise dos Inventários Patrimoniais Anuais das Unidades Administrativas, com emissão de relatórios (bens móveis/imóveis) e acompanhamento da regularização das pendências;

Elaboração e encaminhamento às unidades supervisionadas de instruções sobre os procedimentos a serem adotados visando ao encerramento do exercício de 2018;

Análise de processos de transferência de bens imóveis e de órgãos em processos de extinção;

Análise de processos para incorporação/regularização de obras em andamento;

Análise de processos de outras operações patrimoniais relacionados a bens móveis;

Reintegração de imóveis de propriedade do GDF que se encontravam ocupados irregularmente;

Foram ainda efetuadas vistorias em imóveis de propriedade do GDF, sendo emitidas notificações, quando necessário, visando regularização de impropriedades evidenciadas.

TECNOLOGIA E COMUNICAÇÃO

As realizações de Tecnologia da Informação e Comunicação no exercício 2018 foram pautadas por investimentos advindos do Programa de Apoio à Gestão dos Fiscos do Brasil – PROFISCO, possibilitando o fortalecimento e a modernização da infraestrutura tecnológica fazendária, bem como a construção de novos sistemas e o desenvolvimento de novas funcionalidades dos sistemas estruturantes, tanto para o segmento tributário, quanto para o administrativo, financeiro e contábil.

Por outro lado, para garantir a continuidade dos serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação, no âmbito da Secretaria de Estado de Fazenda, as ações implementadas, notadamente aquelas de caráter continuados, foram realizadas com recursos do Tesouro.

As realizações, tanto as custeadas com recursos próprios, quanto as financiadas com recursos internacionais, estão apresentadas a seguir.

Realizações na Fonte Tesouro

As ações de custeio de Tecnologia da Informação concluídas em 2018 e realizadas na Fonte Tesouro estão apresentadas a seguir.

Tais realizações visam permitir a continuidade da prestação dos serviços fazendários, de maneira a atender com alta disponibilidade, velocidade e segurança às demandas dos usuários internos, de outros órgãos governamentais e dos cidadãos.

Projetos concluídos em 2018 na Fonte Tesouro

Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas Administrativos, Financeiros e Contábeis, com destaque para a evolução das aplicações:

- Precatório-WEB – Migração do sistema Precatórios para ambiente web.
- Sisgepat-WEB – Implantação, no Sisgepat-WEB, das funcionalidades relativas ao Inventário Patrimonial.
- SIGGo/SIAC/WEB (módulo Comunica) – Modernização do SIAC/SIGGo em tecnologia web, melhorando a sua navegabilidade e funcionamento, adaptando às novas tecnologias disponíveis.
- Rol de responsáveis – Migração do cadastro do ROL DE RESPONSÁVEIS para plataforma web e desenvolvimento de novas funcionalidades, permitindo maior confiabilidade, agilidade e segurança na identificação dos gestores públicos responsáveis por bens, dinheiros e valores públicos.
- Ordem cronológica – Adaptação do sistema SIGGo para identificação de justificativa de preterição da ordem cronológica de pagamento, objetivando efetiva implementação da ordenação dos pagamentos de acordo com a cronologia das exigibilidades, conforme prevê art. 5º da Lei das Licitações (Lei 8.666/93) e a Decisão do TCDF nº 5794/2016
- SAG-WEB – Disponibilização do SAG/SIGGO em plataforma web, objetivando interface mais amigável para os usuários das unidades orçamentárias, bem como a geração de novos relatórios gerenciais, mais completos e dinâmicos.
- Desenvolvimento e Manutenção dos Sistemas Tributários, com destaque para a evolução das seguintes aplicações:
 - Agenci@Net – Desenvolvimento do tratamento da Renúncia Fiscal e adesão ao Domicílio Fiscal Eletrônico (DFe).
 - SIGEST-CCR – Desenvolvimento de projeto para concessão de créditos do Nota Saúde Legal.

- Desenvolvimento e Manutenção dos Sistemas Tributários, com destaque para a evolução das seguintes aplicações:
- Agenci@Net – Desenvolvimento do tratamento da Renúncia Fiscal e adesão ao Domicílio Fiscal Eletrônico (DFe).
- SIGEST-CCR – Desenvolvimento de projeto para concessão de créditos do Nota Saúde Legal.

Contratação de Suporte Técnico Oracle (Software): Este projeto tem por escopo contratação de suporte técnico com cobertura do tipo 24 x 7 (vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana), e subscrição de atualização para os softwares do fabricante Oracle, por um período de 12 (doze) meses.

Contratação de Suporte Técnico Oracle (Hardware): Este projeto tem por escopo contratação de prestação de serviços de suporte técnico especializado com cobertura do tipo 24x7 (vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana) para os equipamentos do fabricante Sun/Oracle, por um período de 30 (trinta) meses.

Link redundante: Este projeto, tem por objetivo a contratação de um link de dados adicional de no mínimo 100Mbps o qual deverá funcionar como infraestrutura redundante de acesso à rede mundial de computadores.

Suporte técnico ADABAS: Este Projeto tem por objetivo contratar suporte técnico e direito de atualização de versões para os produtos da família NATURAL/ADABAS, ressaltando que os produtos a serem suportados por esta contratação são responsáveis pelo pleno funcionamento do SITAF (Sistema Integrado de Tributação e Administração Fazendária), cuja indisponibilidade geraria enormes impactos na arrecadação tributária do Governo do Distrito Federal.

Na fonte Tesouro há, ainda, os projetos iniciados neste exercício, com previsão de conclusão em 2019, conforme apresentados a seguir.

Contratação de Suporte Técnico Oracle (Hardware): Este projeto tem por escopo contratação de prestação de serviços de suporte técnico especializado com cobertura do tipo 24x7 (vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana) para os equipamentos do fabricante Sun/Oracle, por um período de 30 (trinta) meses.

Link redundante: Este projeto, tem por objetivo a contratação de um link de dados adicional de no mínimo 100Mbps o qual deverá funcionar como infraestrutura redundante de acesso à rede mundial de computadores.

Suporte técnico ADABAS: Este Projeto tem por objetivo contratar suporte técnico e direito de atualização de versões para os produtos da família NATURAL/ADABAS, ressaltando que os produtos a serem suportados por esta contratação são responsáveis pelo pleno funcionamento do SITAF (Sistema Integrado de Tributação e Administração Fazendária), cuja indisponibilidade geraria enormes impactos na arrecadação tributária do Governo do Distrito Federal.

Na fonte Tesouro há, ainda, os projetos iniciados neste exercício, com previsão de conclusão em 2019, conforme apresentados a seguir.

Projetos iniciados em 2018 com conclusão em 2019 na Fonte Tesouro

Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas Administrativos, Financeiros e Contábeis:

- Portal Extranet – Reformulação do atual portal Intranet a fim de solidificar a ferramenta como o principal meio de inter-relação e articulação interna desta Pasta, podendo ser acessado de fora do ambiente da SEF/DF.
- Portal SEF – Projeto para alinhar o canal aos demais entes governamentais de forma a criar um alinhamento com o alto escalão. Tem por escopo melhorar o acesso,

navegabilidade e os resultados para os usuários que utilizam o canal, bem como a entrega de melhor experiência ao contribuinte.

- Pagamento RPV – Projeto de desenvolvimento de módulo no SIGGo-Precatório para gestão de pagamentos de Requisições de Pequeno Valor (RPV).
- Programação Financeira – Desenvolvimento da segunda etapa do projeto, que consiste no lançamento automático da Programação Financeira mês a mês, após publicação do Decreto de Programação.
- SIAC/WEB – Modernização do SIAC/SIGGO em tecnologia web, de forma a gerar melhoria na sua navegabilidade e funcionamento, adaptando-o às novas tecnologias disponíveis.
- SIAC – Continuidade do desenvolvimento de rotinas relacionadas a nova contabilidade internacional.

Desenvolvimento e Manutenção dos Sistemas Tributários

- SIGEST-CFI – Evolução da atualização cadastral via RLE-Digital para adesão da SEF/DF à Rede Simples.
- SIGAC – Migração do sistema SIGAC para utilização de novo framework.
- SIGEST-DEC

Reestruturação da carga e consulta de Documentos Fiscais Eletrônicos – DFe, objetivando melhora na qualidade da performance da carga e consulta de DFe, de forma a gerar confiabilidade e aderência dos servidores da SEF/DF às aplicações desenvolvidas para execução de atividades rotineiras.

Criação de procedimento para realização de liberação e controle de prazo para cancelamento extemporâneo de NF-e, com o objetivo de melhorar a qualidade da escrituração fiscal dos contribuintes, bem como dos mecanismos de tratamento eletrônico de informações desenvolvidos ou que vierem a ser desenvolvidos pela SEF/DF.

- PAF-e – Desenvolvimento de sistema de Auto de Infração Eletrônico de multa acessória.
- SIGEST-RPC – Desenvolvimento de serviços a serem disponibilizados para os bancos, permitindo fornecer informações dos Documentos de Arrecadação, de modo a facilitar a disponibilização do DAR para recolhimento de tributos.
- Portal de Serviços – Migração dos serviços de emissão de 2ª via de guias de pagamentos constantes na área pública do Portal Fazenda para a área pública Portal de Serviços, com o objetivo de aumentar a eficiência do Portal de Serviços e a facilitar a emissão de guias de arrecadação pelos cidadãos.

Aquisição de Certificado Digital: Este projeto tem por objetivo a contratação de serviços de certificação digital para fornecimento de certificados digitais de pessoa física, jurídica e de equipamentos possibilitando a troca segura de informações entre duas partes, com garantia da identidade do emissor, integridade da mensagem e confidencialidade.

Serviços de atendimento de 1º e 2º níveis: Este projeto tem por objetivo contratar serviço de atendimento e suporte técnico de 1º nível (remoto) e 2º nível (presencial) aos usuários de soluções de TI da SEF – (Service Desk), com suporte técnico e manutenção para o software OTRS (Open Technology Real Services), incluindo serviços de implantação, suporte técnico, garantia de atualização, personalização, treinamento e revisão de processos.

Prestação e sustentação de serviços em infraestrutura de TI: Este projeto tem por objetivo a contratação de empresa para prestação de serviços de infraestrutura de TI, no intuito de manter a disponibilidade e integridade das ferramentas de informação e comunicação que

permitam o bom andamento das atividades da Secretaria e dos demais órgãos envolvidos do Governo do Distrito Federal.

Fábrica de Desenvolvimento de aplicações WEB/Plataforma OutSystem: Este projeto advém da necessidade de incremento efetivo da produtividade de desenvolvimento e manutenção de sistemas na plataforma OUTSYSTEM, adquirida por meio do Contrato nº 35/2018-SEF/DF.

Aquisição de Tokens: Este projeto tem por objetivo a aquisição de dispositivos para geração, operação e armazenamento de chaves criptográficas (Tokens) provendo maior nível de qualidade e eficiência nos serviços prestados por esta Secretaria de Estado na emissão de certificados digitais.

Realizações na Fonte PROFISCO

Os projetos de modernização, fortalecimento e renovação tecnológicos foram realizados com recursos do Programa de Apoio à Gestão dos Fiscos do Brasil – PROFISCO e estão apresentados a seguir.

Os projetos realizados com recursos PROFISCO fazem parte do objetivo maior de “modernizar a infraestrutura tecnológica”, conforme previsto no Planejamento Estratégico da SEF/DF.

Projetos concluídos em 2018 na Fonte PROFISCO

Renovação de licenças antivírus: A implementação deste projeto teve como seu principal foco, resguardar dados e manter íntegros os sistemas operacionais, garantindo a manutenção dos serviços de forma ativa e protegida.

Plataforma de desenvolvimento Low Code/Outsystem: Este projeto teve por objetivo a contratação de licenças de plataforma de desenvolvimento, gerência e monitoramento de aplicações web, possibilitando economia de tempo com a eliminação ou redução de codificação tradicional de aplicações.

Disco SAS: Este teve por objetivo a aquisição de storage, para fins de armazenamento de dados, bem como software de automação para o ambiente de backup, possibilitando melhoria da qualidade dos serviços gerenciados pelo Centro de Dados da SEF/DF.

Solução de Infraestrutura de Rede de Dados: A implementação deste projeto teve por objetivo a extensão do suporte técnico e atualização de ativos de rede do Data Center Primário da SEF/DF para adequar os recursos e serviços às necessidades de qualidade e às demandas crescentes por infraestrutura de TIC da SEF/DF.

Licenças RDS: Este projeto propiciou aos usuários internos, servidores da SEF/DF, que remotamente precisam acessar os sistemas fazendários específicos e outros recursos de TI em seus dispositivos, que passaram a utilizar ferramenta segura, confiável e com alto desempenho, economizando recursos e insumos públicos.

Extensão do suporte técnico e atualização de ativos de rede do Data Center Primário da SEF/DF: A implementação deste projeto teve por objetivo manter a continuidade dos serviços fazendários, bem como solucionar problemas relacionados à rede de dados do Data Center Primário da SEF/DF.

Storage All Flash: Este projeto teve por objetivo aumentar a qualidade na prestação dos serviços fazendários, tanto para os usuários internos da SEF/DF, que utilizam os sistemas fazendários, quanto para os contribuintes, que utilizam os serviços de consulta da Nota Fiscal Eletrônica disponibilizado no portal da Secretaria, bem como evitar o problema de desempenho das aplicações DEC e NFE.

Licenças de virtualização de servidores (VMware): Este projeto teve por objetivo atender às necessidades desta Secretaria com relação a economicidade de recursos computacionais, segurança das informações, alta disponibilidade do ambiente virtual e proteção em caso de desastres, assim como manter o ambiente atualizado e com direito a suporte técnico.

Na fonte PROFISCO há, ainda, os projetos iniciados neste exercício, configurando ações iniciais dos produtos a serem entregues em 2019, conforme apresentados a seguir.

Projetos iniciados em 2018 com conclusão em 2019 na Fonte PROFISCO

- **Microcomputador:** Este projeto tem por objetivo a aquisição de novos microcomputadores e monitores para substituir os equipamentos que estão fora da garantia e para utilização do sistema SEI, garantindo maior nível de qualidade e eficiência nos serviços prestados por esta Secretaria de Estado, além de possibilitar maior produtividade e rapidez na resolução dos problemas.
- **Manutenção do SIADI:** Este projeto tem por objetivo a contratação de empresa de engenharia especializada para a manutenção preditiva, preventiva, corretiva com reposição de peças, suporte técnico e treinamento para os Data Centers primário e secundário da SEF/DF, visando permitir uma plataforma energética e climática segura e robusta permanente e sobretudo assegurar a capacidade desta Pasta em instalar mais serviços de TIC, armazenar maior quantidade de dados, incluindo seus backups e possibilitar maior redundância de sistemas instalados no Data Center secundário, mitigando problemas de indisponibilidade e aumentando a segurança no caso de incidentes, falhas e outros defeitos, que resultem em perda de informações.
- **Switches SAN:** Este projeto tem por objetivo a substituição de switches de acesso e de ativos de rede SAN do Data Center Primário da SEF/DF, com o intuito de garantir o bom funcionamento da rede de sua dados.
- **Contratação de consultor individual ITIL:** Este projeto surgiu da necessidade de a SEF/DF estruturar processos que garantam que a área de Tecnologia da Informação e Comunicação suporte e aprimore os objetivos e estratégias institucionais.
- **Contratação de consultor individual – assessoramento técnico:** O presente projeto tem por objetivo contratação de consultor para Diretoria de Sistemas Administrativos, Financeiros e Contábeis visando aprimorar a qualidade do processo de desenvolvimento, manutenção e sustentação dos sistemas.
- **Aquisição de dispositivos de WiFi:** Com este projeto pretende-se adquirir nova solução que atenda os padrões de tecnologia atual para transmissão wireless, além de expandir a rede wireless existente na SEF/DF.
- **Aquisição de ferramenta para tratamento de dados estruturados e não estruturados (ferramenta de auditoria):** O objetivo deste projeto é manter registro das atividades de usuários (logs), de maneira a abranger o máximo de ações possíveis dentro dos sistemas e pelo maior tempo possível, bem como detectar, identificar e registrar as violações ou tentativas de acesso não autorizadas.
- **Atualização do core da rede de dados do Data Center Principal da SEF/DF:** Com o crescimento das atividades a cargo desta Secretaria, acompanhado da estagnação do seu quadro de pessoal, exige-se a automatização permanente de seus processos, adoção de novas tecnologias e uso cada vez mais intensivo de TIC, a fim de garantir a maior efetividade (eficácia e eficiência) da atuação dos servidores, bem como para promover melhor interação com a sociedade e com os destinatários diretos de seus serviços.
- **Big Data:** Este projeto tem por escopo incrementar a capacidade de armazenamento e processamento das informações fazendárias, com performance e flexibilidade superiores às ferramentas tradicionais, a fim de possibilitar a análise e o cruzamento das bases de dados oriundas dos Documentos Fiscais Eletrônicos (NF-e, CT-e, MDF-e, remessas de cartões de crédito, Telecom etc.), com vistas à melhoria da gestão fiscal.

Governança de TIC

As realizações de Governança de TIC no exercício 2018 estão apresentadas a seguir. Tais ações não envolveram despesas.

Projetos de Governança de TIC realizados em 2018

- Comitê de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação – CTIC/SEF-DF: Realizadas 02 (duas) reuniões ordinárias e 02 (duas) reuniões extraordinárias. As Atas do CTIC/SEF-DF estão disponíveis em http://www.fazenda.df.gov.br/aplicacoes/atas_ctic/atas_ctic.cfm
- Comitê de Gestão de Mudanças e Incidentes – COGEM: Realizadas 49 (quarenta e nove) reuniões do Comitê. As Atas do COGEM estão disponíveis em <http://intranet/area=1586.htm>.
- Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação – PDTI: O PDTI/SEF-DF foi atualizado para o biênio 2018-2019. O documento está disponível em http://www.fazenda.df.gov.br/area.cfm?id_area=983.
- Plano de Gestão de Riscos – PGR: O Plano de Gestão de Riscos de TIC foi elaborado neste exercício, em cumprimento ao disposto na Política de Gestão de Riscos, instituída pela Portaria nº 220, de 28 de agosto de 2018.
- Documentos de Oficialização de Demandas – DOD: Neste exercício foram aprovados 38 (trinta e oito) DOD's pelo CTICSEF-DF, conforme distribuição por área fazendária.

Distribuição de DOD por Área Fazendária

SUTIC	SUREC	SUCON	SUAG	SEPLAG	ASCOM	AGEP	TOTAL
21	9	1	3	2	1	1	38

A realização de Governança de TIC iniciada no exercício 2018 e com previsão de conclusão em 2019 está apresentada a seguir. A ação não envolve despesa.

Projeto de Governança de TIC iniciado em 2018 e com conclusão em 2019

Plano de Continuidade de Negócios e de TIC – PCN:

Iniciada a revisão do Plano de Continuidade e de Negócios de TIC, com atualização da metodologia e dos testes de continuidade.

O valor detalhado dos projetos executados e concluídos no exercício 2018, constantes da carteira do PROFISCO está no quadro a seguir:

Projetos PROFISCO concluídos em 2018

		Em R\$
#	Projeto	Investimento
1	Renovação de licenças antivírus	214.000,00
2	Plataforma Low Code	4.922.992,00
3	Disco SAS	561.300,00
4	Solução de Infraestrutura de Rede de Dados	1.878.166,00
5	Licenças RDS	314.275,00
6	Extensão do suporte técnico e atualização de ativos de rede do Data Center Primário da SEF/DF	762.760,00
7	Storage All Flash	2.710.680,00
8	Licenças de virtualização de servidores (VMware)	3.930.800,00
<i>Total</i>		15.294.973,00

O valor estimado dos projetos PROFISCO iniciados no exercício 2018 e com previsão de conclusão em 2019 está no quadro seguinte:

Projetos PROFISCO iniciados em 2018 e com conclusão em 2019

		Em R\$
#	Projeto	Valor Estimado
1	Microcomputador	3.645.880,80
2	Manutenção do SIADI	2.427.835,88
3	Switches SAN	2.524.758,85
4	Contratação de consultor individual ITIL	92.364,73
5	Contratação de consultor individual – assessoramento técnico	600.000,00
6	Aquisição de dispositivos de WIFI	847.172,00
7	Aquisição de ferramenta para tratamento de dados estruturados e não estruturados	1.885.800,00
8	Atualização do core da rede de dados do Data Center Principal da SEF/DF	3.087.512,18
9	Big Data	1.830.000,00
<i>Total</i>		16.941.324,44

APOIO ADMINISTRATIVO E OPERACIONAL

Capacitação dos Servidores SEF – NUDEP

De acordo a PORTARIA Nº 213, DE 13 DE OUTUBRO DE 2017, que dispõe sobre as normas referentes ao Plano de Capacitação e Educação Continuada (PCEC) e demais ações que compõem a educação corporativa no âmbito da Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal e considerando ainda, aprovação do Programa de Incentivo à Pós Graduação - PIPG da Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal, o qual foi instituído por meio da PORTARIA Nº 214, DE 13 DE OUTUBRO DE 2017, de 13 de outubro de 2017, no exercício de 2018, foram promovidos cursos de capacitação de servidores, os quais foram distribuídos na seguinte forma:

INSTITUIÇÃO PROMOTORA	NÚMERO DE SERVIDORES CAPACITADOS	
	Período: Janeiro a outubro 2018	Período: Novembro e dezembro 2018
Escola de Governo (EGOV)	165	0
Outras Instituições Parceiras/SEF-DF	67	0
<ul style="list-style-type: none"> • Programa de Pós-Graduação 	13	1
<ul style="list-style-type: none"> • Cursos de Extensão 	260	0
Fórum, Seminários e Visitas técnicas	50	0
Total de Servidores Capacitados/2018	555	556

Processos analisados pela Gerência de Gestão de Pessoas

Processos analisados pela Gerência de Gestão de Pessoas

ASSUNTOS	QUANTITATIVO DE PROCESSOS EM 2018												TOTAL
	JAN	FEV	MAR	ABRIL	MAIO	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN a DEZ
ISENÇÃO DE IR *	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	01
LICENÇA PREMIO (marcação)	08	18	15	20	19	22	20	30	29	27	23	07	238
LICENÇA PREMIO (concessão)	12	06	33	09	09	19	20	30	19	05	13	12	187
ABONO DE PERMANÊNCIA	-	01	01	-	03	03	02	-	02	04	06	02	24
AVERBAÇÃO TEMPO CONTRIBUIÇÃO	04	01	-	02	02	01	-	01	10	09	07	09	46
APOSENTADORIA	03	03	07	-	01	01	06	02	03	03	01	07	37
LICENÇA PREMIO EM PECUNIA	03	03	07	-	01	01	06	02	03	03	01	07	37
FÉRIAS	776											33	809
ABONO DE PONTO	1274											63	1337
ABONO TRE	25											4	29
SUBSTITUIÇÕES	127											13	140
NOMEAÇÕES PARA CARGO EM COMISSÃO	19	-	18	19	14	-	09	04	15	05	02	05	110

Outras atividades inerentes a Gerência devem ser consideradas:

- Progressão e promoção dos servidores de cargo efetivo;
- Manutenção do cadastro atualizado no sistema SIGRH, SIGEP;
- Concessão de demais afastamentos legais (licenças casamento/falecimento, licenças maternidade/paternidade, licenças sem vencimentos para interesse particular/acompanhar cônjuge, doação de sangue, entre outras);
- Controle do quantitativo e confecção de relatórios de Estagiários e Jovem Candango;
- Controle da frequência dos servidores desta Pasta e a contar de setembro/2018 cadastro, manutenção e controle do ponto eletrônico GPD e
- Acompanhamento nos processos de cessão e requisição de servidores.

Núcleo de Registros, Direitos e Vantagens da GEGEP, NUDIV

Deferimento de vantagens aos servidores, mediante análise de títulos apresentados em processos específicos, consistindo em cursos de qualificação, ensino médio, graduação e pós-graduação, nos termos da legislação vigente, tem-se:

- Adicional de Qualificação – AQ = 529 concessões
- Gratificação de Titulação – GTIT = 16 concessões
- Gratificação por Habilitação em Políticas Públicas – GHPP = 04 concessões
- Gratificação por Habilitação em Gestão Fazendária – GHGF = 17 concessões

Utilização do Quadro Demonstrativo de Registro, o qual dispõe, dentre outras informações, acerca da fração incorporada por cada servidor, número do processo que deu origem a incorporação, identificação do órgão em que se deu o exercício dos cargos incorporados, transformações/evoluções sofridas ao longo do tempo pelas funções. Tal medida visa agilidade na confecção de cálculos que até hoje são efetuados manualmente.

Núcleo Financeiro de Pessoal da GEGEP, NUFIP

Processos Analisados

Processos Analisados

Documentos	Quantidade
Ofícios expedidos pelo Núcleo	107
Memorandos expedidos pelo Núcleo	149
Cartas expedidas pelo Núcleo	335
Despachos expedidos	1168
Acertos de Contas (Exonerações, Aposentadorias, dentre outros)	396
Processos de Diárias (Estimativa de Gastos)	58
Jetons pagos	822
Auxílios Natalidade pagos	9
Análise das faturas enviadas para a efetivação dos pagamentos de Ressarcimento de Servidores Requisitados	30
Emissão de faturas para o Ressarcimento de Servidores Cedidos	53
Indenização de Transporte	4700

GESTÃO DE CONTRATOS

Diretoria de contratos e convênios – DICON

A Diretoria é composta da seguinte forma: Diretoria de Contratos e Convênios, Assessoria de Acompanhamento de Contratos e Convênios, Gerência de Contratos e Convênios e Gerência de Prestação de Contas.

A DICON monitora diariamente as atividades desenvolvidas pela assessoria e gerências e é responsável pela instrução dos processos para contratações, prorrogações, publicações de extratos, ordens de serviços relativas aos contratos e convênios, controle de vencimento de contratos, elaboração de planilha de reajuste, reequilíbrio e repactuação dos contratos bem como as instruções de Reconhecimento de Dívida com cobertura contratual, pagamentos de INSS e FGTS, dentre outros.

No decorrer do exercício, houve um esforço considerável desta Pasta para utilização dos recursos oriundos do Programa de Apoio à Gestão e Integração dos Fiscos no Brasil – PROFISCO e Projeto de Desenvolvimento Fazendário – PRODEFAZ, consoante demonstra as planilhas da Gerência de Contratos e Convênios.

Ainda, o Sistema e-Contratos/DF, desenvolvido pela CAESB em parceria com a SEPLAG, foi implementado na Subsecretaria de Administração Geral, o qual foi devidamente alimentado para a celeridade e automatização do controle dos contratos e suas peculiaridades, cadastrando-se o total de 115 contratos.

Foram celebrados 71 (setenta e um) novos contratos, 33 (trinta e três) termos aditivos, 01 (um) convênio e 02 (dois) termos de cessão de uso e, considerando os instrumentos celebrados em anos anteriores, bem como aqueles que tiveram seu prazo de vigência prorrogados, atualmente, a SEF/DF conta com o montante de 129 (cento e vinte e nove) contratos, 07 (sete) convênios e 17 (dezessete) termos de cessão de uso, ativos.

Consoante relatório do SEI constatou-se que tramitaram pela diretoria 2.036 processos, foram gerados 204 processos e elaborados 9.569 documentos internos e externos.

Assessoria de acompanhamento de contratos e convênios

Criada com o advento do Decreto nº. 38.686, de 07 de dezembro de 2017, publicado no DODF nº. 234, de 08 de dezembro de 2017, página 10, a Assessoria de Acompanhamento de Contratos e Convênios - ACOMP é unidade orgânica de execução, diretamente subordinada à Diretoria de Contratos e Convênios, cuja competência compreende resumidamente:

acompanhar, fiscalizar e controlar a execução de contratos, convênios, termos aditivos e demais ajustes; orientar, requerer diligência preventiva e comunicar os executores das prorrogações, novas contratações, encerramento dos contratos, cumprimento de diligências, dentre outras atribuições.

No exercício de 2018, perante a ordem do Subsecretário, no intuito de melhorias, adotou-se o envio do pedido de interesse à prorrogações e novas licitações com antecedência de 6 (seis) meses à data do término de vigência dos contratos e convênios. Dentro da diretriz demandada no corrente ano, foram gerados um total de 250 documentos entre eles despachos, relatórios e memorandos.

Gerência de contratos e convênios - GECON

Unidade orgânica de execução, diretamente subordinada à Diretoria de Licitações, Contratos e Convênios, compete à GECON: elaborar, acompanhar e controlar a execução dos contratos, convênios, termos aditivos, cumprindo toda a tramitação legal inerente à celebração dos instrumentos, bem como executar outras atividades que lhe forem atribuídas na sua área de atuação. (Decreto nº 35.565, de 25 de junho de 2014, Regimento Interno da SEF, art. 199).

No exercício de 2018 foram celebrados 70 (setenta) contratos assinados e 3 (três) em andamento, 33 (trinta e três) termos aditivos, 01 (um) convênio e 02 (dois) termos de cessão de uso.

Nesta data, esta Pasta conta com o montante de 121 (cento e vinte e um) contratos, 07 (sete) convênios e 17 (cento e dezessete) termos de cessão de uso, ativos.

Com base nas atividades realizadas por esta Gerência de Contratos e Convênios, foram tramitados 580 processos na Unidade sendo que confeccionados 2.889 (dois mil e oitocentos e oitenta e nove) documentos internos e externos, entre despachos, Informações, Notificações, Memorandos, Instruções, Ofícios, Ordens de serviços e planilhas e aproximadamente 1.778 (mil e setecentos e setenta e oito) processos gerados (fonte: SEI/DF – Estatística da Unidade).

QUADRO RESUMO

Referência: janeiro a dezembro de 2018

	NOVOS		ANTERIORES	TOTAL	VALOR/FONTE				VALOR TOTAL
	Janeiro a outubro	Novembro e dezembro			TESOURO (Fontes: 100, 101, 109, 335 e 336)	FUNDAF (Fonte: 152)	PROFISCO/ PRODEFAZ (Fonte: 136)	PNAFM (Fonte: 135)	
Contratos	56	7	58	121	R\$ 139.518.385,94	R\$ 687.760,00	R\$ 44.706.997,07	R\$ 19.386.498,44	R\$ 204.968.516,45
Convênios	01	00	06	07	--				
Termo de Cessão de Uso	02	00	15	17	--				

CONTRATOS CELEBRADOS COM RECURSOS DO TESOURO

Referência: janeiro a outubro de 2018

PROCESSO	CONTRATO	CONTRATADO	PROCESSO ORIGINÁRIO	FONTE DE RECURSO	VALOR (R\$)
00000	000000	BANCO DO BRASIL - EMPRESA COMERCIAL S/A	00040.0006337022017-65	100	R\$ 300.000,00
12753	26/2002	REDAÇÃO RODRIGUES LTDA	040.003.095/2002	100	R\$ 892.825,20
29278	04/2014	SERPRO - SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS	040.000.460/2012	100	R\$ 817.036,82
32403	12/2014	BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	040.005.396/2013	100	R\$ 474.146,26
29890	13/2014	BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS NEGOCIATIVOS	040.000.362/2014	100	R\$ 2.167.000,00
26791	17/2014	VOYAGER SOLUCOES CORPORATIVAS EM INFORMACAO LTDA	040.003.326/2012	100	R\$ 132.053,14
30251	26/2014	INFORMATICA S/A	040.001.855/2013	336	R\$ 2.511.000,00
30900	37/2014	INFORMATICA S/A	040.001.344/2014	336	R\$ 12.392.200,00
31087	47/2014	SERVIX INFORMATICA	040.004.529/2014	100	R\$ 6.628.528,00
32188	30/2015	EMEM - ENGENHARIA E COMERCIO LTDA	040.001.059/2015	100	R\$ 2.567.700,84
32290	36/2015	COMERCIO DE FERRAGENS FEDERAL DE	127.007.707/2014	100	R\$ 17.292,87
32324	39/2015	MODULO ENGENHARIA, CONSULTORIA EM GERENCIA PREDIAL	040.000.438/2015	100	R\$ 164.866,42
32334	40/2015	INFORMATICA S/A	040.002.827/2015	100	R\$ 3.044.859,00
32393	42/2015	ST. MÁQUINAS COMERCIO E SERVIÇOS	040.004.012/2014	100	R\$ 46.906,37
32376	44/2015	BANCO DO BRASIL S/A	040.003.063/2015	100	R\$ 146.005,82
32317	51/2015	INSTITUTO ECONOMICO COMERCIAL	125.000.216/2015	100	R\$ 1.400.911,82
32519	56/2015	BANCOS	040.003.146/2015	100	R\$ 48.330,19
32750	01/2018	BANCO DO BRASIL S/A	040.003.064/2015	100	R\$ 1.268.250,00

32943	05/2016	ESTRUTURAL EMPREENDIMENTOS LTDA (CACCAD)	040.003.386/2015	100	R\$ 5.016.047,12
33035	08/2016	FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO - FUNAP	040.000.614/2016	100	R\$ 420.489,60
33074	15/2016	HSSC BANCO MULTIPLO	125.000.940/2015	100	R\$ 121.400,00
33096	16/2016	BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A	040.004.137/2015	100	R\$ 9.352,30
33908	27/2016	BRB - BANCO DE BRASILIA S.A	040.003.267/2015	100	R\$ 2.456.955,89
33598	49/2016	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS - CORTREOS - ECT nº 9912401781	040.001.466/2016	100	R\$ 8.415.810,00
33697	52/2016	BANCO CITIBANK	040.003.926/2015	100	R\$ 21.761,30
33818	56/2016	CEB DISTRIBUIÇÃO CONTRATO CUSD E CCB	040.002.733/2016	100	R\$ 71.953,04
33927	64/2016	SERPRO - SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS	040.002.871/2016	100	R\$ 540.745,68
34345	05/2017	BANCO DO BRASIL S/A (DEPOSITO JUDICIAL)	040.003.886/2016	100	R\$ 300.000,00
34481	08/2017	CRUZEIRO DETERTIZACAO	00040.00050396/2017-32	100	R\$ 4.147,00
34609	19/2017	REAL ENGENHARIA LTDA ME	040.000.383/2017	100	R\$ 102.000,00
34645	23/2017	COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL - CASSE	00040.00051871/2017-07	100	R\$ 2.217.214,80
34699	27/2017	REAL JG SERVIÇOS DE RAIS EIRELI	00040.00055610/2017-58	100	R\$ 2.740.261,92
34675	28/2017	CEB DISTRIBUIÇÃO S.A - CUSD Nº 1003/2017	00040.00053908/2017-23	100	R\$ 1.294.991,40
34723	31/2017	ITAU UNIBANCO S/A	040.003.265/2015	100	R\$ 703.846,10
34725	32/2017	ITAU UNIBANCO S/A	040.003.266/2015	100	R\$ 1.736.239,25
35006	66/2017	OI S/A	00040.00054131/2017-14	100	R\$ 367.566,48
35195	79/2017	BSB TIC SOLUÇÕES LTDA EP	00040.00054001/2017-81	100	R\$ 357.268,00
35732	03/2018	K.C.R INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI	00040.00059949/2017-23	100	R\$ 13.550,00
35703	05/2018	A TELECOM TELEINFORMATICA LTDA	00040.00054006/2017-12	100	R\$ 756.711,00
35746	11/2018	ELDEX DISTRIBUIDORA DE JORNAIS E REVISTAS LTDA ME	00040.00060493/2017-44	100	R\$ 5.009,00
35821	14/2018	CAST INFORMATICA S.A	00040.00058335/2017-24	100	R\$ 22.329.630,00

35849	15/2018	INDUSTRIA DE AGUA IBIA LTDA ME	00040.00050705/2018-66	100	R\$ 67.122,40
35928	17/2018	MULTIPAPER DISTRIBUIDORA DE PAPEIS LTDA	00040.00052692/2018-60	100	R\$ 135.971,88
36047	18/2018	ORACLE DO BRASIL	00040.00064696/2017-18	100	R\$ 3.279.122,70
36134	25/2018	ORACLE DO BRASIL	00040.00050596/2018-87	100	R\$ 457.792,43
36134	26/2018	RICARDO A. BRITO EXTINTORES	00040.00051163/2018-49	100	R\$ 4.740,20
36258	30/2018	VISAN SERVIÇOS	00040.00062027/2017-01	100	R\$ 906.855,60
36272	31/2018	LOTUS DF	00040.00064120/2017-42	100	R\$ 1.809.899,40
36289	32/2018	OI S.A	00040.00053927/2017-50	100	R\$ 140.775,00
36292	33/2018	OI S.A	00040.00052898/2018-90	100	R\$ 42.389,10
36330	34/2018	K.C.R INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI	00040.00054689/2018-81	100	R\$ 159.985,96
36524	40/2018	SOFTWARE AG BRASIL INFORMATICA E SRVÇOS LTDA	00040.00053601/2018-11	100	R\$ 7.361.903,83
36609	41/2018	LOKTEC CHAVES CARIMBOS S/A SEGURANCA EIRELI ME	00040.00055343/2017-19	100	R\$ 12.140,30
37367	44/2018	BANCO DO BRASIL EC 90 DEPOSITOS JUDICIAIS	00040.00057457/2018-84	100	R\$ 36.000,00,00
36862	48/2018	VCS COMERCIO E SERVIÇOS DE CHAVEIROS E CARIMBOS LTDA - ME	00040.00063859/2017-37	100	R\$ 5.523,73
37275	54/2018	FIPE - FUNDAÇÃO INST. DE PESQ. ECONOMICAS	00040.00054714/2018-26	100	R\$ 41.834,28

Referência: Complemento novembro e dezembro de 2018

SIGGO	CONTRATO	CONTRATADO	PROCESSO ORIGINÁRIO	FONTE DE RECURSO	VALOR (R\$)
37787	59/2018	GJ COMÉRCIO DE GLP LTDA-ME	00040-00062276/2018-70	100	R\$ 8.664,70
37893	62/2018	BRASIF S/A EXPORTAÇÃO IMPORTAÇÃO	00040.00060892/2018-96	100	R\$ 223.980,00

CONTRATOS CELEBRADOS COM RECURSOS DO PROFISCO/PRODEFAZ

Referência: janeiro a outubro de 2018

SIGGO	CONTRATO	CONTRATADO	PROCESSO ORIGINÁRIO	FONTE DE RECURSO	VALOR (R\$)
34313	02/2017	POSITIVO INFORMATICA	040.000.542/2017	136	R\$ 2.753.600,00
34314	03/2017	MICROSENS S/A	040.000.541/2017	136	R\$ 46.460,70
34506	10/2017	DIGITRO TECNOLOGIA S/A	040.002.499/2014	136	R\$ 417.080,68
34572	16/2017	BT2M INFORMATICA LTDA	00040.00051031/2017-38	136	R\$ 64.150,00
34644	22/2017	HEWLETT PACKARD BRASIL LTDA	040.000.264/2017	136	R\$ 530.000,00
34714	30/2017	POSITIVO TECNOLOGIA S.A	480.000.464/2016	136	R\$ 61.956,00
34744	36/2017	INFORSHP SUPRIMENTOS LTDA	00040.00054094/2017-44	136	R\$ 513.918,00
34836	41/2017	DECISION SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA	480.000.472/2016	136	R\$ 93.750,91
34843	44/2017	PORT DISTRIBUIDORA DE INFORMATICA E PAPELARIA LTDA	00040.00054927/2017-77	136	R\$ 562.898,00
34958	59/2017	SERVIX INFORMATICA LTDA	00040.00051074/2017-11	136	R\$ 307.400,00
35011	69/2017	TCI BPO - TECNOLOGIA, CONHECIMENTO E INFORMAÇÃO	00040.00055781/2017-87	136	R\$ 1.765.000,00
35029	76/2017	COMPWIRE INFORMATICA S.A	00040.00053750/2017-91	136	R\$ 1.326.000,00
35247	80/2017	TELEMÁTICA SISTEMAS INTELIGENTES LTDA	00040.00058053/2017-27	136	R\$ 336.515,00
35295	82/2017	LUME SERVIÇOS	00040.00060527/2017-09	136	R\$ 545.916,00
35318	83/2017	TORINO INFORMATICA LTDA	00040.00055179/2017-40	136	R\$ 307.138,08

35322	84/2017	LUIZ ANTONIO - CONSULTORIA	040.002.810/2016	136	R\$	293.800,00
35593	85/2017	INTELIGENCIA DE NEGOCIOS, SISTEMAS E INFORMATICA LTDA - QLIK PLATFORM	00040.00057562/2017-32	136	R\$	1.146.960,00
35642	04/2018	FCA FIAT CHRYSLER AUTOMOVEIS BRASIL LTDA	00040.00057531/2017-81	136	R\$	118.300,00
35654	02/2018	ARROW ECS BRASIL DISTRIBUIDORA LTDA	00040.00050257/2018-09	136	R\$	967.900,00
35692	04/2018	TECAR DF VEICULOS E SERVIÇOS LTDA	00040.00052284/2017-27	136	R\$	14.800,00 1.4
35714	07/2018	LIFE INFORMATICA LTDA	410.003388/2016	136	R\$	493.500,00
35717	08/2018	EQUILIBRIUM WEB SERVIÇOS DE INFORMATICA LTDA EPF	00040.00053369/2018-11	136	R\$	170.000,00
35718	09/2018	CONFIDERE INFORMATICA E SERVIÇOS LTDA	00040.00052172/2018-57	136	R\$	348.180,00
35723	10/2018	FATTO CONSULTORIA E SISTEMAS LTDA	00040.00053386/2018-41	136	R\$	288.000,00
35770	12/2018	SERASA S.A	00040.00055742/2017-80	136	R\$	2.329.999,80
36161	27/2018	RFC INF. E PROCES. DADOS (SORTECH)	00040.00053462/2018-18	136	R\$	2.108.034,16
35692	28/2018	TECAR DF VEICULOS E SERVIÇOS LTDA	00040.00050241/2018-98	136	R\$	117.700,00
36212	29/2018	NTSec Soluções em Teleinformática LTDA	00040.00064369/2017-58	136	R\$	214.000,00
36334	35/2018	TRUE CHANGE TECNOLOGIA	00040.00063205/2017-11	136	R\$	4.922.992,00
36479	39/2018	TRUE CHANGE TECNOLOGIA	410.00012001/2017-31	136	R\$	3.719.992,00
36657	42/2018	BUSINESS TO TECHNOLOGY CONSULTORIA E	480.000478/2016	136	R\$	99.800,00

36663	43/2018	ANALISE DE SISTEMAS LTDA	00040.00061332/2018-74	136	R\$	1.878.166,00
36043	49/2018	SERVIX INFORMATICA LTDA	00040.00051129/2017-18	136	R\$	59.800,00
36983	50/2018	MCR SISTEMAS E CONSULTORIA LTDA	00040.00054317/2018-34	136	R\$	314.275,00
37221	51/2018	BRASOFTWARE INFORMATICA LTDA	00040.00066642/2018-56	136	R\$	122.800,00
37244	52/2018	TELEMÁTICA SISTEMAS INTELIGENTES LTDA	00040.00058356/2018-21	136	R\$	762.760,00
37252	53/2018	SERVIX INFORMATICA LTDA	00040.00060434/2018-27	136	R\$	1.114.341,20
35593	55/2018	C2H SOLUÇÕES EM SERVIÇOS LTDA	00040.00061486/2018-41	136	R\$	1.276.000,00
37337	56/2018	CONVERGE TECNOLOGIA DA INFORMATICA ME	00040.00056630/2018-60	136	R\$	5.025,00
37446	57/2018	ABERJE - Associação Brasileira de Comunicação Empresarial	00040.00054199/2018-84	136	R\$	2.710.680,00
37459	58/2018	SERVIX INFORMATICA LTDA	00040.00058417/2018-90	136	R\$	29.994,24
		EDISON LUIZ CASAS PINTO - ME				

Referência: Complemento novembro e dezembro de 2018

SIGGO	CONTRATO	CONTRATADO	PROCESSO ORIGINÁRIO	FONTE DE RECURSO	VALOR (R\$)
37900	63/2018	FUNDAÇÃO DOM CABRAL - FDC	00040.00063196/2018-31	136	R\$ 16.000,00
38003	66/2018	CONSULT MIDIA INFORMATICA	00040.00064438/2018-12	136	R\$ 1.532.160,00
38128	67/2018	ELOGROUP DESENVOLVIMENTO E CONSULTORIA LTDA	00040-00061131/2018-51	136	R\$ 3.349.950,00
38205	69/2018	EQUIPE CHANNEL PRODUÇÕES E EVENTOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS LTDA	00480.00002928/2018-92	136	R\$ 76.401,00
38327	70/2018	POSITIVO TECNOLOGIA S.A	00040.00061142/2017-51	136	R\$ 3.079.128,00

CONTRATOS CELEBRADOS COM RECURSOS DO PNAFM

Referência: dezembro de 2018

SIGGO	CONTRATO	CONTRATADO	PROCESSO ORIGINÁRIO	FONTE DE RECURSOS	VALOR (R\$)
34768	06/2018	CAKKE LABORIOS	040.000.14/2018	136	R\$ 163.004,38
34866	06/2018	SCALANCE	153.001.357/2018	136	R\$ 550.000,00
34886	21/2017	CSO SECURITY	040.000.406/2017	136	R\$ 8.762.776,00
34906	24/2017	INFORMATICA F	00040.00059991/2017-25	136	R\$ 2.391.890,94
34738	33/2017	INFORMATICA	040.000.684/2017	136	R\$ 5.912.000,00
34739	36/2017	INFORMATICA	00040.00053846/2017-60	136	R\$ 237.600,00
34740	36/2017	INFORMATICA	00040.00053786/2017-58	136	R\$ 18.000,00
34753	37/2017	TECNOLOGIA DE INFORMATICA LTDA	00040.00053345/2017-26	136	R\$ 439.280,00
34791	09/2017	INFORMATICA DA	00040.00052206/2017-06	136	R\$ 620.000,00
34867	46/2017	FCA FIAT CHRYSLER AUTOMOVEIS BRASIL LTDA	040.003.836/2016	136	R\$ 1.363.000,00
34887	47/2017	INFORMATICA	040.003.836/2016	136	R\$ 180.000,00
34907	07/2017	CONSULTORIA E	00040.00056420/2017-58	136	R\$ 411.400,00
34961	00/2017	INFORMATICA EM	00040.00056626/2017-74	136	R\$ 280.128,00
35012	70/2017	INFORMATICA	00040.00056626/2017-67	136	R\$ 1.478.000,00

Contratos Encerrados e Baixados nos Sistemas de Gestão Governamental (SIGGO)

Durante o exercício de 2018, a Gerência de Contratos e Convênios fez gestões no sentido de baixar o estoque de Contratos firmados nos exercícios anteriores com prazo de vigência expirados e com o status de "ativos" no Sistema Integrado de Gestão Governamental -

SIGGO, seja em atendimento à demanda da Unidade de Controle Interno - UCI ou por iniciativa própria.

Para tanto diligenciou junto aos executores e às empresas contratadas objetivando a formalização dos Termos de Encerramento, para baixas contábeis e eventual devolução de cauções nas seguintes contas contábeis - 71141010100 – Depósitos de Cauções em espécie, 712310400 – Contratos de Fornecimento de Bens e 712310200 – Contratos de Serviços, conforme demonstrativo abaixo:

CONTRATOS BAIXADOS NO SIGGO	
DEMANDANTE	QTDE.
- Unidade de Controle Interno (UCI)	38
- Gerência de Contratos e Convênios	59
TOTAL	97

Além destes, encontram-se em fase de encerramento aproximadamente 150 (cento e cinquenta) contratos do estoque de exercícios anteriores.

Essa providência visa essencialmente baixar os saldos residuais dos contratos no SIGGO, saneando eventuais inconsistências encontradas que ocasionaram o sobrestamento do encerramento na então ocasião.

Cadastro de Contratos no Sistemas de e-Contratos/DF.

No decorrer do exercício, foram cadastrados 155 (cento e cinquenta e cinco) contratos no Sistema E-Contratos, sendo que 11(onze) encontram-se expirados (em processamento do encerramento) e os outros 07 (sete) constam em duplicidade (considerando os registros originariamente registrados no SIGGO, em decorrência de duplicidade de notas de empenhos e cujas tratativas com a Diretoria de Planejamento, Orçamento e Finanças – DIPOF/SUAG).

Esse cadastramento foi estabelecido pelo Decreto nº 39.211/2018 e ainda contou com o apoio técnico da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPLAG.

Esse sistema ainda contará com integração de outros módulos para acompanhamento da execução do contrato.

Cadastro de Contratos no Sistema Eletrônico de Informações – SEI/DF.

Em relação ao Sistema Eletrônico de Informação-SEI, constam 98 (noventa e oito) processos físicos digitalizados e inseridos no SEI, sendo que 56 (cinquenta e seis) foram neste ano de 2018, sendo assim, finalizado todas as digitalizações de processos físicos relativas aos contratos vigentes.

Tais procedimentos foram adotados para buscar a otimização e, conseqüente, melhoria na tramitação de processos.

Gerência de prestação de contas

A Gerência de Prestação de Contas - GEPC, concernente à execução de contratos, de convênios e de Termos de Cessão de Uso, desenvolve métodos de controle objetivando evitar a inconsistência quanto aos prazos de vigência, os valores pagos e o saldo contratual. O setor também atua na orientação dos executores de contrato quanto à elaboração dos relatórios circunstanciados, isso aliado ao contato com os fornecedores para eventuais resoluções de pendências tangentes a certidões, comprovações de recolhimento de tributos e encargos trabalhistas, que devem permanecer em dia, conforme disposto nos contratos. Cabe também à Gerência, elaboração de planilhas de reajustes, reequilíbrios financeiros, e repactuações dos contratos, assim como instruções de Reconhecimento de Dívidas com cobertura contratual.

PRECATÓRIOS:

Esta Gerência de Análise e Prestação de Contas faz o cálculo referente a 1/12 de 1,5% da Receita Corrente Líquida (12 meses), para repasse mensal ao TJDFT.

INSTRUÇÃO DE PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR:

Neste exercício – 2018 - foram realizadas instruções de pagamento de RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS, de acordo com os Empenhos remanescentes do exercício de 2017, bem como faturamentos relativos a tal exercício financeiro.

INSTRUÇÃO DE PAGAMENTOS DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA:

Planilhas de Reconhecimento de Dívida (Reconhecimento de Dívida "Art. Nº 86, do Decreto Distrital nº 32.598/2010 - atinente a despesas de exercícios anteriores, oriundas de regular contratação

Dívidas reconhecidas em 2018, despesas exercícios anteriores:

• Dívidas reconhecidas em 2018, despesas exercícios anteriores:

Processo	Contratado	Contratada	Valor
00040-00056529/2017-74	60/2017	ALSAR Tecnologia em Redes Ltda - pp e pp	53.746,00
0040-003880/2016	030/2015	EMIBM ENGENHARIA E COMERCIO Ltda	419.271,10
00040-00052495/2018-54	75/2017	B&B Tlc Soluções Ltda	11.854,92
PP 0040-004027/2013 po 0040-001626/2013	38/2013	Paulista Serviços e Transportes Ltda	116.003,04
PO e PP 00040-00056501/2017-55	61/2017	CDV COMERCIAL LTDA	4.268,70
Po 040.000.614/2016 pp 0040-001202/2016	08/2016	FUNAP – Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso do DF	345,00
Po 0040-001344/2014 Pp 0040-006325/2014	37/2014	MI Montreal Informática S/A	694.456,66
Po 00040-00056610/2017-58 Pp 00040-00056694/2017-47	27/2017	REAL JG SERVIÇOS GERAIS EIRELI	67.753,64

CONTA-DEPÓSITO VINCULADA - Bloqueada para movimentação

A CONTA-DEPÓSITO VINCULADA - Bloqueada para movimentação (art. 40, XIV e art. 55, III da Lei 8.666/93.) são provisionados, ao longo da execução contratual, os valores para:

1.) Pagamento de férias; 2.) Adicionais de férias 1/3 constitucional; 3.) 13º salário; e 4.) Verbas rescisórias (multas do FGTS) dos trabalhadores da contratada pela Administração. Os quais serão liberados quando da sua ocorrência.

Os recursos somente serão liberados com expressa autorização do órgão contratante, mediante comprovação das despesas por parte da empresa.

A conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação é um instrumento de gestão e gerenciamento de riscos para as contratações de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra pela Administração Pública. Visa garantir a existência de saldo financeiro para fazer frente aos encargos trabalhistas devidos aos funcionários contratados.

Contratos de prestação de serviços continuados firmados pela SEF do Distrito Federal. A saber:

- Contrato nº 30/2015 firmado com a empresa EMIBM Engenharia;
- Contrato nº 31/2018 firmado com a empresa Lotus - DF Serviços e Logística Ltda;
- Contrato nº 26/2014 firmado com a empresa MI Montreal Informática S/A;
- Contrato nº 27/2017 firmado com a empresa Real JG Serviços Gerais;
- Contrato nº 30/2018 firmado com a empresa Visan Serviços Técnicos Ltda

Diretoria de suprimentos e licitações

Atividades referentes às aquisições e licitações:

As atividades desta iniciam-se com a análise pela GESUP – Gerência de Suprimentos, para verificação da adequabilidade dos Termos de Referência/Projetos Básicos às normas tanto aquelas referentes à Lei nº 10.520/2002, quanto ao Decreto nº 5.450/2005, ou à Lei nº 8.666/1993, conforme o caso, bem como aquelas pertinentes às aquisições e contratações com recursos provenientes do Contrato Nº. 3040/OC-BR vigente entre GDF e BID. Se os

instrumentos estiverem dentro da conformidade, será dado prosseguimento à licitação, à dispensa ou inexigibilidade, ou Consultorias, conforme a situação.

Com a edição dos Decretos nº 39.103/2018 e Portaria 265/2018, que estabeleceu as regras para o Sistema de Registro de Preços para aquisição de materiais e serviços de uso comum a todo o Distrito Federal, e as regras para as compras, esta Diretoria estabelece rotinas de acompanhamento dos saldos das Atas de Registros de Preços gerenciadas pela SCG/SEPLAG (sitio eletrônico <http://hesk.gdfnet.df.gov.br/COSUP-SCG>), das quais a SEF é participante, bem como das futuras aquisições/contratações mediante preenchimento dos PLS e das SC, em conjunto com o Núcleo de Almoxarifado – NUMOX, vinculado à Gerência de Infraestrutura da Diretoria de Apoio Operacional da SUAG. Ainda sob a regência do referido Decreto realizamos todos os Pregões Eletrônicos/SRP desta Pasta.

Em complemento a atividade de planejamento de aquisições/contratações a Subsecretaria de Compras Governamentais-SCG/SEPLAG disponibilizou em novembro/2018 o Plano Anual de Compras e Contratações (PORTARIA Nº 500, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2018) para lançamento dos bens e serviços comuns que esta Pasta planeja contratar no próximo exercício. Ainda visando assegurar esta Pasta adota procedimentos para o atendimento da demanda, competirá à Gerência de Suprimentos, Compras e Especificações - GESUP acompanhar junto à SEPLAG, por intermédio da Subsecretaria de Compras Governamentais – SCG os Planos de Suprimentos – PLS e Solicitações de Compras – SC, interagindo junto ao Núcleo de Almoxarifado – NUMOX.

Nos casos em que a licitação tratar de objeto de interesse das áreas finalísticas da SEF, com a informação da disponibilidade orçamentária e a autorização da autoridade competente para prosseguir com a licitação, a Diretoria realiza a instrução de processos de dispensa/inexigibilidade de licitações, Participações e Adesões a Atas de Registro de Preços. Aos Pregoeiros cabe a coordenação do processo licitatório, a elaboração de editais, e a submissão de minutas à análise e parecer conclusivo da Assessoria Jurídico-Legislativa, a condução dos trabalhos da equipe de apoio, da sessão pública do pregão eletrônico, e da etapa de lances, o recebimento, exame e decisão das impugnações e consultas à licitação com o apoio do setor requisitante do objeto e do responsável pela elaboração do edital, a verificação da conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no ato convocatório, a verificação e julgamento das condições de habilitação, habilitar/inabilitar o licitante classificado em 1º lugar, classificar/desclassificar as propostas, receber e examinar decisões dos recursos encaminhados à autoridade competente quando for mantida a decisão, indicação do vencedor do pregão, adjudicação do objeto, quando não houver recurso, decidir em 1ª instância administrativa os recursos interpostos, e realizar o encaminhamento do processo devidamente instruído à autoridade superior com proposta de homologação. Após a homologação, é dada publicidade por meio do Processo SEI nº 040-000151027/2018-59 e, devidamente divulgado em Jornal de grande circulação pelo Processo SEI nº 04000050659/2018-03, e comprovante de pagamento de publicações (DOU) no SIDEC - Sistema de Divulgação Eletrônica de Compras e Contratações, conforme processo SEI 04000050770/2018-91.

Além daquelas atividades já incorporadas no tocante à pesquisa de preços de mercado, no sentido de aprimorar a análise mais acurada nos preços do que se pretende adquirir, esta Diretoria passa a adotar os procedimentos regulamentados com o recente do Decreto Distrital nº 39.453/2018, de 14/11/2018 implantando a sistemática de pesquisa de preços de mercado, além de em cada processo, utilizar o Formulário “check list” de modo a comprovar o cumprimento das exigências nos casos de dispensa e inexigibilidade de licitação, bem como de pregão e adesão, para facilitar o acompanhamento na instrução processual. No caso de adesão a outras atas (Adesões Atas Externas), quando há indicação da área demandante, também é feita a verificação da vantajosidade do preço seguindo orientação dos órgãos de controle, da AJL/SEF e do TCDF. Ainda em atendimento ao Decreto Distrital nº 39.103/2018

esta Diretoria informa a SEPLAG mensalmente por meio do processo SEI 0040-00057449/2017-57 todas as contratações realizadas por Adesões a Atas de Registro de Preços. Quanto ao controle das Atas de Registro de Preços da SEF, concluído o processo licitatório sob o Sistema de Registro de Preços, a(s) licitante(s) vencedora(s) recebe(m) a(s) ARP(s) para assinatura. A GESUP, então, se encarrega de providenciar a publicação de seu extrato, por meio do Processo SEI 040-00050988/2018-46, além de realizar o controle de saldos, autorizações de uso, análise de reequilíbrio econômico financeiro, etc. Também verifica periodicamente se o preço é vantajoso junto a órgãos da administração pública ou aos fornecedores do mesmo ramo do produto/serviço.

Se há órgãos interessados na ARP/SEF, seguimos todos os procedimentos para atendimento com a máxima urgência respondendo Ofício via SEI ao órgão, comunicando a concordância do pleito, pelo prazo determinado do citado decreto que rege a matéria, se for o caso, junto ao Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais-SIASG, no sítio Compras Governamentais do Governo Federal. Exige-se dos órgãos participantes das ARP que nos comuniquem a emissão de Notas de Empenho para a efetiva baixa nos quantitativos, resultando num controle mais apurado do saldo das Atas vigentes. Da mesma forma, para controle interno da GESUP/DISUL, a área de contratos também deve nos comunicar quando efetivarem sua celebração.

Capacitação

Realização de capacitação com a participação dos servidores lotados na DISUL/SUAG/SEF-DF, no 13º Congresso Brasileiro de Pregoeiros, tendo como instituição organizadora o Instituto Negócios Públicos do Brasil, Estudos e Pesquisas na Administração Pública, inscrita no CNPJ Nº 10.498.974/0001-09. Local de realização do congresso: FOZ DO IGUAÇU/PR. com carga horária de 26 horas que possibilitou um melhor aperfeiçoamento e entendimento acerca da complexidade das licitações e, que nos ensejou a pensar e debater questões polêmicas sobre o tema, com renomados instrutores dos Órgão de Controle e Administração Pública, tais como: A necessidade de se fazer a gestão de Risco nas aquisições; A criação de um Código de Conduta do Pregoeiro, com diretrizes para uma atuação moral, legal e segura. Enquadrar corretamente as situações de aplicabilidade da Lei, conhecer os fundamentos da Lei 8.666/1993 e 10.520/2002 que regulam as compras públicas.

Ainda buscando capacitação na área de Licitações, promovemos a participação de 2(dois) servidores no Curso Completo de Licitações e Contratos, com carga horária de 36 hs.

Editais-Padrão

Em relação às minutas de editais do tipo padrão, contamos com 18(dezoito), contempladas as Minutas Edital para aquisições e contratações com recursos oriundos do PRODEFAZ/PROFISCO com legislação específica, tais minutas são atualizadas e os respectivos processos são remetidos à AJL e PGDF para análise e aprovação.

Portal

Em sintonia com a ASCOM acompanhamos a atualização do Portal da SEF, para divulgação de todas as licitações realizadas pela Secretaria de Fazenda desde 2012, bem como todas contratações nas regras do BID, com vistas a dar mais transparência às contratações da Secretaria de Estado de Fazenda.

Os procedimentos licitatórios realizados em 2018 pela Diretoria de Suprimentos e Licitações constam no Painel de licitações QlickView:

APOIO OPERACIONAL

Gerência de serviços gerais

Buscando proporcionar aos servidores e contribuintes da SEF, ambiente de trabalho e atendimento confortável e seguro a GESEG dedicou esforços em todos os níveis apoiando

seus núcleos, a saber, Núcleo de Administração de Próprios e Núcleo de Almoxarifado, com o objetivo de atingir as metas traçadas para o exercício de 2017, apesar do arrocho financeiro que convivemos neste ano o que refletiu na execução de nossos contratos tivemos um final satisfatório. O Referência: Período janeiro a outubro de 2018

O Contrato nº 08/2016 – SEF x FUNAP, processo nº 040.000.614/2016, que tem por objeto a prestação de mão de obra, por meio de reeducandos em busca de ressocialização, até o momento executamos pelo contrato R\$ 295.675,59 (duzentos e noventa e cinco mil, seiscentos e sessenta e cinco reais e cinquenta e nove centavos).

Referência: Complemento novembro e dezembro de 2018:

Dezembro de 2018 - R\$ 24.041,18 (vinte e quatro mil duzentos e quarenta e um reais e dezoito centavos).

Valor total executado do Contrato 2018 - R\$ 319.716,77 (trezentos e dezenove mil, setecentos e dezesseis reais e setenta e sete centavos).

Núcleo de Administração Predial

Atividades Executadas	QUANTITATIVO
ATIVIDADES INTERNAS	
Memorandos expedidos	38
Ofícios expedidos	06
Autorizações expedidas	92
ATIVIDADES EXTERNAS	
Memorandos recebidos	Todos via SEI
Ofícios recebidos	Todos via SEI
Circulares recebidas	Todos via SEI

Contratos Executados

Referência: janeiro a outubro de 2018

Contratos Executados
Referência: janeiro a outubro de 2018

AÇÃO/OBJETO	VALOR DO CONTRATO R\$	VALOR EXECUTADO R\$	SALDO R\$	VIGÊNCIA CONTRATUAL
Locktec Chaveiro - Contrato nº 041/2018	12.140,30	0,00	12.140,30	Vigência 18/05/2018 a 18/05/2019
Empresa Cruzeiro de Controle de pragas e vetores Ltda. - Contrato nº 08/2017	4.147,00	2.073,50	2.073,50	Vigência 07/12/2017 a 07/12/2018
OI S/A – FEIXE E-1 - LDN (DDD/DDI) - Contrato nº 033/2018	366.366,48	207.104,28	143.075,55	Vigência 11/05/2018 a 11/05/2019
AZ - Comercial – EIRELI – Sem/Contrato aquisição de 227 vazios Garrafões. - Contrato nº 025/2018	2.335,83	2.789,60	36.574,28	Vigência 02/05/2018 a 02/05/2019
Agua Mineral Iba - Contrato nº 013/2018	37.122,40	2.335,83	0,00	Vigência 11/05/2018 a 11/05/2019
GJ Com de Gás - Contrato nº 059/2018	3.664,70	41.986,45	38.987,00	Vigência 30/03/2019 a 30/03/2019
CEB/SIA - contrato nº 1003/2017	1.254.991,40	148.332,86	1.133.111,72	Vigência 01/11/2019 a 01/11/2019
CEB/AGTAC - contrato nº 58/2018	71.953,04	41.810,03	26.387,67	Vigência 23/10/2018 a 23/10/2019
CEB/FATURAC	2.300.000,00	1.392.602,26	717.052,63	Vigência 01/11/2018 a 01/11/2019
SERVESE - Contrato nº 013/2014, 018/2013, 019/2013 e 020/2013	2.720.550,52	1.052.922,51	1.667.628,01	Vigência 07/05/2018 a 07/05/2019
BRASFORT Contrato nº 025/2017	4.767.319,72	3.838.345,16	930.376,56	Vigência 06/05/2018 a 06/05/2019
BRASFORT SEGURANÇA LTDA (BRIGADA) Contrato nº 014/2018	10.543.897,44	9.665.235,32	878.662,12	Vigência 30/07/2018 a 30/07/2019
BRSA Proteção Contra Incêndio - Contrato nº 026/2018	4.740,20	4.740,20	0,00	Vigência 11/05/2018 a 11/05/2019
CAESE Contrato nº 23/2017	2.217.214,80	346.689,22	1.848.310,38	Vigência 12/05/2018 a 12/05/2022

Referência: complemento novembro e dezembro de 2018

AÇÃO/OBJETO	VALOR DO CONTRATO R\$	VALOR EXECUTADO R\$	SALDO R\$	VIGÊNCIA CONTRATUAL
Locktec Chaveiro - Contrato nº 041/2018	12.140,30	1.742,08	10.398,24	Vigência 18/05/2018 a 18/05/2019
Empresa Cruzeiro de Controle de pragas e vetores Ltda. - Contrato nº 08/2017	4.147,00	2.073,50	1.036,75	Vigência 07/12/2017 a 07/12/2018
OI S/A – FEIXE E-1 - LDN (DDD/DDI) - Contrato nº 033/2018	366.366,48	30.885,58	128.306,62	Vigência 11/05/2018 a 11/05/2019
AZ - Comercial – EIRELI – Sem/Contrato aquisição de 227 vazios Garrafões. - Contrato nº 025/2018	0,00	0,00	0,00	Vigência 22/05/2018 a 22/05/2019
Agua Mineral Iba - Contrato nº 013/2018	37.122,40	13.156,40	31.979,60	Vigência 30/03/2019 a 30/03/2019
GJ Com de Gás - Contrato nº 059/2018	3.664,70	3.623,42	5.041,28	Vigência 01/11/2019 a 01/11/2019
CEB/SIA - contrato nº 1003/2017	1.254.991,40	26.945,13	1.119.231,61	Vigência 19/05/2018 a 19/05/2022
CEB/AGTAC - contrato nº 58/2018	71.953,04	9.824,60	20.309,41	Vigência 23/10/2018 a 23/10/2019
CEB/FATURAC	2.300.000,00	328.268,77	579.128,97	Vigência 31/01/2018 a 31/12/2019
SERVESE - Contrato nº 013/2014, 018/2013, 019/2013 e 020/2013	2.720.550,52	178.294,40	1.469.333,61	Vigência 07/05/2018 a 07/05/2019
BRASFORT Contrato nº 025/2017	4.767.319,72	489.001,56	441.677,98	Vigência 31/07/2018 a 30/07/2019
BRASFORT SEGURANÇA LTDA (BRIGADA) Contrato nº 014/2018	10.543.897,44	129.406,24	759.251,88	Vigência 22/05/2018 a 20/05/2019
BRSA Proteção Contra Incêndio - Contrato nº 026/2018	4.740,20	0,00	0,00	Vigência 11/05/2018 a 11/07/2018
CAESE Contrato nº 23/2017	2.217.214,80	31.918,16	1.838.607,42	Vigência 12/05/2018 a 11/05/2022

Núcleo de almoxarifado

SIGMANET

O Sistema Integrado de Gestão de Material tem funcionado de forma satisfatória trazendo agilidade aos trabalhos de guarda e distribuição de materiais, adotamos a data limite até o décimo quinto dia de cada mês, como prazo para que seja solicitado o material pelos usuários da SEF.

CADASTRAMENTO

Este Núcleo tem realizado a atualização dos cadastros e a inclusão de novos usuários para o SIGMANET, possibilitando aos usuários a elaboração do PIM (Pedido Interno de Material) com mais agilidade, bem como, providenciado todo o suporte para a utilização do sistema.

DEMONSTRATIVO FINANCEIRO

Referência: Período janeiro a outubro de 2018

Saldo anterior (06/12/2017)	Aquisição do exercício até 14/11/2018	Saídas de materiais no exercício	Total movimentado do Exercício	Saldo do exercício
R\$ 401.991,56	R\$ 6.612.531,24	R\$ 8.844.974,95	R\$ 9.128.601,48	R\$ 685.618,09

Referência: Complemento novembro e dezembro de 2018

Saldo anterior (06/12/2017)	Aquisições até outubro/2018	Aquisições de nov e dez/2018	Saídas até outubro/2018	Saídas de nov e dez/2018	Total movimentado do Exercício	Saldo do exercício
R\$ 401.991,56	R\$ 6.668.810,75	R\$ 2.497.264,30	R\$ 8.844.974,95	R\$ 85.912,67	R\$ 9.123.256,00	R\$ 628.730,99

Gerência de segurança institucional

AÇÕES EXECUTADAS

Realizações Normativas

No âmbito de controle desta unidade, as seguintes produções legislativas foram geradas:
(Desligamentos)

Portaria 111 de 22/05/2014 – DODF 104 de 26/05/2014. Portaria que regula o plano de desligamento de pessoal – Nesta portaria são regulados os procedimentos formais e de acessos e permissões a sistemas e guarda/ transferência de patrimônio envolvendo os servidores, comissionados, terceiros e conveniados em atividade na SEF/DF.

(Portaria Entrada e Saída de Pessoas)

Portaria 73 de 03/04/2013 – DODF 70 de 05/04/2013. Portaria que disciplina a entrada, circulação e permanência de servidores, estagiários, prestadores de serviços e visitantes em todas as áreas e instalações que compõem o ambiente físico da Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal, nos termos da Portaria nº 59, de 27 de abril de 2012.

(Controle de Acesso)

Portaria 62 de 20/03/2013 – DODF 104 de 22/03/2013. Portaria que regula os procedimentos de segurança orgânica, controle de acesso e identificação nas dependências do edifício vale do rio doce.

Informações Complementares

Atividades desenvolvidas:

- Implementação e acompanhamento da Política de Segurança da Informação (PSI) da SEF;

- Gestão/Aprimoramento do sistema de controle de acesso do Ed. VRD;
- Implantação e aprimoramento do monitoramento de vídeo nas unidades da SEFDF;
- Gestão de Relatório de Incidentes;
- Capacitação e conscientização de segurança;
- Julgamento dos casos relacionados a liberação de acesso a conteúdo internet na rede SEF;
- Realização de ações de gestão nos setores identificados pelo Gabinete como prioritários;
- Definição de regras e perfis de acesso a sites internet;
- Acompanhamento da implantação do software de auditoria em banco de dados dos sistemas da SEF/DF;
- Implantação de Política de Desligamento e alteração de lotação da SEF;
- Capacitação em qualidade no atendimento no serviço de recepção e portaria da SEF;
- Elaboração de artefatos padrões para suprir os processos de registro e acompanhamento de incidentes registrados;
- Desenvolvimento de campanhas de conscientização interna em torno da temática de segurança corporativa;
- Desenvolvimento de projetos básicos para a aquisição de sistemas de auditoria em produtos Microsoft na parte de mensageira (email), acesso à rede (active directory) e permissionamento de arquivos;
- Desenvolvimento e implantação da primeira fase do sistema de inteligência fazendária (IRIS);
- Concepção e licitação de sistema de controle de acesso, frequência e gestão de atividades internas e externas na SEF;

Gerência de transporte e logística

Ações Executadas e Supervisionadas pela Gerência de Transporte e Logística em 2018

Ações Executadas e Supervisionadas pela Gerência de Transporte e Logística em 2018			
AÇÃO	Quantidade	Valor estimado Jan/Out	Valor estimado Nov/Dez
Fiscalização do Contrato nº14/SEPLAG de Telefonia Móvel	300	21.500,00	4.300,00
Elaboração de projetos e assessoramento ao NUTRA e a DIAOP	045	—	—
Supervisão e assessoramento ao NUTRA	030	—	—
Fiscalização Contrato nº005/2016 – Estrutural Empreendimentos L	408	4.180.0039,26	836.007,85
TOTAL	783	4.201.539,26	R\$86.424,29

Ações Executadas pelo Núcleo de Transporte em 2018

Ações Executadas pelo Núcleo de Transporte em 2018			
AÇÃO	Quantidade	Valor estimado Jan/Out	Valor estimado Nov/Dez
Atendimentos a usuários internos para uso de veículos	4.790	—	—
Atendimentos a usuários externos para uso de veículos	0010	—	—
Encaminhamento de veículos para abastecimento	4.180	290.637,05	R\$58.127,41
Encaminhamento de veículos para manutenções	1.050	156.484,40	R\$31.296,89
TOTAL	10.030	447.121,46	R\$89.424,29

Gerência de engenharia e infraestrutura

Demonstrativo das Atividades da Gerência de Engenharia e Infraestrutura

ITEM	PROCESSO	PROJETOS	TIPO DE DEMANDA / DEMANDANTE	CONTRATO / EXECUÇÃO	PERÍODO DE
01	Nº 5188	Serviço de reforma do galpão localizado no SAAN.		Alvenaria, construção de piso, instalação de janelas, pintura geral, instalação de portão, instalações elétricas	
02	Nº 5585	Reforma da Agência do Núcleo Bandeirante, mudança para AGREC.		Alteração de layout interno feito em drywall, alteração de layout mobiliário, reposição de mesas, cadeiras e luminárias, reposição do fone interno, pintura geral, reposição de aparafusos de área condicionados, instalações elétricas e lógicas.	
03	Nº 5838	Alteração de letreiro da placa de identificação, AGREC NÚCLEO BANDEIRANTE		Revitalização da estrutura, confecção de letreiro.	
04	Nº 5785	Impermeabilização e substituição de alguns blocos de granito da área externa, VRD.		Retirada dos blocos cerâmicos na parte de frente próximo ao para piso, processo de drenagem de água acumulada, impermeabilização e instalação de manta, reinstalação de blocos novos.	
05	Nº 5055	Reforma galpão GEPM7/S.I.A, criação de arquivo.		Divisão de ambientes com alvenaria, revestimento em reboco, pintura, demolição de parede para criação de entradas, confecção de portão, confecção de porta em metal para saída de emergência e instalação, instalação e pintura de porta e de portão, confecção de piso cerâmico, confecção e instalação de estrutura para cobertura, instalação de blindex.	
06	Nº 10311 Nº 10754	Instalação de drywall e móveis conforme layout para criação de arquivo GEPM7/S.I.A, instalações elétricas e lógicas.		Instalação de estruturas para drywall, instalação de porta de madeira, acabamento com pintura, vedação da parede até o teto da parte superior do galpão. Instalações elétricas e lógicas, instalação de móveis.	
07	Nº 7669 Nº 9315 Nº 9560	Revitalização do sistema de detecção de incêndio do Vale do Rio Doce.		Retirada de equipamentos antigos danificados de fiação antiga, instalação de fiação com sistema de blindagem, reinstalação de equipamentos de detecção de fumaça, instalação de acionadores manuais e dispositivos automáticos. Instalação central de controle configuração de sistema e arrendamento dos dispositivos.	
08	Nº 9589	Confecção de portão AGPLA.		Retirada do portão danificado, confecção de portão, ligação de rede elétrica para a instalação de motor elétrico para abertura e fechamento do portão.	
09	Nº 9974	Instalação de para-raios AGGAM.		Confecção de estruturas, passagens de cabos, instalação de mastros e terminais aéreos, instalação das condutas e isoladores.	
10	Nº 9846	Adequação da AGREC conforme as exigências do CBMDF.		Conforme exigências do CBMDF – Instalações de iluminação de emergência, placas de sinalização de emergência e rota de fuga, adequação das portas de saídas de emergência conforme normas de segurança.	
11	Nº 9826	Reforma dos sanitários do 13º andar, VRD.		Criação de layout, demolição interna dos banheiros, revestimento de paredes, impermeabilização e revestimento do piso, instalação de revestimentos porcelanato nas paredes, instalação de novas divisórias em granito, pintura sobre massa corrida nas paredes, instalação de novas portas e reconstrução do teto em gesso, reinstalação de luminárias, instalação armários e espelhos, bancadas e cubas, e divisórias em blindex jateado instalação de vasos sanitários acoplados, instalação de revestimento do piso em granito.	
12	Nº 10023 Nº 10143 Nº 10117	Remanejamento de condensadoras e substituição de compressores VRD.		Retirada das condensadoras, substituição de compressores e conserto em geral, confecção de suporte em aço, instalação de suporte na parte frontal da edificação, reinstalação das condensadoras.	
13	Nº 10231	Conserto de bomba de água pressurizada, POSTO ANA BR - 060.		Retirada de bomba, e substituição de peças danificadas, desentupimento de tubulação, reinstalação de bomba.	
14	Nº 10366	Remanejamento de tubulação para conter vazamento no Vale do Rio Doce.		Retirada de tubulação antiga, reconstrução de caixas de passagem e colocação de registro hidráulico.	
15	Nº 9992	Elaboração de projeto de segurança contra incêndio e párcio do arquivo construído no GEPM7.		Pesquisa de campo, levantamentos de medidas e dimensões, elaboração de projeto.	
16	Nº 11023	Instalação de sistema de iluminação de emergência GEPM7 ARQUIVO.		Instalação de infraestrutura para passagem de cabos, passagens de emergência, instalação de luminárias de emergência.	
17	Nº 11024	Instalação de sinalização de rota de fuga GEPM7 ARQUIVO.		Confecção de placas de identificação de extintores de incêndio, saída de emergência e rota de fuga, bem como, a instalação das mesmas.	
18	Nº 9465	Reforma de piso e parede cozinha do Posto ANA – BR - 060.		Substituição de revestimento da parede e do piso.	
19	Nº 9316	Redeação de layout, implantação do NA HORA.		Serviços elétricos e lógicos, remanejamento de divisórias e móveis.	
20	Nº 9827	Confecção de placas de identificação. SUAG.		Confecção e instalação de placas de sinalização e identificação institucional nos ambientes da SEF/SUAO localizados no Edifício Parque Cidade Corporate	
21	040.001.089/ 2015	Prorrogação do contrato com a empresa	Acompanhamento e execução do contrato	CONTRATO Nº 030/2015	SETEMBRO-2018 / SETEMBRO-2019
22	040.001.089/ 2015	especializada no ramo de engenharia para executar os serviços continuados de MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DAS INSTALAÇÕES PREDIAIS E MOBILIÁRIOS, localizadas no Distrito Federal.	SEF	CONTRATO Nº 030/2015	SETEMBRO-2018 / SETEMBRO-2019
23	04000438/2015	Prorrogação do contrato com a empresa especializada no ramo de engenharia para executar os serviços continuados de MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DAS INSTALAÇÕES PREDIAIS E MOBILIÁRIOS, localizadas no Distrito Federal.	Acompanhamento e execução do contrato	CONTRATO Nº 039/2015	OUTUBRO-2018 / OUTUBRO2019
24	Nº 11290	Serviço de implantação de infraestrutura e cabramento planejado para instalação do sistema de monitoramento de Agência AGBRA de Atendimento de Brasília.	SEF	Instalação de infraestrutura, tubulação e cabamento planejado para instalação do sistema de monitoramento de Agência AGBRA de Atendimento de Brasília.	

25	Nº 11294	Serviço de implantação de infraestrutura e cabeamento planejado para instalação de sistema de monitoramento CEFTV. COFAZ – Corregedoria Fazendária		Instalação de infraestrutura, tubulação e lançamentos de cabos conforme indicação de projeto
26	Nº 11293	Serviço de implantação de infraestrutura e cabeamento planejado para instalação de sistema de monitoramento CEFTV. AGPLA – Agência de Atendimento de Planaltina		Instalação de infraestrutura, tubulação e lançamentos de cabos conforme indicação de projeto
27	Nº 11281	Serviço de alteração de layout		Modificação de layout, aprovação de novo layout e implantação, bem como remanejamento de mesas e instalações elétrica, lógicas e telefônicas
28	Nº 11216	Serviço de revisão de instalações elétricas, acabamentos e manutenção de infiltração		Reparo em rede elétrica com danos, e ajuste de fiação elétrica exposta, bem como cabos de redes sem identificação, fixação de acabamentos e rodapés de mesas manutenção de piso vinílico e sanamento de infiltração em paredes
29	Nº 11275	Serviço de instalação de sistema de escoamento de água		Instalação de calha para escoamento de água

NÚCLEO DE ACOMPANHAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS

Referência: Período janeiro a outubro de 2018

No exercício de 2018, o Núcleo de Acompanhamento de Obras e Serviços realizou no período de janeiro a outubro 1.702 (mil setecentas e duas) solicitações de reformas nas instalações onde funcionam os Órgãos subordinados à Secretaria de Estado e de Fazenda do Distrito Federal. Dentre elas as ordens de serviços relacionadas acima, considerados serviços diferenciados por conta dos custos e da complexidade, exigindo atenção diferenciada no que se refere ao Planejamento, orçamento e execução.

Referência: Complemento novembro e dezembro de 2018

No exercício de 2018, o Núcleo de Acompanhamento de Obras e Serviços realizou no período de novembro a dezembro 286 (Duzentas e oitenta e seis) solicitações de serviços nas instalações onde funcionam os Órgãos subordinados à Secretaria de Estado e de Fazenda do Distrito Federal. Dentre elas as ordens de serviços relacionadas acima, considerados serviços diferenciados por conta dos custos e da complexidade, exigindo atenção diferenciada no que se refere ao Planejamento, orçamento e execução.

TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS

RECURSOS REGISTRADOS	2014	2015	2016	2017	2018
Recurso Voluntário	382	585	311	568	560
Reexame Necessário	40	200	61	62	54
Recurso Extraordinário	34	24	19	42	120
Reexame Necessário ao Pleno	17	8	9	1	4
Recurso Contra a Decisão do Presidente	4	1	4	2	1
Embargos de Declaração	18	30	26	32	163
Pedido de Avocação	-	2	-	-	-
Recurso de Jurisdição Voluntária	189	137	167	147	201
TOTAL	684	987	597	854	1.103

	2014	2015	2016	2017	2018
QUANTITATIVO DE PROCESSOS PARA JULGAMENTO	578	794	828	985	1040
RECURSOS NEGADO SEGUIMENTO	118	129	84	41	37

RECURSOS RECEBIDOS POR ESPÉCIE

Recurso Voluntário	270	462	297	543	526
Reexame Necessário	49	198	63	63	69
Recurso Extraordinário	6	7	22	35	94
Reexame Necessário ao Pleno	33	20	0	1	4
Recurso Contra a Decisão do Presidente	2	1	3	2	1
Embargos de Declaração	19	24	28	33	151
Recurso de Jurisdição Voluntária	156	89	166	131	167
TOTAL	536	804	579	808	1012

RECURSOS PAUTADOS	2014	2015	2016	2017	2018
	594	591	563	946	956

RECURSOS JULGADOS POR ESPÉCIE

Recurso Voluntário	141	286	228	375	336
Reexame Necessário	53	21	61	117	90
Recurso Extraordinário	14	15	12	25	60
Reexame Necessário ao Pleno	18	31	3	6	11
Recurso Contra a Decisão do Presidente	1	1	2	3	1
Embargos de Declaração	14	14	33	30	103
Recurso de Jurisdição Voluntária	244	119	109	160	110
TOTAL	485	487	448	716	711

DECISÕES

	2014	2015	2016	2017	2018
NEGADO PROVIMENTO	374	392	329	530	439
DADO PROVIMENTO	71	50	52	91	145
FEITO ANULADO	1	1	4	4	2
PROVIMENTO PARCIAL	17	16	18	29	77
NÃO CONHECIDO O RECURSO E EMBARGOS	21	28	42	58	47
DECISÃO DE PRIMEIRA INST. ANULADA	1	0	3	3	1
DECISÃO CAMERAL ANULADA	0	0	0	1	0
RECURSO PREJUDICADO	0	0	0	0	0
TOTAL	485	487	448	716	711

SESSÕES REALIZADAS

	2014	2015	2016	2017	2018
1ª CÂMARA	45	61	63	60	60
2ª CÂMARA	45	61	63	60	61
PLENO (ORDINÁRIA)	62	46	45	48	57
PLENO (ADMINISTRATIVA)	12	13	12	12	12
TOTAL	164	181	183	180	190

REFAZ

A Unidade de Representação do Distrito Federal na Comissão Técnica Permanente do ICMS – REFAZ é uma estrutura organizacional que tem como principais atribuições assistir e assessorar o secretário de estado de fazenda nos assuntos relacionadas ao Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ – e nos afetos à Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais - ABRASF, bem como na supervisão das atividades técnicas desenvolvidas nos diversos grupos de trabalho dessas instituições.

Nesse contexto, destacamos as seguintes atividades de nosso setor em 2018:

- Assessoramento ao secretário de fazenda ou seu representante nas reuniões do Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ – em três reuniões ordinárias (168ª a 170ª) e quinze reuniões extraordinárias (295ª a 309ª);
- Assessoramento ao secretário de fazenda ou seu representante em três assembleias gerais da Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais – ABRASF;
- Participação em reuniões da Comissão Técnica Permanente do ICMS – COTEPE/ICMS – para apreciação de propostas de convênio, protocolos, ajustes e atos COTEPE/ICMS em três reuniões ordinárias (171ª a 173ª) e dez reuniões extraordinárias (280ª a 289ª);
- Participação em sete reuniões da Câmara Técnica Permanente da ABRASF (37ª a 43ª);

- Análise de quatrocentos e quarenta propostas de convênio ICMS, trinta e oito propostas ajuste SINIEF e, como resultado das reuniões ocorridas no âmbito do CONFAZ foram celebrados e publicados, até o dia 31/10/2018, cento e oito convênios ICMS, setenta e um protocolos ICMS, quatorze ajustes SINIEF e cinquenta e cinco atos COTEPE/ICMS, vinte atos COTEPE/PMPF, vinte atos COTEPE/MVA.
- No âmbito do CONFAZ, ressaltamos as discussões para a implementação e operacionalização da Lei Complementar 160/17, que trata da convalidação e reinstauração de benefícios fiscais do ICMS e que resultou na Lei Distrital no 6.225, de 19 de novembro de 2018;
- No âmbito da ABRASF destacamos as discussões e os trabalhos relativos à operacionalização da Lei Complementar 157/16 a implementação da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica Nacional – NFS-e Nacional, juntamente com a Receita Federal do Brasil, secretarias de finanças de municípios associados à Confederação Nacional de Municípios – CNM - e o Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO.
- A Unidade de Representação do Distrito Federal na Comissão Técnica Permanente do ICMS – REFAZ é uma estrutura organizacional que tem como principais atribuições assistir e assessorar o secretário de estado de fazenda nos assuntos relacionadas ao Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ – e nos afetos à Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais - ABRASF, bem como na supervisão das atividades técnicas desenvolvidas nos diversos grupos de trabalho dessas instituições.
- Nesse contexto, destacamos as seguintes atividades de nosso setor em 2018:
- Assessoramento ao secretário de fazenda ou seu representante nas reuniões do Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ – em três reuniões ordinárias (168ª a 170ª) e quinze reuniões extraordinárias (295ª a 309ª);
- Assessoramento ao secretário de fazenda ou seu representante em três assembleias gerais da Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais – ABRASF;
- Participação em reuniões da Comissão Técnica Permanente do ICMS – COTEPE/ICMS – para apreciação de propostas de convênio, protocolos, ajustes e atos COTEPE/ICMS em três reuniões ordinárias (171ª a 173ª) e dez reuniões extraordinárias (280ª a 289ª);
- Participação em sete reuniões da Câmara Técnica Permanente da ABRASF (37ª a 43ª);
- Análise de quatrocentos e quarenta propostas de convênio ICMS, trinta e oito propostas ajuste SINIEF e, como resultado das reuniões ocorridas no âmbito do CONFAZ foram celebrados e publicados, até o dia 31/10/2018, cento e oito convênios ICMS, setenta e um protocolos ICMS, quatorze ajustes SINIEF e cinquenta e cinco atos COTEPE/ICMS, vinte atos COTEPE/PMPF, vinte atos COTEPE/MVA.
- No âmbito do CONFAZ, ressaltamos as discussões para a implementação e operacionalização da Lei Complementar 160/17, que trata da convalidação e reinstauração de benefícios fiscais do ICMS e que resultou na Lei Distrital no 6.225, de 19 de novembro de 2018;
- No âmbito da ABRASF destacamos as discussões e os trabalhos relativos à operacionalização da Lei Complementar 157/16 a implementação da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica Nacional – NFS-e Nacional, juntamente com a Receita Federal do Brasil, secretarias de finanças de municípios associados à Confederação Nacional de Municípios – CNM - e o Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO.

Em complementação ao relatório de atividades realizadas até o dia 31/10/2018, destacamos as seguintes atividades realizadas nos meses de novembro de dezembro de 2018:

- Assessoramento ao secretário de fazenda ou seu representante nas reuniões do Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ – em uma reunião ordinária (171a) e três reuniões extraordinárias (310a a 312a);
- Assessoramento ao secretário de fazenda ou seu representante em uma assembleia geral da Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais – ABRASF;
- Participação em uma reunião da Comissão Técnica Permanente do ICMS – COTEPE/ICMS – para apreciação de propostas de convênio, protocolos, ajustes e atos COTEPE/ICMS;
- Participação em uma reunião da Câmara Técnica Permanente da ABRASF (44a);
- Análise de vinte e três propostas de convênio ICMS e, como resultado das reuniões ocorridas no âmbito do CONFAZ, foram celebrados e publicados, do dia 1º/11/2018 até o dia 31/12/2018, quarenta convênios ICMS, nove ajustes SINIEF, três atos COTEPE/PMPF, três atos COTEPE/MVA.

OUVIDORIA FAZENDÁRIA

À Ouvidoria Fazendária compete, prioritariamente, auxiliar o cidadão junto à Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal em suas demandas. O monitoramento sistemático dos atendimentos permite assistir o contribuinte na resolução de serviços prestados pela Secretaria de Estado de Fazenda do DF e, ainda, identificar oportunidades de melhorias que visem o aperfeiçoamento dos processos de trabalho desta Pasta.

Atualmente são disponibilizados ao cidadão/contribuinte os seguintes canais de atendimento: Atendimento Virtual - Portal SEF – SIGAC (www.fazenda.df.gov.br), OUV-DF – Sistema de Ouvidoria do Distrito Federal (www.ouv.df.gov.br) e o Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – e-SIC (www.e-sic.df.gov.br/sistema/site/Default.aspx). Além dos serviços eletrônicos é oferecido atendimento presencial e por telefone da Ouvidoria Fazendária; e também pelas centrais de atendimento 156, opção 3 e 162; que são gerenciadas pela Agência de Atendimento Remoto/COATE/SUREC/SEF-DF e Ouvidoria Geral do DF, respectivamente. Acrescentando que o contato também poderá ser feito via e-mail/carta/correspondência.

Em relação às metas previstas para o exercício, foram realizadas revisões técnicas no Sistema de Gestão de Atendimento ao Contribuinte – SIGAC e no Sistema de Ouvidoria do Distrito Federal- OUV, assim como a utilização de um novo sistema Sistema Eletrônico de Informações - SEI, por meio do qual encaminhamos e recebemos respostas de demandas - agregando serviços e funcionalidades.

A Controladoria Geral do Distrito Federal por meio do Decreto 36.419/2015 de 25.03.2015 instituiu a Carta de Serviços ao Cidadão, instrumento elaborado por servidores indicados da área de Planejamento, Ouvidoria, Comunicação e Atendimento. A Ouvidoria Fazendária, em conjunto com as demais áreas, no ano de 2018 deu continuidade ao Projeto da Carta de Serviços.

Tabela quantitativa de demandas recepcionadas no exercício de 2018 até dia 31/12/2018

Sistema/Mês	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
SIGAC	1	5	13	8	9	3	4	16	6	8	4	2	79
e-SIC	33	21	28	28	25	25	21	32	9	43	10	10	285
OUV-DF	372	247	326	209	226	301	377	422	367	401	314	329	3891
E-mail	11	9	5	6	13	14	9	10	5	7	9	12	110
Carta						1							1
Total Geral													4366

CONTROLE INTERNO

Quanto às decisões que tratam de encerramento de Tomada de Contas Anual cujo processo é de código 040, além do encaminhamento para a SUCON/SEF, elaboramos despacho para o órgão de origem da TCA, conforme dispõe art. 3º do Decreto nº 32.074/2010 c/c Decreto nº 32.598/2010, alterado pelo Decreto nº 33.261/2011 que estabelece que as prestações de contas consideradas regular sejam arquivadas no órgão de origem sob a responsabilidade do ordenador de despesas, totalizando 70 processos:

	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	Total
OUTROS ÓRGÃOS DO GDF (Origem da TCA)	7	21	22	20	70

A seguir, o quantitativo de decisões do Tribunal de Contas do DF, por trimestre, que tiveram apreciação nesta Unidade de Controle Interno/SEF:

Órgão responsável por atender à informação requerida	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	Subtotal
AJL	-	-	-	3	3
SUCON	12	26	32	16	86
DIGEP	10	13	9	3	35
SUAG	4	1	2	1	8
SUTES	1	4	-	5	10
SUTIC	1	-	-	-	1
SUREC	1	-	-	-	1
UCI – Acompanhar e coordenar resposta institucional	11	13	6	10	40
Total de Decisões	40	57	49	38	184

Nesse contexto, a Unidade de Controle Interno/SEF, no cumprimento das tarefas constantes do Plano Anual de Atividades de Controle Interno – PAACI/2018, efetuou o acompanhamento dos dados do Sistema de Gestão Governamental - SIGGO e do Sistema de Gestão de Recursos Humanos - SIGRH, procedeu a verificações em registros funcionais, análise de processos referentes às diversas áreas internas e às demais atividades que competem à Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal, visitas e inspeções em vários setores do órgão, reuniões com executores de contratos e convênios, instruções prévias para verificação de indícios de existência de prejuízo e outros, além do atendimento a demandas extras, oriundas, em sua maioria, da Corregedoria Geral do Distrito Federal e do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Além disso, como atividades não previstas no PAACI/2018, em atendimento ao que dispõe a Portaria nº 265, do Decreto nº 39103/2018, esta UCI/SEF atuou em 2 processos de Adesão à Ata de Registro de Preços. No tocante à prorrogação, repactuação e reequilíbrio de contratos, ocorreu análise de conformidade em 6 processos, conforme dispõe a Ordem de Serviço nº 1/2018 da Câmara de Governança/SEPLAG.

A UCI/SEF, analisou, também, 6 processos de reconhecimento de dívida, conforme estabelece Decreto Distrital 32.598/2010.

CORREGEDORIA

Procedimentos Disciplinares

Os procedimentos disciplinares em curso estão descritos no quadro abaixo:

Procedimentos (*)	Iniciados em 2017	Instaurados em 2018	Julgados em 2018	Em apuração	A instaurar
Processo Administrativo Disciplinar – PAD	04	03	07	00	0
Sindicância	03	05	04	04	0
Instrução Prévia (**)	-	06	05	01	0
Processo de Ajuste de Conduta - TAC	-	01	01	-	-
Total	07	15	17	05	0

Evolução Anual do Quantitativo de Procedimentos Instaurados

Dentre os Procedimentos instaurados estão PAD's, Sindicâncias, Instruções Prévias e Processo de Justo de Conduta - TAC, totalizando 14 (quatorze) em 2018.

Ano	Quantidade
2003	11
2004	32
2005	39
2006	43
2007	54
2008	36
2009	56
2010	62
2011	47
2012	51
2013	34
2014	27
2015	23
2016	24
2017	112
2018	14
Total	665

Média Anual de Procedimentos Instaurados Período: 2003 a 2018

	Quantidade
(a) Instaurações	665
(b) Períodos	16
Média Anual de Instaurações (a/b)	41,56

Considerando apenas Sindicâncias e Processos Administrativos Disciplinares (PAD's) o quantitativo de instaurações é o descrito abaixo:

Ano	Quantidade		
	TAC	Sindicâncias	PAD's
2003	-	6	-
2004	-	15	4
2005	-	14	10
2006	-	29	9
2007	-	25	16
2008	-	22	10
2009	-	22	24
2010	-	38	16
2011	-	21	19
2012	-	17	9
2013	-	13	7
2014	-	10	7
2015	-	1	5
2016	-	4	8
2017	-	3	3
2018	01	5	3
Total	01	245	150
			396

Punições Administrativas Aplicadas na SEF

Punições	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total
Demissão			-	-	-	-	5
Cassação de Aposentadoria			-	-	-	-	1
Suspensão	1		-	1	-	1	4
Advertência	1	2	-	-	1	1	6
TAC						1	1
Total	2	2	0	1	1	2	17

Procedimentos Disciplinares Concluídos

Ações administrativas visando a celeridade na condução dos procedimentos instaurados promoveram a conclusão de 15 (quinze) procedimentos disciplinares, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Procedimentos	Concluídos
Processo Administrativo Disciplinar – PAD	06
Sindicância	03
Instrução Prévia	05
Processo de Justo de Conduta - TAC	01
Total	15

Dinâmica do Fluxo Documental/Processual da UCF/SEF

No exercício de 2018 foram realizadas ações visando o aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas no âmbito da esfera disciplinar, destacando-se a participação nos seguintes eventos:

GT18 – ICMS Corregedores de Fazendas Estaduais e do DF

Participantes da Unidade de Corregedoria Fazendária: 01 servidor

Entidade realizadora: Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ/MF

Datas:

26 a 28/03 – Local: Maceió/AL – Horário: 09 às 18h30.

7 e 8/06/2018 – Local: Sede do CONFAZ-DF – Horário: 09 às 18h30.

30 e 31/08 – Local: Sede do CONFAZ-DF – Horário: 09 às 18h30.

08 e 09/11 – Local: Sede do CONFAZ-DF – Horário: 09 às 18h30.

Objetivos: promover palestras, discussão e troca de experiências visando o aperfeiçoamento, o fortalecimento e modernização dos trabalhos das corregedorias.

Público Alvo: Corregedores das Secretarias de Estado de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal, servidores que atuam nas áreas correcionais e outros interessados.

Destacamos também que esta Unidade de Corregedoria Fazendária também buscou otimizar os resultados mediante ações preventivas junto aos servidores em geral. Para tanto, ministrou diversas palestras nas Unidades Administrativas da Subsecretaria da Receita, levando informações relevantes a todos, no que diz respeito aos direitos e deveres de cada

um independentemente da posição que ocupa, seja na condição de chefe ou não, bem como a forma de operacionalizar representações pelo SEI.

Nesse programa foram realizadas as palestras do módulo II tratou do tema Direitos e Deveres do Servidores, conforme cronograma abaixo:

10/04/2018: pessoal da AGCEI, às 9h.

12/04/2018: pessoal da AGSIA, às 9h.

17/04/2018: pessoal da AGSUL, AGEMP E AGREM, no auditório do Ed. Vale do Rio Doce, às 9h.

19/04/2018: pessoal da AGTAG, às 9h.

24/04/2018: pessoal da AGGAM, às 9h.

26/04/2018: pessoal da AGNOR e AGPLA, às 9h.

ASSESSORIA JURÍDICO-LEGISLATIVA

Considerando as análises, manifestações e preparação de minutas, foram realizadas, dentre as atribuições listadas no item I, as seguintes atividades:

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	QUANTITATIVO POR EXERCÍCIO						
	2014	2015	2016	2017 (3)	2018 (1)		
					Demandas (A)	Concluídas (B)(2)	% Conclusão (B/A)
Expedientes/Processos que tramitaram pela AJL/SEF	1.256	1.353	1.244	1.202	926	890	96,11%
Informações em mandado de segurança, em face do Secretário	14	7	20	31	8	8	100%
Manifestações (Pareceres, Despachos e Notas Técnicas gerados)	370	488	482	717	659	659	100%
Demandas acompanhadas junto à CLDF (proposições legislativas de interesse da SEF)	18	51	35	13	18	4	22,22%
Demandas acompanhadas junto à PGDF (consultas jurídicas e outros)	-	-	-	60	61	40	65,57%
Anteprojetos de Lei/ elaborados (minuta)/examinados (Incluiu a Homologação de Convênios CONFAZ)	7	35	24	74	36	33	91,66%
Propostas de Decreto elaborados (minuta)/examinados	46	51	73	75	75	69	92,00%
Minutas de Portaria elaboradas/examinadas	60	58	70	79	80	77	96,25%

Observações:

(1) Demandas em suporte físico e eletrônico (SEI), relativas ao período de 01/01/2018 até 31/12/2018;

(2) O número de demandas concluídas, inclui as que seguiram seu trâmite (inclusive as que alcançaram seu objetivo), as prejudicadas e as arquivadas

(3) Em 2017, foram considerados documentos gerados/emittidos até 14/12/2017.

Acompanhamento de demandas junto à CLDF:

No que se refere à atribuição prevista nos incisos V e VI do art. 6º do RI/SEF foram acompanhadas junto à Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF os seguintes quantitativos de demandas:

ÓRGÃO	QUANTITATIVO POR EXERCÍCIO						
	2014	2015	2016	2017	2018(1)		
					Demandas (A)	Concluídas (B)(2)	% Conclusão (B/A)
CLDF	18	51	35	16	18	4	22,22%

Observações:

(1) Demandas em suporte físico e eletrônico (SEI), relativas ao período de 01/01/2018 até 31/12/2018;

(2) O número de demandas concluídas, inclui as que alcançaram seu objetivo, as prejudicadas e as arquivadas.

Em 2018, foram acompanhadas as seguintes proposições junto à CLDF:

PROPOSTA/EMENTA	TIPO/NORMA	DE	PROJ. LEGISLATIVO	STATUS	PRAZO
Proposta de homologação de alguns índices de Cláusula Primeira do Convênio ICMS 18/718, que prorroga concessões de serviços que concedem benefícios fiscais (dentro do convênio) concedidos nos Decretos Legislativos 207/2015 e 207/2016.	Decreto Legislativo		PLN 298/2017	Tramitando - Última tramitação: 13/09/18	---
Dispõe sobre a Lei de Incentivo ao Esporte do Distrito Federal - LIDEF e de outras providências. (Autor: Deput. João César)	Lei		PL 1040/2016	LEI Nº 8.188 DE 28/02/2018	---
Revoga a Lei nº 4.300, de 17 de dezembro de 2007, que estabelece valores máximos permitidos para o recolhimento de ICMS e do IPI devido por produtores rurais do Simples Nacional, na forma do art. 15, § 1º da Lei Complementar nº 152, de 13 de dezembro de 2006, e de outras providências (Memorando nº 294/2018 - SURECISEF - SCD 25977)	Lei		PL 1468/2016	Tramitando (CECF: Aprovado) - Última tramitação: 13/09/18	Sem prazo
Altera a Lei nº 3.922, de 24 de novembro de 2014, que dispõe sobre a obrigatoriedade de avaliação dos impactos das políticas fiscais, tributárias e creditícias do Governo do Distrito Federal e de outras providências.	Lei		PL 1359/2016	Tramitando (CCJ: Aprovado) - Última tramitação: 06/12/17	31/12/2016
Dispõe sobre a estrutura administrativa da Corregedoria Fazendária da Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal e de outras providências.	Lei		PL 1781/2017	Tramitando (CCJ: Aprovado) - Última tramitação: 06/12/17	Sem prazo
Alteração da Lei nº 4.254/96 - criação de multa por descumprimento de obrigação acessória (emissão de NF-e sem identificação da placa do veículo autotransportador (SIC 3275))	Lei		PL 1981/2017	Tramitando (CECF: Aprovado) - Última tramitação: 19/04/18	---
Altera a Lei nº 5710, de 22 de dezembro de 2016, que suspende a exigibilidade e concede remissão e senão do IPTU e da TUS e TERRAÇOS, na forma que especifica.	Lei		PL 1874/2017	Prejudicada, em face do art. 12º, II, de LCOF	31/12/2017
Altera a Lei nº 5910, de 13 de junho de 2017, que trata o Domínio Físico Eletrônico no Distrito Federal e de outras providências.	Lei		PL 1936/2016	LEI Nº 8.123 DE 16/07/2018	---
Anteprojeto de lei que altera a Lei nº 4.254, de 08 de novembro de 1996, que dispõe sobre o ICMS, para reduzir a alíquota do fumo e seus derivados, de 20% para 25%.	Lei		PL 2017/2018	Tramitando - Última tramitação: 26/05/18	31/12/2018
Antes de entrar em vigor, este projeto de lei dispõe sobre a renúncia de créditos tributários, na hipótese dos benefícios que consistem a homologação dos Convênios ICMS 190, de 13 de dezembro de 2017, e de outras providências.	Lei		PL 2053/2018	Redação Final - Última tramitação: 07/11/18	28/12/2018
Autoriza o Poder Executivo a celebrar termo aditivo aos contratos firmados com a União, com base na Lei Federal nº 9.495/97, e na Medida Provisória nº 2.192-70/2001, para redação das condições estabelecidas pela LC nº 140/2014, nº 156/2016	Lei		PL 2056/2018	Tramitando - Última tramitação: 22/10/18	---
Alteração da Lei nº 4.355 de 30 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o regime de substituição tributária relativo ao imposto sobre Serviços (IS)	Lei		PL 2057/2018	Tramitando - Última tramitação: 17/05/18	---
Anteprojeto de lei que estabelece a Pauta de Valores para fins de lançamento do IPTU/2019	Lei		PL 2156/2018	Tramitando	31/12/2018
Estabelece a pauta de valores venais dos veículos autotransportadores registrados e licenciados no Distrito Federal para efeito de lançamento do IPTU/2019	Lei		PL 2156/2018	Tramitando	31/12/2018
Altera a Lei Federal nº 6.905, de 14 de setembro de 1981, que institui a Taxa de Geradores de Lixo - Desmembrado do PL 649/15	Lei		PL 655/2015	Tramitando - Última tramitação: 04/04/17	Sem prazo
Altera a Lei Complementar nº 307, de 23 de dezembro de 1997, que dispõe sobre a compensação de créditos líquidos e débitos devidos pelo Distrito Federal, e suas alterações, fundados em créditos tributários de competência do Distrito Federal. (Autoria do Projeto: Deputada Eliana Pedrosa)	LC		PLC 102/2014	Tramitando (CCJ: Aprovado) - Última tramitação: 06/12/17	---
Altera a Lei Complementar nº 433, de 27 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a atualização dos valores que especifica (nova redação ao § 9º do art. 2º)	LC		PLC 113/2017	LC Nº 843 DE 16/02/2018	---
Anteprojeto de lei que altera a Lei Complementar nº 357, de 18 de junho de 2015 (CF Gestão de Ativos S/A)	LC		PLC 141/2018	Tramitando - Última tramitação: 29/06/18	---

Acompanhamento de demandas junto à Procuradoria-Geral do Distrito Federal:

No que se refere à atribuição prevista no inciso III do art. 5º do RI/SEF foram acompanhadas junto à Procuradoria-Geral do Distrito Federal – PGDF os seguintes quantitativos de demandas:

ÓRGÃO	QUANTITATIVO POR EXERCÍCIO						
	2014	2015	2016	2017	2018 (1)		
					Demandas (A)	Concluídas (B)(3)	% Conclusão (B/A)
PGDF (consultas jurídicas e outros)	-	-	-	60	61	40	65,57%

Obs. Situação em 30/12/2018.

Em relação às demandas acompanhadas junto à PGDF, podemos destacar as seguintes:

Objeto de Consulta/Assunto	Parecer	Data da aprovação
DIREITO TRIBUTÁRIO - SIGILO FUNCIONAL ARTS. 108 E 109 DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL. LEI DISTRITAL Nº 5.205/2017- PUBLICAÇÃO DE DADOS NOS QUAIS SEJAM IDENTIFICADOS CONTRIBUINTES E OS VALORES DOS BENEFÍCIOS QUE FRUEM. INCOMPATIBILIDADE ENTRE NORMA DISTRITAL E NORMA NACIONAL.	Parecer nº 12/2018 - PROCON/PGDF	29/01/2018
Dúvida sobre a possibilidade de concessão de reajuste, sem previsão editalícia e contratual	Parecer nº 105/2018 - PROCON/PGDF	22/02/2018
Contribuição Sindical - Obrigatoriedade do Desconto	Parecer nº 1303/2018 - PROCON/PGDF	09/03/2018
Repercução do Contrato 39/2013-SEF(Paulista)	Parecer nº 89/2017 - PROCON/PGDF	14/03/2018
Repercução do Contrato 39/2013-SEF(Paulista)	Parecer nº 89/2017 - PROCON/PGDF	14/03/2018
Dúvida quanto a aplicação de moventena relativamente a hipótese de modificação de sujeição ativa [o local de ocorrência do fato gerador passou a ser o Distrito Federal] ainda que o quantum debeat (sintético valor do IBS em decorrência de e alíquota do imposto no Município anterior ser a mesma adotada pelo Distrito Federal) permaneça inalterado em relação ao sujeito passivo cuja respectiva execução foi deslocada para o Distrito Federal.	Parecer nº 188/2018 - PROCON/PGDF	28/03/2018
Lei Complementar nº 925/2017. Esclarecimentos quanto a aplicabilidade de reversão, a conta única do Tesouro do DF, de superávit financeiro apurado pela COCHAB.	Parecer nº 307/2018 - PROCON/PGDF	08/04/2018
Consulta tributária. Incidência do ICMS no desembaraço aduaneiro de equipamentos importados por meio de contrato internacional de locação. Parecer nº 037/2017-AJL/GAB/SEF. Cota pelo encaminhamento a PGDF.	Parecer nº 616/2017 - PROCON/PGDF	16/04/2018
Dúvida de DFGA sobre a participação de servidores públicos em conselhos de empresas públicas.	Parecer nº 227/2017 - PROCON/PGDF	17/04/2018
ADMINISTRATIVO. SERVIDOR. REQUERIMENTO DE REAJUSTE DE VPRL PARCELA ORIGINÁRIA DE DECÍMOS DO EXERCÍCIO DE CARGOS NA CLDF. CONVERSÃO VPNI. ART. 5º DA LEI Nº 4.584/2011. DECISÃO TCCF Nº 899/2017 (2340010). DÚVIDA LEVANTADA PELA SUAG/SEF. CONSULTA PGDF.	Parecer nº 1038/2017 - PROCON/PGDF	23/04/2018
DIREITO TRIBUTÁRIO. CONCESSÃO DE BENEFÍCIO FISCAL DO ICMS. LEI Nº 5.000, DE 2017. VALIDADE E VIGÊNCIA NO ORDENAMENTO JURÍDICO DISTRITAL. AUSÊNCIA DE CUMPRIMENTOS DOS REQUISITOS CONTIDOS NA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - LRF, ART. 14. INAPLICABILIDADE. AUSÊNCIA DE EFICÁCIA. JURISPRUDÊNCIA	Parecer nº 116/2018 - PROCON/PGDF	02/05/2018
Termo de Cooperação (União x DF) - Portal Único de Comércio Exterior - Protocolo de Cooperação ENAT nº 01/2015	Parecer nº 300/2018 - PROCON/PGDF	07/05/2018
Definição de unidade deste SEF responsável por cumprir a obrigação prevista no art. 92 da Lei federal nº 13.303/2016 e, por consequência, por prestar informações para subsidiar a emissão de declaração prevista no art. 22, XVIII, da Incluída na Portaria Interministerial CGU/MGMP nº 424/2016	Parecer nº 118/2018 - PROCON/PGDF	15/05/2018
Acordo de Cooperação Técnica - SEF x Codeplan - Acesso a informações econômico-fiscais - Sigilo Fiscal	Parecer nº 206/2018 - PROCON/PGDF	16/05/2018
Dúvida sobre a possibilidade de publicação do nome dos ganhadores de prêmio do Programa Nota Legal	Parecer nº 281/2018 - PROCON/PGDF	16/05/2018
Alteração de entendimento da Procuradoria-Geral do Distrito Federal (PGDF) sobre o alcance da suspensão temporária de participação em licitação ou de impedimento para contratar.	Parecer nº 373/2018 - PROCON/PGDF	16/05/2018
DIREITO ELEITORAL. REDUÇÃO DE ALÍQUOTA DE ICMS SOBRE FUMÓ E SEUS DERIVADOS NO ANO DA ELEIÇÃO.	Parecer nº 385/2018 - PROCON/PGDF	16/05/2018
Alteração Contratual (vegas) - Contrato nº 20/2002-SEF (locação) - Irmãos Rodopolous LTDA	Parecer nº 271/2018 - PROCON/PGDF	22/05/2018
Viabilidade do fornecimento de informações solicitadas por autoridade policial - Sigilo Fiscal	Parecer nº 410/2018 - PROCON/PGDF	22/05/2018
Dúvida quanto à eficácia da regra prevista pelo § 6º do art. 20-A da Lei nº 1.254/08, acrescido pelo art. 2º da Lei distrital nº 5.948/2017, em face do disposto no art. 14 da LRF e do art. 3º de própria Lei distrital nº 5.948/2017.	Parecer nº 309/2018 - PROCON/PGDF	07/06/2018
Decreto 38.093/2017 - Nota Saúde Legal - Efeitos a partir de dia 1º de janeiro de 2018 - Restrições de legislação eleitoral	Parecer nº 483/2018 - PROCON/PGDF	12/06/2018
Dúvida sobre a implementação da GTIT (VPNI)	Parecer nº 100/2018 - PROCON/PGDF	27/06/2018
Acordo de Cooperação Técnica (DF x SEBRAE) - Simplificação das obrigações acessórias e padronização de escrituração fiscal digital, mediante adesão ao Sistema Público de Escrituração Fiscal SPED	Parecer nº 517/2018 - PROCON/PGDF	28/06/2018
Contratação de consultor individual para assessorar na implementação de escritório de processo e demais atividades relacionadas à gestão de processo, no âmbito da Subsecretaria de Receita (PRODEFAZ/PROFISOD)	Parecer nº 539/2018 - PROCON/PGDF	09/07/2018
Contratação do BANCO DO BRASIL S/A - Depósitos judiciais - Emenda Constitucional nº 99/2017	Parecer nº 597/2018 - PROCON/PGDF	18/07/2018
Manifestação acerca da minuta de edital e de contrato que orientarão a contratação de empresa especializada para a realização de concurso público para provimento de cargos de Auditor-Fiscal de Receita do Distrito Federal	Parecer nº 621/2018 - PROCON/PGDF	31/07/2018
Contratação direta de Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE - Serviços de fornecimento de preços médios dos veículos automotores cadastrados no Distrito Federal - Peixe dos valores dos veículos novos e usados - IPVA/2019	Parecer nº 584/2018 - PROCON/PGDF	07/08/2018
Despesas com pessoal - Despesas de exercícios anteriores - DEA - Ordem cronológica - artigo 37 de Lei nº 4.320/64	Parecer nº 599/2018 - PROCON/PGDF	22/08/2018
Minuta de Edital 01/2018 ML_SFP - Contratação de serviços de internalização do modelo IA-OM; gestão por competências com o foco no modelo IA-OM; técnicas de auditoria; e internalização das IPFF (estrutura internacional de práticas profissionais) - CGDF	Parecer nº 784/2018 - PROCON/PGDF	14/09/2018
Proposta de acordo de cooperação a ser firmado entre o Distrito Federal e a União, por meio desta Secretaria de Estado de Fazenda e o Ministério do Trabalho, respectivamente, cujo objeto consiste no acesso às informações constantes na base de Relação Anual de Informações Sociais - RAIS e no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED	Parecer nº 883/2018 - PROCON/PGDF	19/10/2018
Proposta de acordo cooperação técnica a ser firmado entre o Distrito Federal, por seu Governador, e a União, por meio desta Secretaria de Estado de Fazenda e da Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal no Distrito Federal, respectivamente, cujo objeto consiste em especial, no intercâmbio de conhecimentos, informações, dados e tecnologias (políticas de segurança pública e defesa social)	Parecer nº 884/2018 - PROCON/PGDF	19/10/2018
Promulgação - Contrato nº 84/2017 - Prestação de serviços de consultoria para apoiar a equipe a Unidade de Coordenação do Projeto PRODEFAZ/PROFISOD-DF-UCR/DF nas ações necessárias para as contratações e aquisições - LUIS ANTONIO ABREU LIMA DA ROSA	Parecer nº 966/2018 - PROCON/PGDF	01/11/2018

COMUNICAÇÃO

ATENDIMENTO À IMPRENSA

De 1º de janeiro até 23 de novembro de 2018 foram contabilizados mais de 625 atendimentos diretos e indiretos à imprensa local e nacional. A média diária de demandas neste ano é de, aproximadamente, 20 solicitações por dia, variando conforme a época e a ação de comunicação proposta em andamento.

Somente de veículos de comunicação, esse número vai de cinco a 15 pedidos de informação diários, checagens de valores, atos e medidas legais; concessão de entrevistas sobre temas relacionados a Secretaria de Fazenda e as contas públicas do Governo de Brasília, consolidando o órgão como um dos mais requisitados pela mídia da esfera local, e entre os mais citados em reportagens, notas, colunas e blogs.

O volume de informações transmitido aos jornais, revistas, portais de notícias, emissoras de rádio e televisão resultaram em mais de 809 matérias veiculadas de forma orgânica (sem contar as replicações em outros veículos especializados, murais, redes sociais e pelo whatsapp).

A dificuldade de precisão no alcance das publicações diretas e indiretas da Secretaria de Fazenda se dá pela inexistência de serviço especializado de clipagem de notícias (próprio ou terceirizado), o que impede a melhor apuração dos resultados quanto ao número e qualidade das publicações.

Ao longo do ano, também foram registradas pouca crises de imagem da instituição, valendo destacar como os temas de maior repercussão negativa a demora no pagamento dos prêmios das edições do Sorteio do Nota Legal.

Em termos de ações que repercutiram em mídia positiva, reforçando a imagem da Secretaria, estiveram a edição do programa Nota Legal Sorteio, as diversas ações de apoio ao contribuinte e o benefício fiscal destinado às companhias aéreas que ampliem a oferta de voos partindo do aeroporto de Brasília.

Em todos os casos, o papel da ASCOM foi fundamental tanto para a correção das informações equivocadas veiculadas pela imprensa quanto pelo aumento da massificação dos temas positivos em diversos meios on e offlines.

EVENTOS

O núcleo de Eventos da Assessoria de Comunicação Social realizou 25 dos 40 eventos planejados para o exercício. Esse foi o segundo ano em que oficialmente foi desenvolvido na SEF/DF um programa sistemático de eventos planejados, com objetivos gerais e específicos relacionados tanto ao Planejamento Estratégico da SEF/DF quanto a situações específicas de capacitação e, ou, valorização do servidor.

PRODUÇÃO DE CONTEÚDO

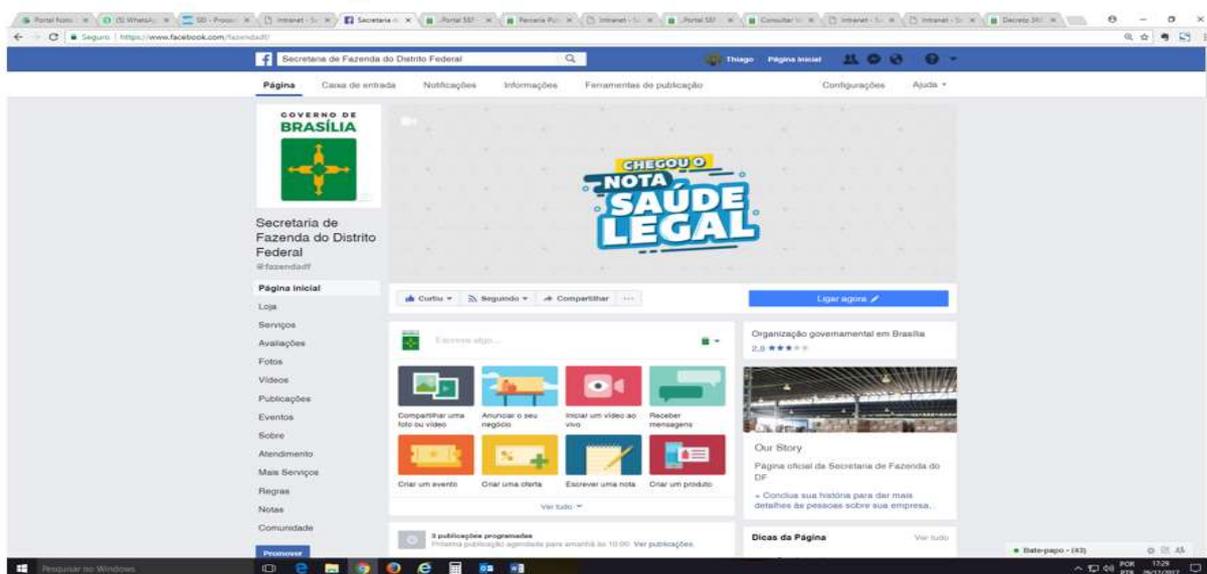
Como nos anos anteriores, a produção de conteúdo jornalístico/promocional para ações no escopo de divulgação institucional e de informações de utilidade pública aumentou. Com o crescimento das demandas, em especial as de origem interna – devido à implementação constante de uma cultura de comunicação na Secretaria de Fazenda. Apesar da diminuição da frequência das mensagens houve aumento da qualidade e assertividade dos conteúdos massificados.

Em termos quantitativos, foram produzidas cerca de 60 notícias próprias para o portal SEF/DF (sem contar a replicação de notas, notícias e demais conteúdos relacionados); aproximadamente, 59 notícias próprias para a Intranet; 107 comunicados internos veiculados pela lista geral de distribuição de e-mails, mais as matérias postadas no site www.parcerias.df.gov.br e www.notalegal.df.gov.br.

Nas redes sociais a preferência foi aperfeiçoar as ações no Facebook, por meio da Fanpage da Secretaria (www.facebook.com/FazendaDF). No total, foram produzidas 119 postagens próprias (publicadas com imagens e textos autorais), e ainda compartilhamentos e republicações do Governo de Brasília e de outros órgãos.

Em termos de interações com os usuários, houve 203 mensagens respondidas individualmente (não foram consideradas as réplicas e tréplicas na contagem). A página iniciou 2018 com cerca de 5.437 seguidores e terminará o ano com 6.310. Pelas estatísticas do Facebook Insights foram aproximadamente 837 novas curtidas na página (usuários).

Página oficial da Secretaria de Fazenda/DF no Facebook



CRIAÇÃO PUBLICITÁRIA E MATERIAL PROMOCIONAL

O ano de 2018 foi de produção pesada no núcleo de Publicidade e Propaganda da ASCOM, responsável por toda a programação visual do órgão, preservação e projeção da marca "Secretaria de Fazenda" junto aos públicos, e a divulgação – em linguagem mais direta e acessível, de toda a gama de informações e serviços oferecidos pela Pasta a seus públicos.

Além das campanhas de utilidade pública dos calendários de pagamento do IPTU/IPVA, a Assessoria trabalhou conteúdos para os mais diversos fins, meios e canais com diferentes propósitos e abordagens, aperfeiçoando estratégias, abordagens e a linguagem dos materiais. Linguagem visual das campanhas de Publicidade oficial:

IPTU 2018





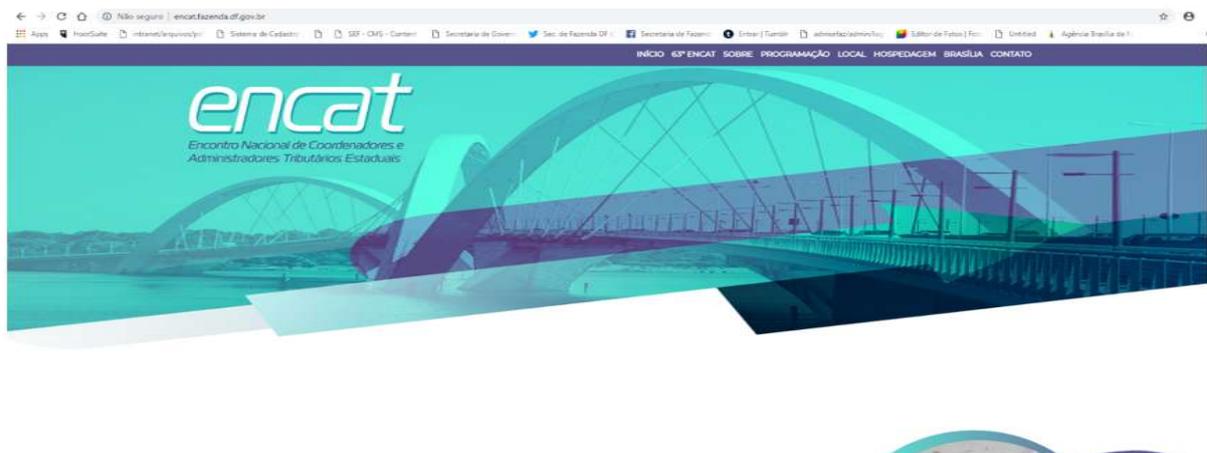
APERFEIÇOAMENTO DOS CANAIS DA SEF/DF

Iniciado em 2017, o processo de atualização do portal SEF/DF com leiaute desenvolvido e aprovado pela Secretaria de Comunicação do Governo de Brasília segue em fase final de implantação. A mudança foi solicitada oficialmente pelo Documento de Oficialização de Demanda – DOD 28/2017. A expectativa é lançar o portal ainda em dezembro de 2018.

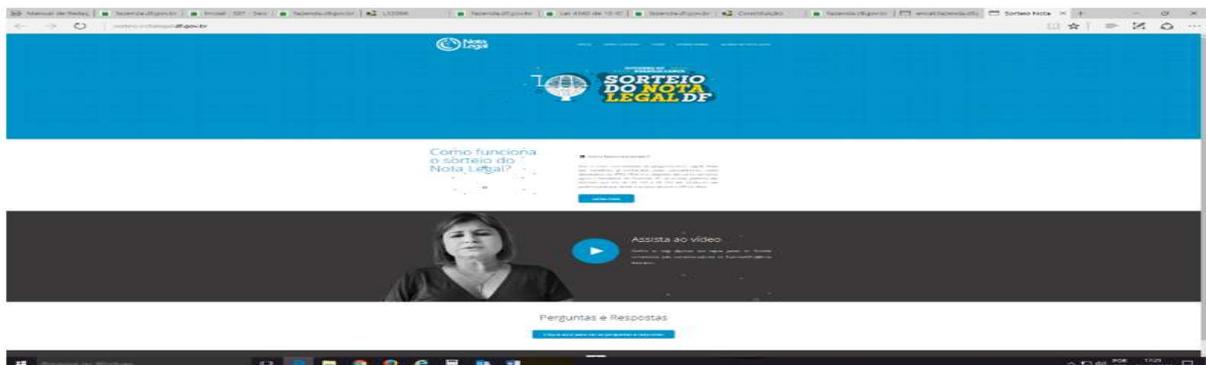
Foram criados para ações específicas as páginas promocionais do evento ENCAT (<http://encat.fazenda.df.gov.br>):

Todos tiveram execução pela Fábrica de Software da Secretaria. A atualização dos leiautes e funcionalidade da Intranet, Portal Nota Legal e da Carta de Serviços da Fazenda/DF estão paradas, sem prazo para entrega. Todas essas adaptações estão previstas no Planejamento Estratégico – PSEF/DF para 2019/ 2020.

ENCAT



Atualização da página do Nota Legal Sorteio (<http://sorteio.notalegal.df.gov.br>):



A criação do Portal de Serviços da Receita do DF (<https://www.receita.fazenda.df.gov.br/>):



GESTÃO ESTRATÉGICA

No ano de 2018, a AGEP desenvolveu, além de suas atividades rotineiras, as atividades abaixo:

O Programa de Apoio à Gestão e Integração dos Fiscos no Brasil –PROFISCO/PRODEFAZ (CTR nº 3040/OC-BR de 29/02/2016), foi contratado no valor total de US\$ 36.740.000,00, sendo US\$ 4.743.000,00 de contrapartida a ser custeados com recursos do Tesouro. Desse valor até 2018 já foram desembolsados 50,89%.

Os valores pagos e comprometidos (contratos assinados) até outubro de 2018 importam US\$ 21.603.929,00 (67% do valor total do recurso proveniente do BID). As licitações em andamento importam o valor de US\$ 8.557.208,00.

Principais aquisições com recursos provenientes do PROFISCO US\$

OBJETO	% PROCESSO DE AQUISIÇÃO	ASSINATURA DO CONTRATO	VALOR ESTIMADO
Contratação de mentoria - QLIKVIEW, QAP E	85,50	fev/19	1.167.583,40
Construção de modelo de gestão integrada	42,59	nov/18	894.417,15
Contratação de serviço especializado para o	40,00	abr/19	709.878,11
Contratação de empresas fornecedoras de switches	38,10	mar/19	453.890,11
Aquisição de dispositivos e controladoras de rede	10,87	mai/19	219.910,29
TOTAL			4.549.053,79

Estas aquisições estão sendo executadas por diversas unidades da SEF

Contratação de serviço especializado para construção de Modelo de Gestão Integrada envolvendo diagnóstico, desenvolvimento e implantação do Modelo, bem como transferência de conhecimento, no valor de US\$ 894.417,00.

Potencialização da representatividade do DF perante outros fóruns fiscais, com a participação de três servidores em reuniões técnicas da COGEF – Comissão de Gestão Fazendária do DF, que se realizaram em São Paulo, 22 e 23/03/2018; no Rio Grande do Sul, 28 e 29/06/2018. E ainda, participação de dois servidores em reuniões técnicas da COGEF, que se realizaram no Pará, 20 e 21/09/2018. Houve ainda, a participação de dois servidores no Encontro de Administradores Tributários no DF – ENCAT, que se realizou no DF, em março de 2018.

Escritório de projetos corporativo implantado e monitorando trinta e três projetos estratégicos, com recurso do PROFISCO, entre eles, destacamos Implantação da Metodologia do Potencial de Arrecadação, Modernização da Fiscalização de Trânsito de Mercadorias, Melhoria da Gestão Financeira, Modernização da Gestão Documental.

Foi desenvolvido o painel de monitoramento dos projetos do programa PROFISCO, inicialmente concebido para monitorar o faturamento da prestação dos serviços desenvolvidos pela "fábrica de software" da SUTIC/SEF. Com o avanço das necessidades da escritório de projetos, o painel foi estendido para monitoramento do diversos projetos no âmbito do PROFISCO, consolidando o Plano de Aquisições e Investimentos (PAI), os termos de abertura de projeto (TAP) e, posteriormente, os Planos de Aquisições (PA), Plano de Orçamento Anual (POA) e Plano de Execução do Projeto (PEP). Está em processo a integração com o sistema financeiro do DF (SIGGO), projeções dos cronogramas físico-financeiros dos projetos monitorados e controles de elegibilidades dos novos projetos.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Esse fato continuará exigindo do Governo de Brasília uma postura austera para que não se iguale às unidades da federação insolventes, com salários de servidores parcelados e outros problemas do gênero.

Retomando o tema do fisco colaborativo, quanto ao atendimento ao contribuinte, a ideia de futuro de que as pessoas não necessitem comparecer à SEF para ter suas demandas atendidas já começa a apresentar resultados, com redução do atendimento presencial em 23%, mesmo tendo aumentado os serviços fazendários disponíveis. Estando disponíveis no portal da SUREC 100% dos serviços prestados à comunidade.

Além disso, a implantação do Sistema Eletrônico de Informações – SEI já é um case de sucesso na Secretaria de Fazenda, com praticamente 100% dos processos da área meio em formato eletrônico, caminho que vem sendo seguido pelos processos da área finalística também. A inclusão de todos os processos nessa plataforma é um marco de agilidade e eficiência às atividades rotineiras e a eliminação dos processos físicos.

Na área de gestão de pessoas, como sabido, os gestores das áreas, em sua maioria, têm alegado como uma das maiores dificuldades o reduzido número de servidores.

O primeiro viés de ação, desde 2017, visa a capacitar o quadro de pessoal existente às necessidades atuais. A área de gestão de pessoas já iniciou o primeiro processo seletivo para bolsas de mestrado e pós-graduação. Para 2019, além das ações de capacitação, haverá novo concurso para auditores fiscais do Distrito Federal, cujo processo também já está em curso.

Finalmente, o cenário aqui exposto define os desafios para 2019: continuar o processo de conscientização dos servidores da necessidade de executar os projetos operacionais e estratégicos para que produzam seus efeitos; melhorar os serviços, reduzir a burocracia, simplificar as obrigações e incrementar a arrecadação, de acordo com as diretrizes já referidas.

19902 - FUNDO DE MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

O FUNDAF instituído pela Lei nº. 3.311, de 21/01/2004, alterada pelas Leis nºs 3.809, de 08/02/2006; 3.982, de 25/04/2007; 5.099, de 29/04/2013; e regulamentado pelo Decreto nº 26.246, de 29/09/2005, alterado pelo Decreto nº 34.867, de 21/11/2013, tem por finalidade promover a modernização e o reaparelhamento da Administração Fazendária, além de propiciar a realização e o acompanhamento de projetos e programas de natureza intelectual que promovam a melhoria das condições necessárias ao exercício das atribuições fazendárias.

São objetivos do FUNDAF:

- I – modernização e reaparelhamento das instalações da Secretaria de Estado de Fazenda;
- II – implementação de programas de educação fiscal;
- III – qualificação profissional dos servidores da SEF;
- IV – execução das ações previstas no Programa de Incentivo à Arrecadação e Educação Tributária – PINAT;
- V – desenvolvimento de ações integradas objetivando a eficiência na cobrança administrativa de débitos fiscais;
- VI – Aperfeiçoamento e manutenção das atividades de arrecadação, fiscalização, tributação, atendimento ao contribuinte, administração financeira, contabilidade, patrimônio, licitação e compras;
- VII – Realização de outras atividades que contribuam par o aumento da eficiência, efetividade, economicidade e eficácia da administração fazendária.

Constitui recursos do FUNDAF:

- 20% (vinte por cento) do produto total das multas tributárias aplicadas no âmbito da competência da Subsecretaria da Receita - SUREC;
- 60% (sessenta por cento) da contrapartida mensal instituída pelo art. 6º, parágrafo único, III, b, da Lei n.º 3.152, de 06/05/ 03;
- Resultantes da celebração de contratos, convênios, consórcios ou outros ajustes;
- Doações recebidas de pessoas físicas e jurídicas, ou de organismos públicos ou privados, nacionais ou internacionais;
- Receita advinda da aplicação dos recursos do FUNDAF;
- Saldo apurado nos exercícios anteriores;
- Receita advinda de licitação de bens apreendidos pela fiscalização tributária, exceto a relativa a impostos;
- outras contribuições financeiras destinadas ao programa de que trata a Lei nº 2.594, de 21/09/2000, devidas por optantes por regimes tributários especiais ou sujeitas a benefícios ou incentivos fiscais.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	1	-	-	-	1
Comissionados sem vínculo efetivo	-	-	-	-	-
Requisitados de órgãos do GDF	-	-	-	-	-
Requisitados de órgãos fora do GDF	-	-	-	-	-
Estagiários	-	-	-	-	-
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	-	-	-	-	-
Terceirizados (FUNAP)	-	-	-	-	-
Outros - especificar	--	-	-	-	-
Subtotal	-	-	-	-	-
(-) Cedidos para outros órgãos	-	-	-	-	--
Total Geral	1	-	-	-	1

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3046 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA	0	223980,0	223980,0	0
0003 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA-FUNDAF-DISTRITO FEDERAL	0	223980,0	223980,0	0
4220 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS	30000,0	0,0	0	0
0022 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS--DISTRITO FEDERAL	30000,0	0,0	0	0
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	3493974,0	98417,59	98417,59	81441,04
5832 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-SEF-DISTRITO FEDERAL	3493974,0	98417,59	98417,59	81441,04

2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	7829706,0	6037693,11	6037693,11	4350129,14
5216 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-- DISTRITO FEDERAL	7829706,0	6037693,11	6037693,11	4350129,14
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	500000,0	11550,0	11550,0	11550,0
2415 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-- DISTRITO FEDERAL	500000,0	11550,0	11550,0	11550,0
3667 - EDUCAÇÃO FISCAL	217590,0	0,0	0	0
0002 - EDUCAÇÃO FISCAL--DISTRITO FEDERAL	217590,0	0,0	0	0
TOTAL - 6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS	12071270,00	6371640,70	6371640,70	4443120,18

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

AÇÃO 4220 – GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS

A ação Gestão de Recursos de Fundos foi prevista para fazer frente ao conjunto de despesas relacionadas ao apoio, à gestão e à manutenção do fundo. O orçamento destinado ao programa foi de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais). O valor integral foi autorizado e posteriormente bloqueado. Não houve necessidade de utilização dos recursos.

AÇÃO 1471 – MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO

Para possibilitar a modernização dos sistemas de informação da SEF foi aprovado na Lei orçamentária anual R\$ 3.493.974,00 (três milhões quatrocentos e noventa e três mil, novecentos e setenta e quatro reais), sendo que deste valor R\$ 3.238.198,00 (três milhões duzentos e trinta e oito mil cento e noventa e oito reais) foram remanejados. Do valor empenhado R\$ 98.417,59 (noventa e oito mil quatrocentos e dezessete reais e cinquenta e nove centavos) foi liquidado R\$ 81.441,04 (Oitenta e um mil quatrocentos e quarenta um reais e quatro centavos).

O valor empenhado nesta ação foi utilizado para atender as despesas com as seguintes contratações:

Despesa com a contratação de empresa especializada na atualização de licenças QlikView (Processos SEI 00040-0000004074/2014-00);

Despesa com a prestação de serviço de atualização das versões da licença attunity (Processos SEI 00040-0000050550/2017-87);

Despesa com a aquisição de equipamentos para identificação biométrica e reconhecimento facial. (Processos SEI 00047-0000063055/2017-38).

AÇÃO 2557 – GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

O orçamento inicial desta ação era de R\$ 7.829.706,00 (sete milhões oitocentos e vinte nove mil e setecentos e seis reais), sendo que deste valor foi empenhado R\$ 6.037.693,11 (seis milhões trinta e sete mil seiscentos e noventa e três reais e onze centavos) e liquidado momento R\$ 4.350.129,14 (Quatro milhões, trezentos e cinquenta mil, cento e vinte nove reais e quatorze centavos)

O valor empenhado foi utilizado nos seguintes contratos:

Despesa com a contratação de empresa para a prestação de serviço técnicos especializados; (Processos SEI nº 00040-0000058335/2017-24);

Despesa referente ao convênio de cooperação técnica - SEFAZ VIRTUAL; (Processos SEI nº 00040-0000001328/2016-00);

Despesa com a prestação de serviço - IDFAZ; (Processos SEI nº 00000-0400002499/2014-00);

Despesa referente à prestação de serviços de tecnologia - contrato 37/2014, (Processos SEI nº 00000-0040001344/2014-00);

Despesa contratação de empresa - NATURAL/ADABAS. (Processos SEI nº 00000-0040001805/2014-00);

Despesa para atender despesa com a Prestação de Serviços Técnicos Contínuos em TI. (Processos SEI nº 00040-0000000167/2013-00).

ACÇÃO 4088 – CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES

Tínhamos aprovados nesta ação R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais). Foi empenhado e liquidado o valor de R\$ 11.550,00 (onze mil quinhentos e cinquenta reais) e o restante foi bloqueado.

ACÇÃO 3667 – EDUCAÇÃO FISCAL

Nesta ação a dotação orçamentária aprovada era de R\$ 217.590,00 (duzentos e dezessete mil quinhentos e noventa reais). Não houve projetos disponíveis nesta área, portanto o recurso não foi utilizado. O valor integral foi autorizado e posteriormente bloqueado.

ACÇÃO 3046 – MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA – FUNDAF – DISTRITO FEDERAL

Esta ação foi inserida no orçamento do fundo no decorrer do exercício com um valor de inicial R\$ 223.980,00 (duzentos e vinte três mil novecentos e oitenta reais), sendo que o valor total disponível foi empenhado.

O valor empenhado foi utilizado no seguinte contrato:

Despesa com a compra de empilhadeira (Processo SEI nº 00040-0000060892/2018-96)

Observa-se que todo valor autorizado foi empenhado, o que demonstra uma boa execução dos recursos disponíveis para o fundo.

Comportamento da execução orçamentária do Fundo

Orçamento inicial	R\$ 12.071.270,00
Recursos bloqueados	R\$ 1.979.371,30
Despesa Autorizada	R\$ 6.371.640,70
Empenhado	R\$ 6.371.640,70
Valor liquidado	R\$ 4.443.120,18

Observa-se que todo valor autorizado foi empenhado, o que demonstra uma boa execução dos recursos disponíveis para o fundo.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

As ações e projetos realizados com recursos do FUNDAF contribuíram com a melhoria de diversas unidades da Secretaria de Fazenda no decorrer do ano de 2018, principalmente no que diz respeito a área de informática, proporcionando uma maior agilidade dos sistemas e consequentemente na prestação de serviço ao cidadão.

A Secretaria de Fazenda tem feito bom uso dos recursos alocados nos programas de trabalhos do FUNDAF e com isso se modernizando e melhorando seus sistemas de informação, proporcionando a prestação de serviços mais rápido e eficiente.

19911 - FUNDO DA RECEITA TRIBUTÁRIA DO DF - PRÓ-RECEITA

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

O PRÓ-RECEITA foi instituído pela Lei nº. 5.594, de 28/12/2015 tem por finalidade o aparelhamento, a modernização, o incentivo e o gerenciamento das atividades de fiscalização, lançamento e cobrança administrativa.

São objetivos do PRÓ-RECEITA

I - aperfeiçoamento, desenvolvimento e manutenção da infraestrutura física e tecnológica de uso da Subsecretaria da Receita - SUREC;

II - aquisição de bens e serviços;

III - qualificação profissional dos servidores da Carreira de Auditoria Tributária do Distrito Federal;

IV - aperfeiçoamento dos processos de trabalho e da gestão dos recursos físicos e humanos;

V - realização de outras atividades relacionadas aos objetivos do Fundo.

Constitui recursos do PRÓ-RECEITA:

I - os encargos de que trata o § 1º, em relação aos créditos cobrados de acordo com o inciso I, destinados para a Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal, na forma do § 2º, todos do art. 42 da Lei Complementar nº 4, de 30 de abril de 1994;

II - as contribuições, as subvenções e os auxílios da União, dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e de suas respectivas autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista;

III - as doações recebidas de pessoas físicas e jurídicas ou de organismos públicos ou privados nacionais ou internacionais, além de outros recursos;

IV - os recursos resultantes da celebração de contratos, convênios, consórcios ou outros ajustes;

V - os valores advindos da aplicação dos recursos do fundo, além do saldo apurado nos exercícios anteriores;

VI - as contribuições, as subvenções e outros valores destinados a propiciar o aperfeiçoamento da administração tributária;

VII - outros recursos resultantes de dotações orçamentárias consignadas em lei.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	1	-	-	-	1
Comissionados sem vínculo efetivo	-	-	-	-	-
Requisitados de órgãos do GDF	-	-	-	-	-
Requisitados de órgãos fora do GDF	-	-	-	-	-
Estagiários	-	-	-	-	-

Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	-	-	-	-	-
Terceirizados (FUNAP)	-	-	-	-	-
Outros - especificar	-	-	-	-	-
Subtotal	-	-	-	-	-
(-) Cedidos para outros órgãos	-	-	-	-	-
Total Geral	1	-	--		1

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3046 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA	286333,0	147000,0	147000,0	0
0001 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA--DISTRITO FEDERAL	286333,0	147000,0	147000,0	0
4220 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS	286333,0	0,0	0	0
0001 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS--DISTRITO FEDERAL	286333,0	0,0	0	0
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	286334,0	0,0	0	0
0004 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	286334,0	0,0	0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	286334,0	0,0	0	0
0003 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	286334,0	0,0	0	0
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	286333,0	0,0	0	0
0001 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES--DISTRITO FEDERAL	286333,0	0,0	0	0
2895 - INCENTIVO AS ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO, LANÇAMENTO E COBRANÇA ADMINISTRATIVA	6442500,0	0,0	0	0
0001 - INCENTIVO AS ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO, LANÇAMENTO E COBRANÇA ADMINISTRATIVA--DISTRITO FEDERAL	6442500,0	0,0	0	0
TOTAL - 6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS	7874167,00	147000,00	147000,00	0,00

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9055 - TARIFAS E ENCARGOS FINANCEIROS	715833,0	0,0	0	0
0003 - TARIFAS E ENCARGOS FINANCEIROS-- DISTRITO FEDERAL	715833,0	0,0	0	0
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	715833,00	0,00	0,00	0,00

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

AÇÃO 3046 – MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA – FUNDAF – DISTRITO FEDERAL

Nesta ação a dotação orçamentária aprovada era de R\$ 286.333,00 (duzentos e oitenta e seis mil trezentos e trinta e três reais) e o valor empenhado foi utilizado no seguinte contrato:

Despesa com aquisição de mini carregadeira. Processo Sei nº 00040-0000060892/2018-96

AÇÃO 4220 – GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS

A ação Gestão de Recursos de Fundos foi prevista para fazer frente ao conjunto de despesas relacionadas ao apoio, à gestão e à manutenção do fundo. O orçamento destinado ao programa foi de R\$ 286.333,00 (duzentos e oitenta e seis mil trezentos e trinta e três reais). O valor integral foi autorizado e posteriormente bloqueado. Não houve necessidade de utilização dos recursos.

AÇÃO 1471 – MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO

Nesta ação a dotação orçamentária aprovada era de R\$ 286.334,00 (duzentos e oitenta e seis mil trezentos e trinta e quatro reais). Não houve projetos disponíveis nesta área, portanto o recurso não foi utilizado. O valor integral foi autorizado e posteriormente bloqueado.

AÇÃO 2557 – GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Nesta ação a dotação orçamentária aprovada era de R\$ 286.334,00 (duzentos e oitenta e seis mil trezentos e trinta e quatro reais). Não houve projetos disponíveis nesta área, portanto o recurso não foi utilizado. O valor integral foi autorizado e posteriormente bloqueado.

AÇÃO 4088 – CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES

Nesta ação a dotação orçamentária aprovada era de R\$ 286.333,00 (duzentos e oitenta e seis mil trezentos e trinta e três reais). Não houve projetos disponíveis nesta área, portanto o recurso não foi utilizado. O valor integral foi autorizado e posteriormente bloqueado.

AÇÃO 9055 – TARIFAS E ENCARGOS FINANCEIROS – DISTRITO FEDERAL

Nesta ação a dotação orçamentária aprovada era de R\$ 715.833,00 (setecentos e quinze mil oitocentos e trinta e três reais). Não ocorreram encargos e comissões bancárias decorrentes das contratações autorizadas pela lei 5.708/2016 para pagamento. O valor integral foi autorizado e posteriormente bloqueado.

AÇÃO 2895 – INCENTIVO AS ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO, LANÇAMENTO E COBRANÇA ADMINISTRATIVA – DISTRITO FEDERAL.

Nesta ação a dotação orçamentária aprovada era de R\$ 6.442.500,00 (seis milhões quatrocentos e quarenta e dois mil e quinhentos reais). Não houve implementação de programas de incentivo, portanto o recurso não foi utilizado. O valor integral foi autorizado e posteriormente bloqueado.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Devido ao fato do Fundo contar com o orçamento significativo somente no ano de 2018, o prazo para o desenvolvimento de ações que atendessem o art. 2º da Lei nº 5.594, de 28 de dezembro de 2015 não foi suficiente para a concessão das ações. Estas ações estão em andamento e terão andamento em 2019